

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CELIANE FERREIRA DA COSTA

ENTRE APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS: AS RELAÇÕES POLÍTICAS SINO-
BRASILEIRAS – DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE À POLÍTICA EXTERNA
INTERDEPENDENTE (1961-1965)

CURITIBA

2019

CELIANE FERREIRA DA COSTA

ENTRE APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS: AS RELAÇÕES POLÍTICAS SINO-
BRASILEIRAS – DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE À POLÍTICA EXTERNA
INTERDEPENDENTE (1961-1965)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa Cultura e Poder, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira
Coorientador: Prof. Dr. Wilson Maske

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Costa, Celiane Ferreira da

Entre aproximações e afastamentos : as relações políticas sino-brasileiras - da política externa independente à política externa interdependente (1961-1965). / Celiane Ferreira da Costa. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Dennison de Oliveira

1. Política externa – Brasil - China. 2. Brasil – Relações exteriores – 1961 - 1967. 3. Brasil – Relações internacionais - China. I. Título.

CDD – 327.0981051

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **CELIANE FERREIRA DA COSTA**, intitulada: **ENTRE APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS: AS RELAÇÕES POLÍTICAS SINO-BRASILEIRAS - DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE À POLÍTICA EXTERNA INTERDEPENDENTE (1961-1965)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 13 de Junho de 2019.


DENNISON DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora


DANIELLY SILVA RAMOS BECARD

Avaliador Externo (UNB)


VALTER FERNANDES DA CUNHA FILHO

Avaliador Externo (UNIBRASIL)



*Para Vinícius Lara,
com todo o meu amor!*

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de agradecer a quem me acompanhou durante esses dois anos de jornada acadêmica.

Pai e mãe, sei que me ver na faculdade era um sonho para vocês, que se empenharam muito para conseguir arcar com os custos do meu primeiro ano de graduação. Eu não estaria onde estou hoje, se não fosse por vocês. Muito obrigada!!! Para meus irmãos, que me deram os melhores presentes da minha vida, meus sobrinhos, Yan, Yasmin e Daniel, essa conquista é também para vocês. Sou muito feliz e agradecida pela família que tenho.

Eu tenho a imensa sorte de ter sido acolhida como filha, irmã, tia, neta e sobrinha por todos da família do meu marido, em especial pelo meu sogro, Eluir, e minha sogra, Mareid, que sempre me acolheram com muito amor e me tratam com muito carinho. Graças a vocês, eu tenho o marido mais amoroso e companheiro, que nem nos meus melhores sonhos imaginei encontrar, obrigada!!!

Essa jornada acadêmica teria sido mais árdua e difícil, se não fossem meus amigos da Linha de Pesquisa Cultura e Poder do ano de 2017. Andreia, Luzia, Thaís, Lucas, Helena, Roberta, Mariana e Willian, além das aulas, desfrutamos dos cafés, aniversários e chás de bebê, dividimos os anseios, angústias e dúvidas, e agora celebramos a alegria do trabalho concluído. Um agradecimento em especial à Mariana que me ajudou inúmeras vezes, desde a arguição do meu projeto de pesquisa até a organização das minhas referências. Não sei como te agradecer, Mari, muitíssimo obrigada. Thaís, espero que a nossa amizade perdure para além do Mestrado e que possamos dividir muitos cafés pela vida. E, Helena, que grata surpresa da vida te ter como amiga. Sua companhia foi um ponto de apoio importante nessa trajetória. Conte sempre comigo!

Agradeço aos professores da linha de pesquisa Cultura e Poder que contribuíram direta ou indiretamente para esta pesquisa, com agradecimento especial à professora Fátima Regina Fernandes Frighetto, pelos apontamentos durante as aulas de Seminário, e pelo seu cuidado e atenção com os alunos, que vão para além da vida acadêmica. Encarar os trâmites burocráticos, de envio de documentos, prazos e processos, teria sido muito difícil sem a contribuição da querida secretária do PPGHIS-UFPR, Maria Cristina Parzowski. Obrigada, Cris!

Ao professor Dennison de Oliveira, agradeço imensamente por ter aceitado me orientar ao longo desses dois anos. A ele também sou grata pelas recomendações na elaboração desta pesquisa. Agradeço também ao meu coorientador, professor Wilson Maske, que acompanha

minha trajetória acadêmica desde a graduação, me orientou na especialização e contribuiu para o meu interessasse pela China. Muito obrigada, professores!!! A presente pesquisa só tomou a forma que se apresenta, graças às valiosas contribuições da professora Danielly Silva Ramos Bécard e do professor Valter Fernandes da Cunha Filho, que participaram da minha banca de qualificação e através, da leitura atenta do meu trabalho, deram indicações de como melhorá-lo.

Amigos e colegas da Escola Santa Mônica, em Colombo, agradeço a ajuda quando foram necessárias as trocas de aulas, para que eu pudesse participar de eventos e realizar minha pesquisa em Brasília, em 2017. Katia e Ana, conciliar o trabalho da sala de aula com a pesquisa acadêmica não teria sido possível sem o apoio e o incentivo de vocês, que acompanharam minhas aflições e comemoraram comigo cada etapa, desde o processo seletivo. Vocês me encorajam a buscar ser sempre uma professora melhor.

Em 2017, ano em que ingressei no mestrado, ganhei um presente de aniversário muito especial: o livro sobre o caso dos nove chineses. Thiago e Henrique, os rumos da minha pesquisa poderiam ter sido completamente diferentes se não fosse pelo presente de vocês; vou guardá-lo sempre com muito carinho. Obrigada pela amizade e pela companhia sempre divertida, que faz com que eu veja a vida de forma mais leve. Amigos da mesma forma especiais, Lucas e Nicolle, contribuíram também, ainda que indiretamente, com a pesquisa. Lucas, obrigada pelo “empréstimo” dos livros da Jung Chang; eles aumentaram a minha paixão pelo estudo da China. Ni, você sempre me incentivou a ser uma mulher forte e a acreditar no meu potencial. Sinto saudades imensas de vocês.

Aos amigos que a vida me presenteou, e sem os quais eu não seria a pessoa que sou hoje, Aline e Mônica, amigas da escola que tenho a imensa felicidade de poder contar ainda hoje; Rodrigo Bastos, Fernando, Carlos, Marília, Rodrigo Florentino, por percorrem comigo a jornada da graduação. Sou muito grata a vida por ter me permitido conhecê-los.

E agora, tento encontrar palavras que consigam expressar o meu amor e a minha gratidão pelo companheiro que tenho ao meu lado. Que me incentivou desde sempre, acreditou em mim, mesmo quando eu não acreditava. Sempre me apoiou emocional e psicologicamente, e me encorajou a retomar a vida acadêmica, deixada de lado desde 2012. Obrigada por ter se mostrado tão paciente e compreensivo nas minhas ausências e nos momentos de aflição. Ao longo desses dez anos de relacionamento, você fez com que eu me tornasse uma pessoa melhor. Meu amor, nenhuma destas linhas escritas aqui seriam possíveis sem o seu apoio incondicional. Te amo, muito!

“Inocência punida deixa sem jeito quem pune”
Antônio Callado, sobre a prisão dos nove chineses,
Jornal do Brasil, 12 de julho de 1964.

RESUMO

Esta pesquisa tem por principal objetivo analisar as relações políticas estabelecidas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, no período entre 1961 e 1965, que compreende a Política Externa Independente, dos governos de Jânio Quadros (Janeiro a Agosto de 1961) e João Goulart (1961-1964), e a Política Externa Interdependente, do governo Castelo Branco (1964-1967). Para tal análise, foram levados em consideração documentos diplomáticos do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF, bem como artigos e livros escritos sobre o tema. Buscando problematizar as relações políticas sino-brasileiras no período supracitado, a presente pesquisa tencionou analisar de que forma aconteceu a aproximação entre o Brasil e a China, bem como de que forma se deu o afastamento entre os dois países, tendo como foco principal a política externa do Brasil empregada nos dois momentos. Destaca-se para tal análise, o caso de nove chineses que chegaram ao Brasil em momentos diversos da Política Externa Independente e foram presos quando os militares assumiram o governo do Brasil, em abril de 1964. Esse caso demonstra o momento de aproximação e afastamento entre o Brasil e a China e foi analisado a partir da Ação Penal nº 7.470/64, que tramitou no Superior Tribunal Militar, processo que contribui decisivamente para a pesquisa que se apresenta.

Palavras-chave: Brasil. China. Relações Políticas. Caso dos nove chineses.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the political relations established between the Federative Republic of Brazil and the People's Republic of China in the period comprising the Independent Foreign Policy of the governments of Jânio Quadros (January to August 1961) and João Goulart (1961 -1964), and the Interdependent Foreign Policy of the Castelo Branco government (1964-1967). For this analysis, it was taken into account diplomatic documents of the Ministry of Foreign Affairs Archive, Brasilia-DF, as well as articles and books written on the subject. In order to problematize the Sino-Brazilian political relations in the above-mentioned period, the present study intended to analyze how the approximation between Brazil and China occurred, as well as how the separation between the two countries took place, having as main focus the Brazil's foreign policy used in both periods. It stands out for such analysis the case of nine Chinese who arrived in Brazil at different times of the Independent Foreign Policy and were arrested when the military took over the government of Brazil, in April 1964. This case demonstrates the moment of approximation and separation between Brazil and China and was analyzed from the Criminal Action No. 7.470 / 64, which was processed in the Superior Military Court, a process that contributes decisively to the research that is presented.

Keywords: Brazil. China. Political Relations. Case of the nine Chinese.

LISTA DE SIGLAS

AEAs	–	Assuntos da Europa Oriental e Ásia
COSBAN	–	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
CPDOC	–	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CVRD	–	Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas
DAO	–	Divisão de Ásia e Oceania
DOPS	–	Departamento de Ordem Política e Social
EUA	–	Estados Unidos da América
FAO	–	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FGV	–	Fundação Getúlio Vargas
FUNAG	–	Fundação Alexandre de Gusmão
KMT	–	Kuomintang
MRE	–	Ministério das Relações Exteriores
OAB	–	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	–	Organização dos Estados Americanos
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OPA	–	Operação Pan-Americana
PEI	–	Política Externa Independente
PCB	–	Partido Comunista do Brasil (até 1961)
	–	Partido Comunista Brasileiro (após 1961)
PC do B	–	Partido Comunista do Brasil (a partir de 1962)
PCC	–	Partido Comunista Chinês
PCUS	–	Partido Comunista da União Soviética
PR	–	Partido Republicano
PSD	–	Partido Social Democrático
PTB	–	Partido Trabalhista Brasileiro
RPC	–	República Popular da China
SEATO	–	Organização do Tratado do Sudeste Asiático
UDN	–	União Democrática Nacional
URSS	–	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E PRIMEIROS-MINISTROS DO BRASIL (1961-1964)	24
TABELA 2 – MISSÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS NA ÁREA ASIÁTICA – 1962	34
TABELA 3 – RESULTADO DA VOTAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO PROPOSTO PELA UNIÃO SOVIÉTICA – 1962	99
TABELA 4 – RESULTADO DA VOTAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO PROPOSTO PELA ALBÂNIA – 1971	101
TABELA 5 – VALORES INFORMADOS PELOS CHINESES	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	17
METODOLOGIA E ANÁLISE DOCUMENTAL	18
1 A DIPLOMACIA BRASILEIRA E CHINESA.....	22
1.1 A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE	22
1.2 APROXIMAÇÃO COM O BLOCO SOCIALISTA	29
1.3 PRESSUPOSTOS DA POLÍTICA EXTERNA INTERDEPENDENTE	37
1.4 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.....	42
1.5 DIPLOMACIA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	48
2 AS RELAÇÕES POLÍTICAS BRASIL-REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.....	64
2.1 RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS ANTES DA PEI	66
2.2 A INFLUÊNCIA DO MAOÍSMO NO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	74
2.3 MISSÃO COMERCIAL À RPC	87
2.4 A REPRESENTAÇÃO DA CHINA NAS NAÇÕES UNIDAS.....	90
3 O CASO DOS 9 CHINESES	103
3.1 A CHEGADA DOS CHINESES	103
3.2 A PRISÃO	109
3.3 A DENÚNCIA, O JULGAMENTO E A EXPULSÃO	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
FONTES CONSULTADAS	146
ARQUIVO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – BRASÍLIA-DF...	146
DEPOIMENTO	148
FONTES DE IMPRENSA	148
DOCUMENTAÇÃO (LIVROS)	153
LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS	153
REFERÊNCIAS.....	154
ANEXO 1 - MAPA DA CHINA	162

INTRODUÇÃO

A China e o Brasil são dois grandes países, com expressivas economias e crescente atuação internacional. Nossas relações são sólidas e alcançamos, de uma certa forma, a maturidade. No entanto, o Brasil, e tenho certeza a China, quer inaugurar uma nova etapa nessas relações, um salto de qualidade no modelo de cooperação que tivemos até agora. Mais que parceiros comerciais, queremos ser parceiros também na pesquisa científica e tecnológica, na inovação e na criação de produtos com tecnologias verdadeiramente binacionais.¹

(Dilma Rousseff, 2011.)

O Brasil e a República Popular da China² – doravante RPC –, estabeleceram relações diplomáticas no dia 15 de agosto de 1974.³ O governo brasileiro passou a reconhecer a RPC como único governo legal da China, sendo Taiwan (sede do governo nacionalista) parte inalienável do território da RPC. No dia 28 de novembro de 1974, o Brasil e a China celebraram o acordo que tratou da instalação da Embaixada da China em Brasília e da Embaixada do Brasil em Pequim.⁴

O estabelecimento das relações diplomáticas sino-brasileiras deveu-se, entre outros fatores, à necessidade brasileira de ampliar seu mercado consumidor, buscando parcerias que fossem capazes de garantir acesso a matérias-primas e tecnologia. Nesse sentido, a aproximação com países socialistas se deu graças à flexibilização ideológica garantida pela política externa adotada pelos militares, denominada pragmatismo, que buscou aproximar o Brasil da China.

1 Trecho do discurso da então Presidente Dilma Rousseff, proferido em Pequim, no dia 12 de abril de 2011. Discurso disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/videos/discurso-da-presidenta-dilma-dialogo-de-alto-nivel-brasil-china>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

2 Com a proclamação da República Popular da China, em 1º de Outubro de 1949, a China se dividiu em República Popular da China (RPC) e República da China, resultado da polarização das forças políticas que disputavam o controle do país, os comunistas e os nacionalistas. Liderados por Mao Tsé-tung, os comunistas assumiram o controle da China dando início à RPC, com capital em Pequim. Outros termos como China Popular, China Continental, China Comunista e governo de Pequim, são usados como sinônimos à RPC. No tocante à República da China, sediada em Taiwan, existem também os sinônimos: China Nacionalista, Taiwan, governo de Taipé e Formosa. Optou-se por utilizar ao longo desta pesquisa a sigla RPC, ou apenas China, para referir-se à República Popular da China, e China Nacionalista ou Taiwan, quando se referir à República da China.

3 A cerimônia de estabelecimento das relações diplomáticas foi presidida pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Azeredo da Silveira, juntamente com o Vice-Ministro do Comércio da RPC, Chen Chien. O documento da referida cerimônia foi digitalizado e está disponível para consulta na plataforma Concórdia. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/2183?page=11&s=china&tipoPesquisa=1>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

4 O acordo foi digitalizado e também se encontra disponível para consulta na plataforma Concórdia. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/2209?page=11&s=china&tipoPesquisa=1>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

Desde então, foram firmados inúmeros acordos bilaterais entre China e Brasil e registrou-se também um variado intercâmbio, seja em visitas e de contatos políticos, seja em termos de comércio. O Brasil e a China têm acordos firmados nas áreas científica e tecnológica, econômica, comercial, industrial, agropecuária, de comunicação, ambiental, energética – principalmente na de energia elétrica –, de infraestrutura, entre outras áreas.

Entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, houve um distanciamento entre os dois países, dado o contexto internacional, com destaque para o fim da Guerra Fria.⁵ A partir de 1993, a parceria entre Brasil e China passou a ser definida como estratégica. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), o enfoque maior foi a recuperação econômica, sobressaindo-se diante de todos os outros segmentos.⁶ Nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), as relações com países em desenvolvimento ganharam fôlego e houve a reaproximação do Brasil com a Ásia. Em 2004 foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). A criação da COSBAN expressa o crescimento do papel da China na economia brasileira, bem como o adensamento das relações diplomáticas.

No ano de 2009, a China passou a ser o maior parceiro comercial do Brasil.⁷ Além de principal parceiro comercial, a China passou a ter uma contribuição relevante na entrada dos investimentos estrangeiros no país. Em maio de 2015, durante a visita do Primeiro-Ministro da RPC, Li Keqiang, foi assinado o Plano de Ação Conjunta de 2015/2021, que estabeleceu compromissos nas áreas de política, comércio, energia e mineração, econômico-financeira, agricultura, qualidade de inspeção, tecnologia de informação, cooperação espacial, ciência/tecnologia/inovação, cultura e educação, entre outras.⁸

De acordo com um levantamento feito pela Fecomércio-MG, em 2015, nas exportações brasileiras para os chineses predominavam produtos primários, com baixo valor

⁵ Para maiores informações a respeito do afastamento das relações sino-brasileiras, conferir o item 1.5 - Declínio das relações bilaterais no final dos anos 1980 (1989-1992), do livro *A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas (1993-2006)*, de Oswaldo Biato Junior. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/899-A_Parceria_Estrategica_Sino-Brasileira.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

⁶ Para melhor entendimento desse contexto, conferir o capítulo 5 - Ampliação e consolidação das relações sino-brasileiras (1995-2004), da tese de doutorado defendida por Danielly Silva Ramos Bécard, no Instituto de Relações Internacionais, da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4964/1/2006_DaniellySilvaRamos.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

⁷ Cf.: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/05/china-e-o-maior-parceiro-comercial-do-brasil-no-mundo>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

⁸ O Plano de Ação Conjunta 2015-2021, bem como outros documentos assinados durante a visita do Primeiro-Ministro chinês, podem ser acessados através do link: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/9687-documentos-assinados-durante-a-visita-oficial-do-primeiro-ministro-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-ao-brasil-brasilia-e-rio-de-janeiro-19-de-maio-de-2015#pac-pt>>. Acesso em 15 mar. 2019.

agregado (soja, minério de ferro e petróleo). Já os chineses exportavam para o Brasil produtos com valor agregado mais elevado (eletroeletrônicos, máquinas, ferramentas e tecidos). “O resultado esperado dessa troca seria um saldo negativo na balança comercial brasileira. Porém, o volume de exportações brasileiras à China é muito maior que o volume importado, e isso faz com que essa transação seja superavitária para o país.”⁹

Segundo Severino Cabral, a relação política e estratégica sino-brasileira adota uma característica importante: essa relação aproxima e une “os dois maiores países do mundo em desenvolvimento.”¹⁰ Compreender a relevância histórica das relações mantidas entre Brasil e China faz-se necessário, ainda mais no momento político que vivenciamos, em que tal relação é questionada por agentes políticos, que por falta de conhecimento ou preconceito ideológico, argumentam que tal relação é vantajosa apenas para os chineses.

Posto isso, a presente dissertação visa analisar o período entre 1961 e 1965 que foi quando houve a aproximação do Brasil com a China, e um brusco rompimento com o início do governo militar, quando nove chineses que estavam no Brasil foram presos, acusados de atividades subversivas. Logo, a pesquisa visa problematizar: de que forma se deu a aproximação do Brasil com a China no período da Política Externa Independente? Qual a conjuntura que possibilitou a vinda desses nove chineses para o Brasil? Como a prisão dos nove chineses contribuiu para o afastamento das relações sino-brasileiras?

A Política Externa Independente (PEI), formulada durante a gestão do presidente Jânio Quadros (1961), com apoio de Afonso Arinos, Ministro das Relações Exteriores, pode ser compreendida como um conjunto de princípios e atitudes independentes na formulação da Política Externa, que vigorou durante os mandatos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) enquanto presidentes da República.

O governo brasileiro não reconheceu o governo comunista instaurado por Mao Tsé-tung e manteve relações diplomáticas com Taiwan. A opção pelo não reconhecimento da RPC está diretamente ligada à conjuntura internacional inaugurada com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria. Nesse período, o governo brasileiro era presidido pelo general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que mantinha um alinhamento quase que automático com os

⁹ FECOMÉRCIO. Acordo bilateral Brasil-China. Belo Horizonte: Fecomércio MG, 2015. Disponível em: <http://www.adesita.org.br/uploads/adesita_2014/arquivos/estudos-economicos-informa-06.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

¹⁰ CABRAL, Severino. O Brasil e a China - Uma visão brasileira da parceria estratégica. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL (2, 2006). **O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: Ásia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 90. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/al000112.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

interesses dos Estados Unidos, representantes do capitalismo, e afastava-se da esfera comunista. Entretanto, as relações entre o Brasil e Taiwan foram “esfriadas” durante a vigência da PEI e houve a aproximação com a RPC, principalmente após a Missão Comercial do Brasil à China, chefiada pelo vice-presidente, João Goulart, em agosto de 1961.

A Missão Comercial do Brasil à China permitiu a aproximação dos dois países através de atividades econômicas. Além disso, o Brasil recebeu jornalistas e empresários chineses e membros de um grupo responsável por organizar uma exposição de produtos chineses no Brasil. Num total de nove, esses foram os chineses presos no início do governo militar, os quais ficaram detidos por cerca de um ano. O episódio da prisão dos chineses encerrou o período de aproximação entre Brasil e China. Aproximação essa que só seria retomada no início da década de 1970, quando a China foi aceita como membro permanente no Conselho de Segurança, na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1971.

Há uma considerável bibliografia que se propõe a analisar a Política Externa brasileira, inclusive no período de 1961 a 1964, por esse período se diferenciar da diplomacia que vinha sendo adotada pelo Brasil até então. No entanto, o foco dessas obras não são especificamente as relações sino-brasileiras. Dos capítulos de livros, teses e dissertações que abordam as relações entre Brasil e China, prioriza-se a análise do período posterior ao estabelecimento das relações diplomáticas, em 1974. Apesar de a China ter se tornado uma grande potência e ocupar atualmente o posto de segunda maior economia do mundo, a análise histórica das relações sino-brasileiras durante a década de 1960 não é muito recorrente no meio acadêmico brasileiro.

Um estudo mais detalhado desse período serve para aprofundar os conhecimentos a respeito desse tema e também para desenvolver um trabalho de análise histórica sobre as relações políticas da China e do Brasil no período de 1961 a 1965, visando contribuir para o meio acadêmico, visto que estudos históricos que se dispõem a analisar profundamente essas relações são escassos. Assim sendo, a presente pesquisa se propõe a preencher essa lacuna historiográfica e promover um debate sobre a importância das relações sino-brasileiras no período que antecede o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1974.

Para elaboração desta pesquisa, a escolha da análise das relações sino-brasileiras a partir da adoção da Política Externa Independente, tendo como foco a prisão dos nove chineses, se deu pelo fato desse episódio ser pouquíssimo estudado na historiografia brasileira. Espera-se, com esta pesquisa, contribuir para a divulgação deste episódio pouco abordado da história diplomática do Brasil.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O referencial teórico acerca da política externa brasileira baseia-se nos seguintes autores: Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno e Paulo Fagundes Vizentini. Dos dois primeiros autores, destacamos o livro *História da política exterior do Brasil*, que apresenta a evolução da política externa do Brasil, desde a independência até a década de 1980. Amado Luiz Cervo organizou o livro *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*, uma importante obra da historiografia brasileira, “que tem por fim o estudo orgânico e evolutivo das relações internacionais do Brasil.”¹¹ A análise de dois livros de Paulo Fagundes Vizentini, contribui para o entendimento da política externa brasileira. O primeiro livro, *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964*, analisa esse período importante da diplomacia brasileira, perpassando o projeto populista de Getúlio Vargas, o desenvolvimentismo associado do governo de Juscelino Kubitschek e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart. O segundo livro, *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*, contribui para compreensão da política externa adotada pelos militares, que nos serviu de aporte para compreender o processo de prisão, julgamento e expulsão dos nove chineses.

Para análise do caso dos nove chineses presos no Brasil no início do governo militar, o livro *O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung*, de Ciça Guedes e Murilo Fiuza de Melo, foi de grande relevância. Os autores fizeram largo uso de fontes como o Processo de Apelação 34.582/65, do Superior Tribunal Militar, arquivos do Sistema Nacional de Informação, disponíveis no Arquivo Nacional, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Muitos autores se propuseram a estudar sobre a China e existem muitas obras publicadas acerca disso. Para compreender um pouco mais a história da China e sua diplomacia, a obra de Sergio Caldas Mercador Abi-sad, *A Potência do Dragão: A Estratégia Diplomática da China*, foi extremamente importante. O autor traça um paralelo entre as estratégias diplomáticas da China com a realidade brasileira, considerando esses dois países, que apesar da distância geográfica e cultural, têm em comum a busca de independência e de uma posição de destaque no cenário mundial. Outra valiosa contribuição é o livro *Mao: a história*

¹¹ CERVO, Amado Luiz. (org.). **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 7.

desconhecida, biografia de Mao Tsé-tung, escrita por Jung Chang e Jon Halliday, que conta com uma lista imensa de entrevistas, com pessoas de diversos países que conviveram com Mao Tsé-tung, inclusive João Amazonas, líder do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que esteve com Mao Tsé-tung durante suas visitas à China. Além das entrevistas, os autores realizaram uma profunda pesquisa documental, em arquivos de diversos países (Albânia, Alemanha, Bulgária, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Japão, Rússia e Suíça).

Tratando-se ainda do referencial teórico, alguns autores e obras fazem-se necessários, como Henry Kissinger, *Sobre a China*, que aborda sobre a diplomacia, a estratégia e a negociação da China e apresenta uma íntima perspectiva histórica sobre a política internacional chinesa; John K. Fairbank e Merle Goldman, *China: uma nova história* que nos fornece um panorama bastante amplo da História chinesa, desde a pré-história até início do século XXI, obra a partir da qual buscamos aprofundar alguns temas que se fizeram essenciais para esta pesquisa. Para entender o processo de implementação do comunismo chinês, dois livros de Daniel Aarão Reis Filho, *A construção do socialismo na China* e *A revolução chinesa*, foram essenciais.

Há importantes contribuições acadêmicas a respeito das relações sino-brasileiras, como a tese de doutorado de Danielly Silva Ramos Bécard, *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. A tese foi apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, no ano de 2006, e teve uma grande contribuição para esta pesquisa. Há também a dissertação de Mestrado de Carlos Ricardo Caichiolo, do departamento de História da Universidade de Brasília, que traz um panorama geral das relações bilaterais estabelecidas entre Brasil e China no período de 1949 até 1979. Seu segundo capítulo, *Aproximação com a Política Externa Independente, 1960-1964* e terceiro capítulo, *Interrupção da aproximação, 1964-1967*, são importantes contribuições para esta pesquisa, apesar de o autor abordar esses períodos de modo um tanto superficial.

METODOLOGIA E ANÁLISE DOCUMENTAL

Uma das principais dificuldades, no que tange à pesquisa histórica, é o acesso às fontes. A falta delas, a dificuldade de leitura/compreensão, ou até mesmo, em alguns casos, o excesso de fontes produzidas, estão entre algumas das dificuldades que historiadores e demais pesquisadores enfrentam ao lidar com fontes primárias. No tocante à pesquisa para elaboração desta dissertação, a dificuldade de acesso às fontes se deu pelo fato de o Brasil e a China não terem relações diplomáticas estabelecidas no período mencionado, logo não havia Embaixada

do Brasil na China, nem da China no Brasil. Devido a isso, os documentos encontrados no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (MRE ou Itamaraty¹²), localizado em Brasília-DF, foram enviados e recebidos de diversas Embaixadas do Brasil pelo mundo. Anterior a 1974, os documentos que tratam das relações sino-brasileiras estão dispersos, fato esse que dificultou a busca por fontes. Para se ter acesso a totalidade dos documentos sobre as relações sino-brasileiras no período anterior ao estabelecimento das relações diplomáticas, seria necessário analisar documentos trocados por todas as Embaixadas do Brasil no mundo, algo que demandaria muito tempo de pesquisa nos arquivos do Itamaraty e infelizmente não foi possível fazer.

Como o objetivo principal da pesquisa é analisar as relações políticas sino-brasileiras do período de 1961 a 1965, as fontes escolhidas para análise foram documentos oficiais, presentes no Arquivo do Itamaraty. As fontes utilizadas para essa análise foram selecionadas durante a pesquisa *in loco* realizada no Arquivo do Itamaraty, em outubro de 2017. Entre os documentos encontram-se comunicados, memorandos, telegramas, discursos, relatórios, informativos, declarações, entre outros, que tratam, em sua maior parte, das relações sino-brasileiras entre meados da década de 1950 até 1964.

Outra importante fonte utilizada para elaboração dessa pesquisa foi o processo sobre a prisão dos nove chineses. O processo tramitou no Superior Tribunal Militar e foi digitalizado a partir da iniciativa do projeto Brasil Nunca Mais Digit@l. O arquivo conta com 1.887 páginas, das quais alguns trechos estão ilegíveis ou foram digitalizados de uma maneira que impede a leitura de todo o texto. O processo encontra-se disponível para pesquisa indexada no site bnmdigital.mpf.mp.br¹³.

Além das fontes já mencionadas, foram utilizadas também notícias de alguns jornais como: *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Imprensa Popular*, *Voz Operária* e *Novos Rumos*, disponibilizados a partir do projeto Hemeroteca Digital. O objetivo do uso de tais notícias é demonstrar como a mídia estava retratando alguns assuntos relacionados à pesquisa. Quanto à utilização das fontes, foram feitas as transcrições tais qual o documento, utilizando os grifos originais, e respeitando a grafia comum à época. Todas as fontes consultadas no Arquivo do Itamaraty que foram utilizadas ao longo da pesquisa podem

¹² Entre os anos de 1899 e 1970, a sede do Ministério das Relações Exteriores era o Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, o MRE passou a ser conhecido pelo nome do edifício que o abrigava. Mesmo após a mudança para Brasília, o termo Itamaraty continuou a ser usado como um sinônimo ao MRE.

¹³ Link direto para acesso ao processo: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/006.html#T1>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ser acessadas através do link: <<https://bit.ly/2DY0Jzq>>. Os arquivos encontram-se nomeados de acordo com as referências.

Com relação à grafia das palavras chinesas, existem duas formas de transliteração dos caracteres chineses para o alfabeto latino: o Wade-Giles (tradicional) e o Pinyin (moderno). O primeiro era muito utilizado no Ocidente até a década de 1980, já o Pinyin foi instituído pela República Popular da China em 1979. Desde então, o Pinyin é utilizado em publicações tanto ocidentais como orientais.¹⁴ Para realização desta pesquisa, optou-se pela adoção do método Wade-Giles, pois os documentos a que faremos menção, em sua maioria da década de 1960, utilizam esse método de escrita. Apesar do esforço da China para que seja utilizado o método Pinyin, no Brasil alguns nomes ainda são grafados no método tradicional, como, por exemplo, os nomes das cidades Pequim, Nanquim, Hong Kong e Xangai, que no método Pinyin escreve-se Beijing, Nanjing, Xianggang e Shanghai, respectivamente. A saber, o nome de Mao Tsé-tung (no método Wade-Giles), escreve-se Mao Zedong no método Pinyin, e do líder nacionalista Chiang Kai-shek (no método Wade-Giles), escreve-se Jiang Jieshi no método Pinyin. No caso em que livros citam nomes de pessoas ou lugares no sistema Pinyin, a grafia tradicional será indicada entre colchetes.

Para elaboração da pesquisa, no que tange à política externa brasileira, utilizou-se, além dos documentos consultados no Itamaraty, documentos históricos compilados em quatro livros. Os dois primeiros livros, organizados por Alvaro da Costa Franco, são *Documentos da Política Externa Independente*, volume 1 e 2¹⁵, que reúnem os principais documentos da política externa brasileira do período de janeiro de 1961 até março de 1964. A compilação desses documentos, feita por Franco, é uma contribuição de extrema importância para o estudo da Política Externa Independente. O terceiro livro, organizado por Eugênio Vargas Garcia, *Diplomacia Brasileira e política externa: documentos históricos (1493-2008)*¹⁶, reúne documentos de mais de quinhentos anos de história da diplomacia brasileira, do período colonial até a contemporaneidade. O quarto livro é *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995*, que apresenta os discursos dos Chefes de Delegações brasileiras às sessões e abertura da Assembleia Geral da ONU.

¹⁴ KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 17.

¹⁵ Os livros estão disponíveis para consulta no site da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/410-Documentos_da_Politica_Externa_Independente_-_Vol._I.pdf> (Volume 1) e <http://funag.gov.br/biblioteca/download/500-Documentos_da_Politica_Externa_Independente_-_Vol._II.pdf> (Volume 2). Acesso em: 10/07/2018.

¹⁶ O livro foi disponibilizado pelo autor em arquivo PDF e pode ser consultado em: <http://www.academia.edu/20169223/Diplomacia_brasileira_e_pol%C3%ADtica_externa_Documentos_historicos_1493-2008>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Buscando verificar os argumentos sinteticamente apresentados anteriormente e a fim de atingir os objetivos propostos por esta pesquisa, a presente dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo será abordada a diplomacia brasileira e chinesa. Com relação ao Brasil, serão analisados aspectos que nortearam a formulação da Política Externa Independente e a aproximação com os países socialistas/comunistas, com destaque para as relações com a União Soviética e a China. Abordaremos também a política externa adotada pelos militares, logo após o golpe civil-militar. No tocante à diplomacia chinesa, será traçado inicialmente um panorama do processo que levou os comunistas a conquistarem o poder em 1949. Na sequência, serão abordados os princípios que orientaram a diplomacia chinesa após a Proclamação da RPC, em 1949.

No segundo capítulo, as relações sino-brasileiras serão analisadas a partir dos documentos já mencionados. Para entender a aproximação entre Brasil e China será necessário analisar também a década de 1950, interpretando as relações culturais e econômicas estabelecidas nesse período. Já na década de 1960, serão destacados três aspectos: a Missão Comercial do Brasil na China, chefiada por João Goulart, em 1961, a influência do maoísmo no Partido Comunista do Brasil e os debates sobre a aceitação da China na ONU. Esses momentos recebem destaque devido à importância desses episódios para o entendimento das relações sino-brasileiras.

Por fim, será feita no terceiro capítulo a análise da prisão dos nove chineses, em 1964, para compreendermos de que forma aconteceu o afastamento entre Brasil e China a partir de tal fato, tendo como base os documentos pesquisados no Itamaraty e a Ação Penal nº 7.470/64. A análise do caso dos nove chineses será feita a partir da cronologia dos acontecimentos que se iniciaram com a chegada destes chineses ao Brasil, seguidos de sua prisão e julgamento, analisando em todas as etapas de que forma o caso dos chineses era retratado pela imprensa brasileira.

1 A DIPLOMACIA BRASILEIRA E CHINESA

1.1 A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

Foi durante o período em que adotou a Política Externa Independente – de 1961 à 1964 – que o Brasil buscou aproximar as relações com a RPC. Nesse período, o Brasil era governado por Jânio Quadros, que em seu breve mandato, apresentou ao Congresso Nacional uma mensagem sobre a PEI, em que colocava o Brasil em posição de negociação do estabelecimento ou restabelecimento de relações diplomáticas¹⁷ com países socialistas. San Tiago Dantas¹⁸, no seu livro *Política Externa Independente*, destaca já no prefácio os pontos que nortearam a PEI:

Creio que esse sistema [PEI] ordenou-se dos seguintes pontos:

- A. contribuição à preservação de paz, através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;
- B. reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos;
- C. ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas;
- D. apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole.¹⁹

O primeiro ponto destacado (A) pode ser percebido com o posicionamento do Brasil na Conferência do Desarmamento em Genebra, realizada em março de 1962, onde o Brasil apareceu como país não alinhado e se posicionou contra os testes nucleares realizados pela União Soviética. O princípio de não intervenção e autodeterminação dos povos (B) foi

¹⁷ Relações diplomáticas podem ser estabelecidas entre quaisquer Estados soberanos, desde que haja mútuo consentimento. Tal premissa é garantida pelo artigo 2, da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, realizada em 1961, na Áustria. No Brasil, a Convenção foi promulgada a partir do decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965.¹⁷ A Convenção é composta por 53 artigos que versam sobre a maneira como as relações diplomáticas devem ser mantidas e garante privilégios e imunidades aos funcionários diplomáticos. Anterior à referida convenção, a Sexta Conferência Internacional Americana, realizada em Havana, em 1928, já tratava dos direitos e deveres dos funcionários diplomáticos. No Brasil, tal conferência foi promulgada pelo decreto nº 18.956, de 22 de outubro de 1929. BRASIL. Decreto nº 18.956, de 22 de outubro de 1929. Promulga seis convenções de direito internacional público, aprovadas pela Sexta Conferência internacional americana. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 22 out. 1929. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18956-22-outubro-1929-549004-publicacaooriginal-64267-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018

¹⁸ San Tiago Dantas foi Ministro das Relações Exteriores no período de setembro de 1961 a julho de 1962, sendo precedido e sucedido por Afonso Arinos. Segundo Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, ele foi “um dos principais formuladores da Política Externa Independente.” CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992, p. 294.

¹⁹ DANTAS, San Tiago. **Política externa independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 10. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/839-Politica_Externa_Independente.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

defendido pelo Brasil na Conferência de Punta del Este²⁰, quando votou contra a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Com a expansão demográfica do Brasil na década de 1960 fez-se necessário a ampliação das relações comerciais com países latino-americanos, bem como com os Estados Unidos e países da Europa Ocidental, além de viabilizar as relações com países socialistas (C):

Com relação aos países socialistas, o Ministério das Relações Exteriores fez tudo que se achava ao seu alcance para criar uma linha de intercâmbio, que deve adaptar-se, para lograr pleno êxito, ao tipo de transações característico dos sistemas de economia centralmente planejada. Nenhuma possibilidade de crescimento existe nessa área se o Brasil desejar esquivar-se às regras do comércio bilateral, planejando com as autoridades dos países socialistas, ao mesmo tempo, a compra e a venda de seus respectivos produtos.²¹

Com relação ao quarto ponto (D), o caso mais notório é o posicionamento do Brasil com relação à guerra de independência de Angola, que iniciou sua luta para libertar-se do domínio português em fevereiro de 1961. No discurso proferido por Afonso Arinos²² na Assembleia da ONU, em janeiro de 1962, ele defendeu que a luta armada prolongaria o entendimento entre os dois países.²³

Sustentando o princípio da autodeterminação de Angola, o Brasil não só se mantém fiel à sua história de antiga colônia e aos seus ideais de nação livre e democrática, como cumpre o compromisso sagrado que assumiu ao assinar a Carta de São Francisco e ao votar a favor das resoluções das Nações Unidas relativas à eliminação do colonialismo em todo o mundo.²⁴

Apesar desse esforço por parte do Brasil, a Angola só conquistaria sua independência em novembro de 1975.

A PEI adotada pelo Brasil não foi bem vista pela ala mais conservadora da política brasileira. Um reflexo disso foram as sucessivas mudanças no Ministério das Relações Exteriores, que no período de 1961 a 1964 teve cinco ministros: Afonso Arinos (janeiro de 1961 a agosto de 1961), San Tiago Dantas (setembro de 1961 a junho de 1962), novamente Afonso

²⁰ Denominação pela qual ficou conhecida a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Punta del Este, Uruguai, entre 22 e 31 de janeiro de 1962. Fonte: KRAMER, Paulo. Conferência de Punta del Este. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/punta-del-este-conferencia-de>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

²¹ DANTAS, San Tiago. **Política externa independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 15. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/839-Politica_Externa_Independente.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

²² Afonso Arinos foi ministro das Relações Exteriores durante o governo de Jânio Quadros (de janeiro de 1961 a agosto de 1961) e novamente no período de julho de 1962 a setembro de 1962.

²³ DANTAS, San Tiago. op. cit., p. 192.

²⁴ Ibidem, p. 195.

Arinos (julho de 1962 a setembro de 1962), Hermes Lima (setembro de 1962 a junho de 1963), Evandro Lins e Silva (junho de 1963 a agosto de 1963) e João Augusto de Araújo Castro (agosto de 1963 a março de 1964)²⁵. A sucessão de ministros do MRE não ficou restrita à pasta das Relações Exteriores. No período em que adotou o parlamentarismo como regime de governo (de setembro de 1961 a janeiro de 1963), o Brasil teve três primeiros-ministros. Para melhor compreensão da sucessão dos cargos de Ministro das Relações Exteriores e de primeiro-ministro, vejamos a tabela a seguir:

TABELA 1 – MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E PRIMEIROS-MINISTROS DO BRASIL (1961-1964)

Ministério das Relações Exteriores (1961-1964)	
Ministro	Período
Afonso Arinos	Jan. 1961 - ago. 1961
San Tiago Dantas	Set. 1961 - jun. 1962
Afonso Arinos	Jul. 1962 - set. 1962
Hermes Lima	Set. 1962 - jun. 1963
Evandro Lins e Silva	Jun. 1963 - ago. 1963
João Augusto de Araújo Castro	Ago. 1963 - mar. 1964
Gabinete Parlamentarista (1961-1963)	
Primeiro-ministro	Período
Tancredo Neves	Set. 1961 - jun. 1962
Francisco de Paula Brochado da Rocha	Jul. 1962 - set. 1962
Hermes Lima	Set. 1962 - jan. 1963

FONTE: A autora (2019)

Em janeiro de 1961, Afonso Arinos foi nomeado como de ministro das Relações Exteriores. Durante seu exercício, foi implementada a Política Externa Independente. Após a renúncia de Jânio Quadros, Afonso Arinos foi afastado do MRE e voltou ao seu cargo de senador, em que desempenhou um papel importante na articulação da emenda Constitucional que instituiu o regime parlamentarista. Com a crise após a renúncia, o Brasil adotou o regime parlamentar e Tancredo Neves foi escolhido para ser o primeiro-ministro do novo gabinete. San Tiago Dantas assumiu o Ministério das Relações Exteriores, dando continuidade à Política Externa Independente. Afonso Arinos continuaria desempenhando papel ativo nas relações internacionais.²⁶

A adoção do parlamentarismo não conseguiu colocar a economia brasileira nos trilhos. Somada à crise econômica, crescia a radicalização política que opunha os defensores das

²⁵ Segundo lista apresentada pelo Centro de História e Documentação Diplomática, da FUNAG. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

²⁶ LEMOS, Renato. Afonso Arinos De Melo Franco. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

reformas de base, propostas pelo presidente João Goulart, e as forças conservadoras que eram contra essas medidas.

No dia 1º de maio de 1962, Goulart pronunciou um discurso em Volta Redonda (RJ) defendendo o caráter inadiável das reformas e pregando o retorno ao regime presidencialista para garantir a ação de um poder executivo forte e mais estável. Cresceu então a desconfiança dos setores conservadores em relação às intenções do governo. Nesse contexto, o gabinete de Tancredo Neves — que se caracterizava por uma política de compromisso para obter um amplo consenso nacional — começou a perder sua razão de existir.²⁷

Em junho, Tancredo Neves e demais membros do seu gabinete se demitiram, ficando seus membros em condições de concorrer às eleições que aconteceriam em outubro. San Tiago também renunciou ao cargo para concorrer à Câmara Federal. Com a renúncia de Tancredo Neves, João Goulart indicou San Tiago Dantas para assumir o cargo de primeiro-ministro, mas sua indicação foi rejeitada pela ala conservadora do Congresso, que criticava sua atuação na direção da política externa (cabe lembrar que San Tiago Dantas estava à frente do MRE quando o Brasil reatou relações diplomáticas com a URSS e se colocou contra a expulsão de Cuba da OEA). Quando João Goulart indicou o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, sindicalistas de São Paulo organizaram uma greve geral, em favor de San Tiago Dantas, que aconteceu mesmo após a renúncia de Moura Andrade. A crise da indicação para o cargo de primeiro-ministro foi resolvida no dia 10 de julho, com a aprovação de Francisco de Paula Brochado da Rocha²⁸, que ficaria como primeiro-ministro por apenas 65 dias. Nesse momento, Afonso Arinos voltou ao cargo de ministro das Relações Exteriores.

Ao assumir a presidência do Conselho de Ministros, Brochado da Rocha se empenhou em antecipar para dezembro de 1962 o plebiscito que decidiria entre a continuidade do parlamentarismo ou o retorno ao presidencialismo. O plebiscito estava inicialmente previsto para 1965. Impossibilitado de aprovar as medidas políticas e econômicas que pretendia, Brochado da Rocha renunciou ao cargo em 14 de setembro de 1962, junto com todo seu gabinete, incluindo Afonso Arinos, que deixava novamente o MRE. Após a renúncia de Brochado da Rocha, foi estabelecida a autorização para realização do plebiscito, que aconteceria no dia 6 de janeiro de 1963. João Goulart nomeou então Hermes Lima para exercer

²⁷ CAMPOS, Patrícia; RAMOS, Plínio de Abreu. Tancredo de Almeida Neves. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tancredo-de-almeida-neves>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

²⁸ KELLER, Vilma. Francisco Clementino de San Tiago Dantas. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-clementino-de-san-tiago-dantas>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

o cargo de primeiro-ministro, até a realização do plebiscito. Hermes Lima acumulou os cargos de primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores. Em janeiro de 1963, foi realizado o plebiscito que decidiu pelo retorno do presidencialismo, com isso, Hermes Lima deixou de ser primeiro-ministro, mas manteve o cargo de ministro das Relações Exteriores até junho de 1963, seguindo os preceitos da Política Externa Independente.

Dando prosseguimento ao programa iniciado por San Tiago Dantas, em fevereiro de 1963 Hermes Lima instalou o Coleste, grupo de coordenação do comércio com os países socialistas do leste europeu. Em março, quando foi assinado um acordo comercial com a União Soviética, o chanceler brasileiro autorizou o embaixador Aluisio Régis Bittencourt, secretário-adjunto para assuntos da Europa Oriental e Ásia, a elaborar estudos para negociações com a Hungria, Polônia, Bulgária e Iugoslávia. Outra atitude considerada renovadora na época foi o voto contrário dado pelo Brasil em uma reunião da OEA, em abril de 1963, quando foi aprovada a criação de uma comissão destinada a investigar atividades consideradas subversivas no continente. Pelo texto aprovado, a própria OEA podia realizar investigações sem o consentimento dos países.²⁹

San Tiago Dantas assumiu o Ministério da Fazenda, onde ficaria até junho de 1963, quando renunciou, entre outros fatores, por problemas de saúde decorrentes de um câncer de pulmão. Sofrendo vários ataques protagonizados por setores da esquerda, que pressionavam o presidente para realização das reformas de base, João Goulart promoveu uma reformulação ministerial. O MRE passou a ser chefiado por Evandro Lins e Silva e Hermes Lima foi nomeado para o Supremo Tribunal Federal.

Evandro Lins e Silva, que fizera parte da comitiva que acompanhou João Goulart na sua viagem à China, em agosto de 1961, ficaria no cargo de ministro do MRE até agosto de 1963, quando foi substituído por João Augusto de Araújo Castro. Lins e Silva se declarava socialista, facilitando a compreensão de porque ele ficaria no MRE por pouco mais de um mês. Durante uma viagem à Itália, em junho de 1963, João Goulart esteve com o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, que teria dito: “Temos informações, Sr. Presidente, de que há comunistas no seu governo! O Sr. Lins e Silva e o Sr. Riff, por exemplo!”. Raul Ryff era assessor de imprensa e tinha feito parte do PCB.³⁰

O novo ministro das Relações Exteriores, Araújo Castro, era diplomata de carreira e já tinha servido como ministro-conselheiro da embaixada do Brasil no Japão, em abril de 1959, e fora enviado por Jânio Quadros como observador na Reunião Preliminar e Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países Não Alinhados, realizada no Cairo entre 5 e 13 de

²⁹ COUTINHO, Amélia. Hermes Lima. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-hermes>>. Acesso em 4 abr. 2019

³⁰ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 352.

junho de 1961.³¹ Em agosto de 1961, Araújo Castro também fez parte da comitiva de Jango em viagem à China, sobre a qual ele redigiu um importante relatório, que será analisado no item 2.3. Durante o exercício de seu mandato, Araújo Castro teria agido contrariamente à determinação do presidente:

atendendo a uma solicitação do então chefe do Estado-Maior do Exército, general Humberto Castelo Branco, no sentido de incentivar a renovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos sob a forma de um ajuste detalhado que previa a assistência norte-americana em caso de "ameaça ou atos de agressão, ou quaisquer outros perigos à paz e à segurança", conforme compromissos previstos na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). De acordo com o mesmo autor, esse reforço da assistência militar norte-americana visava fornecer aos EUA uma base instrumental para legitimar uma intervenção armada no Brasil caso o presidente Goulart e seus correligionários viessem a tentar um golpe de inspiração esquerdista. Tais entendimentos ter-se-iam afinal concretizado mediante troca de notas entre Araújo Castro e o encarregado de Negócios dos EUA no Brasil, John Gordon Mein, no dia 30 de janeiro de 1964.³²

Araújo Castro salientava, sempre que possível, “o caráter profissional de sua função, evitando sempre qualquer participação na política interna do governo”. A exemplo disso, Araújo Castro, “foi o único ministro de Estado ausente do comício em favor das reformas de base, realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964 sob o comando do presidente Goulart”. Com início do governo militar, Araújo Castro foi o único que “pediu” demissão, ou seja, saiu por vontade própria. Em seu lugar, assumiu Vasco Leitão da Cunha, que se propôs a dismantelar os princípios que regiam a PEI.³³ Leitão da Cunha exerceria o cargo de ministro das Relações Exteriores até janeiro de 1966.

Conforme visto anteriormente, durante a vigência da PEI o Brasil buscou estreitar relações com países socialistas. O presidente Jânio Quadros mostrava-se favorável à discussão sobre a inclusão RPC na Organização das Nações Unidas:

Convicto de que o continuado desconhecimento de uma situação política e jurídica estável não propicia a redução das tensões internacionais, determinou o Governo que a Delegação do Brasil à Assembleia Geral das Nações Unidas vote, na primeira oportunidade que se apresentar, pela aceitação das credenciais dos representantes da

³¹ O ministro Araújo Castro elaborou um extenso relatório sobre a conferência. Cf. FRANCO, Alvaro da Costa (org.). **Documentos da política externa independente**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007a. v. 1. p. 94-115. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/410-Documentos_da_Politica_Externa_Independente_-_Vol_1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018

³² JOÃO Augusto de Araújo Castro. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-augusto-de-araujo-castro>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

³³ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992, p. 332.

República Popular da Hungria e pela inclusão, na ordem do dia, da questão da representação da República Popular da China.³⁴

Jânio Quadros ainda solicitou ao Ministério das Relações Exteriores que fosse organizado um grupo de trabalho que se dispusesse, com exclusividade, a examinar os problemas internacionais do Brasil com relação, entre outras coisas, à China Popular.³⁵ Pouco antes de renunciar ao seu mandato, Jânio Quadros escreveu um artigo para a revista *Foreign Affairs*. O artigo foi traduzido para o português e publicado pela Revista Brasileira de Política Internacional. No artigo, Jânio Quadros pontuou que o Brasil ainda era um país subdesenvolvido, com áreas assoladas pela miséria e que era, até o início da década de 1960, um país quase desconhecido no cenário internacional, mas que, com a adoção da PEI, o Brasil passaria a ser “ouvido em assuntos internacionais”. O presidente afirmou que o Brasil não fazia parte de bloco algum, “nem mesmo do bloco neutralista”, e pontuou:

O Brasil, que por má interpretação ou distorção do seu bom senso político, levou vários anos sem contactos regulares com as nações do bloco comunista, a ponto, mesmo, de ter apenas relações comerciais indiretas e insuficientes com elas. Como parte do programa do meu governo, decidi examinar a possibilidade de reatar relações com a Romênia, Hungria, Bulgária e Albânia; essas já foram agora estabelecidas. Negociações para o reatamento de relações com a União Soviética estão em progresso e uma missão oficial brasileira vai à China para estudar as possibilidades de trocas. Em consonância com essa revisão de nossa política externa, meu país, como é sabido, decidiu votar a favor da inclusão na agenda da Assembléia Geral das Nações Unidas da questão da representação da China; essa posição inicial terá, no seu devido tempo, suas conseqüências lógicas.³⁶

Não aderindo a nenhum bloco, seja o capitalista ou o socialista, o Brasil teria liberdade para tomar suas próprias decisões de acordo com os interesses nacionais. Se analisarmos a PEI isoladamente, afastada do contexto que a antecede, poderíamos chegar à conclusão que, apesar de preconizar uma política externa independente, sem aderir a nenhum bloco, o Brasil estava “pendendo” para o lado socialista. No entanto, ao analisar a história da política externa brasileira, constata-se que a aproximação com os países ocidentais deu a tônica das relações internacionais do Brasil. Logo, o que a PEI almejava era estender as relações do Brasil com todos os países, não importando se eram ocidentais ou orientais, capitalistas ou socialistas.

³⁴ GARCIA, Eugênio Vargas (org.). **Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 504.

³⁵ Ibidem, p. 511.

³⁶ FRANCO, Alvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007a. v. 1. p. 154. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/410-Docmentos_da_Politica_Externa_Independente_-_Vol._1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

1.2 APROXIMAÇÃO COM O BLOCO SOCIALISTA

Em março de 1960, foi fundada em Pequim a Associação de Amizade China Popular-América Latina, sobre a qual o telegrama datado de 12 de abril de 1960, enviado à Embaixada em Taipé, pede mais informações, “[m]uito agradeceria a Vossa Senhoria informar a Secretaria de Estado do que fôr possível apurar sôbre a Associação de Amizade China Popular - América Latina, criada em Pequim”.³⁷ A referida associação tinha como finalidade estabelecer vínculos de amizade entre a China e os povos latino-americanos, centralizando e intensificando o intercâmbio cultural com o continente sul-americano. Cabe ressaltar que o interesse da China pelo Brasil é anterior a 1960, conforme será visto adiante (item 2.1).

Já no dia 4 de abril de 1961, a Embaixada do Brasil em Havana recebeu o pedido de concessão de vistos para três cidadãos da RPC que pretendiam visitar uma fazenda em São Paulo. Os chineses estavam em Havana para participar da Conferência Regional de Trabalhadores Agrícolas da América Latina, realizada entre 1º e 5 de abril, a qual contou com a presença de delegados de países socialistas. No dia 7, um memorando foi enviado para o Chefe da Divisão de Passaporte para que este opinasse sobre a concessão dos vistos para os chineses. A autora do memorando, Thereza Maria Mendes Machado, expressou sua opinião quanto a concessão dos vistos:

3. Sugiro, com a devida venia de Vossa Senhoria, que o assunto seja submetido ao Departamento Político, para que proceda às consultas convenientes e para que opine sôbre a oportunidade de serem concedidos os referidos vistos, uma vez que êsses senhores são, evidentemente, propagandistas dos ideais comunistas e sua viagem tem caráter político [...].
4. Permito-me sugerir ainda, no caso de serem concedidos os vistos solicitados, que o prazo de permanência dêsses senhores no país seja limitado a dez ou quinze dias, mais que suficientes para visitarem uma fazenda em São Paulo.³⁸

O memorando foi respondido pelo diplomata Adolpho Correa de Sá e Benevides, representando o Conselho de Segurança Nacional, que se posicionou contrário à concessão dos vistos para os chineses que pretendiam visitar o Brasil. Mas nem todos os vistos eram negados aos chineses. Em dezembro de 1961, chegaram ao Brasil dois jornalistas chineses, com vistos concedidos para um ano. Em junho de 1963, mais quatro chineses, que faziam parte grupo destinado a montar uma exposição comercial de produtos da China, foram autorizados a entrar

³⁷ ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE CHINA POPULAR-AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro, 11 abr. 1960. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1

³⁸ MACHADO, Thereza Maria Mendes. **Visto em passaportes. Likeming, Kuomaoan e Huang Minuwei.** Brasília, 7 abr. 1961, p. 2. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, 1961 (jan a jun).

no Brasil. Em janeiro de 1964, três chineses chegaram ao Brasil com objetivo de comprar algodão.³⁹ O caso sobre a prisão dos nove chineses será amplamente analisado no capítulo 3.

Em agosto de 1961, o então vice-presidente do Brasil, João Goulart, chefiou a Missão Comercial do Brasil à República Popular da China, da qual resultou a assinatura do Ajuste Interbancário entre o Brasil e a China, que apresentava os fatos relativos à possibilidade e viabilidade de um fluxo regular de comércio entre China e Brasil, através do Banco Popular da China e o Banco do Brasil (sobre a Missão Comercial do Brasil à RPC, verificar o item 2.3).

O fato de que Brasil e China não mantinham relações diplomáticas não impedia que eles mantivessem relações comerciais. Estabelecer relações diplomáticas com a China implicaria reconhecer o Governo de Pequim como legítimo, e as relações diplomáticas com Taiwan seriam invalidadas⁴⁰. Nesse período, o movimento era de aproximação com a China e o consequente arrefecimento das relações com Taiwan. O Brasil mantinha essa postura, pois já estava prevista para ser debatida em setembro de 1962, na Assembleia Geral das Nações Unidas a restauração dos direitos legítimos da RPC. Se admitida na ONU, seria muito interessante para o Brasil estabelecer relações diplomáticas com a China, dado o interesse econômico já existente entre os dois países (assunto aprofundado no item 2.4).

Para que dois países estabeleçam relações diplomáticas, é necessário que haja entre eles interesses comuns, seja no campo militar, econômico ou cultural. Relações diplomáticas podem ser estabelecidas entre quaisquer Estados soberanos, desde que haja mútuo consentimento. Tal premissa é garantida pelo artigo 2, da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, realizada em 1961, na Áustria. No Brasil, a Convenção foi promulgada a partir do decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965.⁴¹ A Convenção é composta por 53 artigos que versam sobre a maneira como as relações diplomáticas devem ser mantidas e garante privilégios e imunidades aos funcionários diplomáticos. Anterior à referida convenção, a Sexta Conferência Internacional Americana, realizada em Havana, em 1928, já tratava dos direitos e

³⁹ GUEDES, Ciga; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses**: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 13.

⁴⁰ “É princípio de direito internacional que nenhum Estado pode manter simultaneamente relações diplomáticas com mais de um governo de outro Estado. [...] Ao ser outorgado o reconhecimento ao governo *de facto*, cessam automaticamente as relações com o antigo governo, mesmo na hipótese de ele continuar a existir em território nacional.” Cf: SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. **A missão diplomática**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1971, p 66.

⁴¹ BRASIL. Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 8 jun. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d56435.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

deveres dos funcionários diplomáticos. No Brasil, tal conferência foi promulgada pelo decreto nº 18.956, de 22 de outubro de 1929.⁴²

Tal como as relações diplomáticas, “o envio de Missões diplomáticas permanentes efetua-se por consentimento mútuo.” Assim dispõe o artigo 2 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (CVRD), 1961.⁴³ Conforme dito anteriormente, só é possível estabelecer uma Missão diplomática se já houver relações diplomáticas estabelecidas entre dois Estados. Mas esse processo pode se dar com um intervalo de tempo, conforme nos apresenta Geraldo do Nascimento e Silva:

Embora o direito de trocar Missões diplomáticas surja com o nascimento do Estado, entre ambos os fenômenos pode ocorrer um certo lapso de tempo e assim constata-se que, cronologicamente, temos quatro fases distintas: nascimento do Estado, reconhecimento do Estado, estabelecimento de relações diplomáticas e estabelecimento de Missões diplomáticas.⁴⁴

A abertura de Missões diplomáticas decorre, portanto, da aproximação de dois Estados e do estabelecimento de vínculos diplomáticos. A expressão Missão diplomática pode ser utilizada com mais de um sentido válido. Vejamos:

Em primeiro lugar, é empregada para designar a incumbência que o Estado acreditante dá ao seu Agente diplomático, a ser exercida junto ao Estado acreditado ou em conferência internacional e indica, outrossim, o período de tempo no qual é empregada com tal objetivo. Corresponde nesse aspecto à “embaixatura”.

É igualmente correto utilizar a expressão *Missão diplomática* para designar o conjunto orgânico de funcionários de um país exercendo funções diplomáticas em determinada capital. [...] O conjunto de Missões diplomáticas estrangeiras constituem o Corpo Diplomático em seu sentido amplo.

Numa terceira e mais importante acepção, a *Missão diplomática* é o órgão administrativo de caráter permanente estabelecido no exterior, constituído numa base hierárquica, com objetivo de assegurar e manter as boas relações entre os estados, bem como proteger os direitos e interesses do respectivo país e de seus nacionais. Nessa terceira acepção, pode ainda ser entendida num sentido mais amplo para abarcar não só as Embaixadas e Legações, senão também as Delegações permanentes junto a organismos internacionais.⁴⁵

A terceira acepção, indicada pelo autor como sendo a mais importante, é talvez a mais utilizada. O Estado acreditante, supracitado, é o que envia a Missão, e Estado acreditado,

⁴² BRASIL. Decreto nº 18.956, de 22 de outubro de 1929. Promulga seis convenções de direito internacional público, aprovadas pela Sexta Conferência internacional americana. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 22 out. 1929. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18956-22-outubro-1929-549004-publicacaooriginal-64267-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁴³ BRASIL. Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 8 jun. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d56435.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

⁴⁴ SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. **A missão diplomática**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1971, p. 28.

⁴⁵ Ibidem, p. 26.

portanto, é o que recebe e reconhece a Missão. As Missões diplomáticas apresentam diferentes funções, como sugere o artigo 3 da CVRD:

- a) representar o Estado acreditante perante o Estado acreditado;
- b) proteger no Estado acreditado os interesses do Estado acreditante e de seus nacionais, dentro dos limites permitidos pelo direito internacional;
- c) negociar com o Governo do Estado acreditado;
- d) inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditado e informar a esse respeito o Governo do Estado acreditante;
- e) promover relações amistosas e desenvolver as relações econômicas, culturais e científicas entre o Estado acreditante e o Estado acreditado.⁴⁶

Um esclarecimento deve ser feito com relação ao termo Embaixada. Usualmente, o termo designa o local onde se instala o corpo diplomático. Comumente, ouve-se falar em “ir à Embaixada...”, quando o correto seria Chancelaria. Ou seja, Embaixada é o corpo diplomático da Missão, e o local onde ela se instala é a Chancelaria.

As Missões diplomáticas dispõem de uma hierarquia quanto ao Chefe da Missão, disposta em três classes: Embaixadores ou Núncios; Enviados, Ministro ou Internúncio; e Encarregados de Negócios (permanentes). “O ‘permanente’ serve, neste caso, para distinguir estes últimos dos encarregados de negócios interinos (*chargés d'affaires ad interim*, ou a.i.), que respondem temporariamente pela Missão, na ausência do embaixador ou ministro, *titular* da Missão diplomática.”⁴⁷ Para se tornar embaixador numa Missão diplomática, é necessário que o diplomata receba do Estado acreditado o *agrément*, palavra de origem francesa que pode ser entendida como autorização concedida pelo Estado acreditado para que o diplomata seja nomeado embaixador. A resposta ao *agrément* pode ser o de *persona grata* ou *persona non grata*, isto é, o diplomata pode ser aceito como embaixador ou não.

Houve um caso de negativa de *agrément* envolvendo o Brasil. Em 1963, João Goulart indicou Vasco Leitão da Cunha para a embaixada em Paris. Leitão da Cunha já tinha ocupado cargos diplomáticos, em Genebra e em Madri, foi secretário-geral do MRE, em 1954, embaixador em Bruxelas e Havana, e em 1962 foi nomeado o primeiro embaixador brasileiro em Moscou após o reatamento das relações diplomáticas.⁴⁸ O *agrément* não foi aceito em decorrência de um incidente diplomático envolvendo o Brasil e a França entre os anos de 1961

⁴⁶ BRASIL. Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 8 jun. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d56435.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

⁴⁷ BATH, Sérgio. **O que é diplomacia**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 20.

⁴⁸ DIAS, Sônia. Vasco Leitão da Cunha. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbetes). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunha-vasco-leitao-da>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

e 1963. O incidente ficou conhecido como Guerra da Lagosta⁴⁹ e foi responsável pela deterioração das relações bilaterais entre os referidos países:

O pedido de *agreement* [sic] de Cunha foi apresentado ao Quai d'Orsay⁵⁰ no dia 17 de agosto de 1963, e jamais foi aceito pelo governo francês, que esperava, assim, dar ao Rio de Janeiro a medida do seu descontentamento com a forma com que a diplomacia brasileira vinha encaminhando os negócios bilaterais desde a eclosão da crise da lagosta.⁵¹

De acordo com o artigo 4 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, “[o] Estado acreditado não está obrigado a dar ao Estado acreditante as razões da negação do ‘*agrément*’.” No caso da França, não foi necessário explicar as razões da negativa, ficou evidente que tal atitude decorria do conflito envolvendo a pesca de lagosta no nordeste brasileiro. Excetuado esse caso, as negativas ao *agrément* não são corriqueiras e quando acontecem podem estar ligadas ao posicionamento político ou ideológico do pretenso diplomata.

Em 21 de setembro de 1962, Celso Diniz, 1º Secretário, Chefe da Divisão da Ásia e Oceania (DAO), enviou ao Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia (AEAs), Aluysio Regis Bittencourt, um memorando intitulado “Missões diplomáticas brasileiras na Ásia”. O memorando contém 43 itens, em que o chefe da DAO informava sobre a situação das missões diplomáticas brasileiras na Ásia. Diniz propôs verificar os motivos que levaram o Brasil a manter relações diplomáticas apenas com alguns dos países asiáticos e conduziu um breve estudo dos critérios, subjetivos ou objetivos, que determinavam a conveniência ou necessidade do estabelecimento de relações diplomáticas entre países. O memorando distribuía as Missões estabelecidas na Ásia de acordo com a Tabela 2.

⁴⁹ A Guerra da Lagosta e as consequências desse conflito foram analisados nos capítulos 7 e 8, da tese de doutorado de Antônio Carlos Moraes Lessa. Cf. LESSA, Antônio Carlos Moraes. **A Parceria Bloqueada:** as relações entre França e Brasil, 1945-2000. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5590/1/2000_AntonioCarlosLessa.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

⁵⁰ Quai d'Orsay é a região próxima ao Rio Sena, que abriga a Assembleia Nacional Francesa e o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros. A aplicação do termo Quai d'Orsay ocorre da mesma forma como utilizamos o termo Itamaraty para nos referirmos ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

⁵¹ LESSA, op. cit, p. 234-235.

TABELA 2 – MISSÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS NA ÁREA ASIÁTICA – 1962

Missões Autônomas (Embaixadas)	Missões Cumulativas	Ausência de Missões brasileiras e relações diplomáticas
1) Karachi 2) Nova Delhi 3) Colombo 4) Bangkok 5) Taipé 6) Tóquio 7) Camberra 8) Jacarta	1) Kabul (com Embaixada em Nova Delhi) 2) Kuala Lumpur (com Embaixada em Jacarta) 3) Saigon (com Embaixada em Jacarta) 4) Seul (com Embaixada em Tóquio) 5) Manila (com Embaixada em Tóquio)	1) Katmandu 2) Rangoon 3) Phnom Penh 4) Vietiame 5) Hanoi 6) Pequim 7) Ulan Bator 8) Pyongyang 9) Wellington

FONTE: Adaptada de DINIZ, Celso. **Missões diplomáticas brasileiras na Ásia**.⁵²

NOTA: A grafia original foi mantida.

Missões Autônomas são as Missões diplomáticas em si, estabelecidas em Embaixadas. Já, Missões Cumulativas são Embaixadas sediadas numa capital e acreditadas também em países vizinhos. Conforme mostrado na Tabela 2, a Missão em Kuala Lumpur mantinha sua sede na Embaixada em Jacarta. Sobre as Missões cumulativas, o Chefe da DAO se posicionou da seguinte forma:

18. Crítica às Missões cumulativas - O recurso à acumulação de representação, impôs no mais das vezes por dificuldades materiais, já provou, a meu ver, a sua quase completa ineficácia. A despeito do zelo, da competência e da boa-vontade dos Chefes de Missão, os múltiplos afazeres do posto efetivo e as grandes distâncias dos postos “acumulados” impedem, geralmente, um contacto mais frequente e produtivo com estes últimos, a tal ponto que, para todos os efeitos práticos, podem ser consideradas apenas nominais as relações com os países onde mantemos Missões Cumulativas.⁵³

Celso Diniz afirmava que, somente através da troca de Missões diplomáticas efetivas, dois países podem encontrar os caminhos da solidariedade e do entendimento mútuo, como passo inicial para a associação mais ampla no plano multilateral. Seguindo esse pensamento, Diniz propôs que todas as Missões cumulativas fossem transformadas em Missões Autônomas e que fossem criadas Missões na Birmânia, Nova Zelândia, Camboja, República Popular da Mongólia, Laos e Nepal.⁵⁴ Posto isso, Diniz afirmou que:

[O] Brasil deve manter relações diplomáticas efetivas com todos os países da área asiático-australásica, mesmo sem ter em consideração a aparente importância atual dos interesses políticos comuns ou as perspectivas de comércio. A única ressalva admissível seria a referente às relações com os Estados socialistas implantados em territórios divididos (China, Coreia e Vietnam), problema que se reveste de

⁵² DINIZ, Celso. **Missões diplomáticas brasileiras na Ásia**. Brasília, 21 set. 1962d, p. 1-2. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, Ano: 1962 (jul a dez).

⁵³ Ibidem, p. 6.

⁵⁴ Ibidem, p. 8.

características especiais: o reconhecimento desses Estados, em detrimento dos Estados capitalistas equivalentes (Formosa, Coréia do Sul e Vietnã do Sul), representaria alteração radical da posição brasileira, devendo portanto ser considerado, pelo menos por ora, extremamente improvável.⁵⁵

Aqui, reconhecimento da RPC é posto como algo improvável de acontecer, ainda que João Goulart já tivesse sinalizado positivamente sobre isso. Sobre a ampliação dos contatos com países asiáticos, Aluysio Regis Bittencourt afirmou que “esta foi uma das diretrizes da política exterior traçada pela administração do Presidente Jânio Quadros e mantida pelo atual Governo, visando expandir o campo de ação do Brasil no mundo, decorrência natural da posição que já conquistamos no cenário mundial.”⁵⁶ Essa é uma clara referência à Política Externa Independente, que orientou a política externa brasileira no início da década de 1960 e fez com o Brasil estreitasse relações com países do bloco socialista e reatasse as relações diplomáticas com a União Soviética (URSS) em novembro de 1961. Apesar dessa aproximação com o bloco socialista, principalmente os asiáticos, o Brasil optou por manter relações diplomáticas com Taiwan, reconhecendo a governo de Pequim somente em 1974, mediante o estabelecimento de relações diplomáticas.

Levando em consideração a aproximação do Brasil com o bloco socialista, o Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, Aluysio Regis Bittencourt, propôs a criação de um curso de especialização para os diplomatas que se destinam à área socialista. Em memorando enviado ao Secretário Geral da Política Exterior, Regis Bittencourt relatou que a Embaixada do Brasil em Moscou sugeriu que os diplomatas brasileiros fizessem um curso de especialização sobre assuntos soviéticos, ofertados pelas Universidades de Columbia, Indiana, Harvard e Nova York. Esses cursos serviam para preparar funcionários americanos designados a servir na URSS. A Embaixada do Brasil em Moscou sugeriu também que só fossem designados para servir na URSS os funcionários que tivessem feito os cursos.

Regis Bittencourt argumentou que seria de interesse do Itamaraty não necessariamente matricular os diplomatas brasileiros nas Universidade estadunidenses, mas conhecer a organização, os objetivos, programas e métodos de ensino daqueles cursos, “tendo em vista a possibilidade de virmos a criar, no Instituto Rio Branco, algo parecido, que atenda, porém, aos verdadeiros objetivos da política exterior brasileira”.⁵⁷

⁵⁵ DINIZ, Celso. **Missões diplomáticas brasileiras na Ásia**. Brasília, 21 set. 1962d, p. 6-7. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, Ano: 1962 (jul a dez).

⁵⁶ Ibidem, p. 13.

⁵⁷ BITTENCOURT, Aluysio Regis. **Curso de especialização para diplomatas que se destinam à área socialista**. Rio de Janeiro, 3 dez. 1962, p. 2. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, 1962 (jul a dez).

Considerando a possibilidade da abertura desse curso no Instituto Rio Branco, foram expedidas instruções para que examinassem, junto às Universidades de Columbia e Nova York, a organização e funcionamento de tais currículos. Após esse levantamento de informações, percebeu-se que somente a Universidade de Columbia mantinha “um ‘Russian Institute’, subordinado à sua ‘School of International Affairs’, além de vários institutos regionais, que cobrem áreas nas quais existem países socialistas”.⁵⁸ Desse levantamento, conseguiram também folhetos explicando a descrição dos cursos, sua organização, etc. A sugestão de Regis Bittencourt foi que fosse criado um curso semelhante no Instituto Rio Branco:

5. Julgo, entretanto, que, pelo menos no início, o curso para os diplomatas brasileiros deva ser mais simples do que o do modelo norte-americano. Poderia ele consistir, em seu primeiro ano de funcionamento, de:
 - a) aulas de idiomas;
 - b) conferências sobre a doutrina marxista;
 - c) aulas sobre economia e a política dos países da área, e
 - d) estudo do comércio do Brasil com a região.
6. A duração e o horário das aulas e conferências, ministradas por professores categorizados ou diplomatas que já tivessem servido no Leste europeu – deveria ser constituído de tal forma, que não prejudicasse o trabalho na Secretaria de Estado. Os folhetos da Universidade de Columbia poderiam servir para orientação dos professores, a fim de organizarem, pessoalmente, os seus currículos.⁵⁹

Regis Bittencourt encerrou o memorando dizendo ser indispensável a criação do curso de preparação. Infelizmente, o memorando de Regis Bittencourt não estava seguido da resposta do Secretário-Geral de Política Exterior, logo não foi possível concluir se o curso foi criado ou não. A preocupação com a preparação dos diplomatas a serem designados para a região soviética, decorria do fato de o Brasil e de a URSS terem reatado as relações diplomáticas em 23 de novembro de 1961, num dos atos mais polêmicos do governo de João Goulart.⁶⁰

Conforme visto, o fato de que o Brasil e a China não mantinham relações diplomáticas estabelecidas não impediu a aproximação entre os referidos países. Decorreu dessa aproximação a Missão Comercial do Brasil à China, em agosto de 1961, a vinda de chineses para o Brasil a fim de montarem uma Exposição de produtos da China e o posicionamento do Brasil, no debate da Assembleia Geral das Nações Unidas, sobre a inclusão da RPC na ONU.

⁵⁸ BITTENCOURT, Aluysio Regis. **Curso de especialização para diplomatas que se destinam à área socialista**. Rio de Janeiro, 3 dez. 1962, p. 2. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, 1962 (jul a dez).

⁵⁹ Ibidem, p. 2-3.

⁶⁰ Para maiores informações sobre o reatamento das relações com a URSS, Cf. DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **A Política Externa Independente é notícia**: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal *Correio do Povo* (novembro de 1961). 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16870/000701319.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

O que se pode notar, até o momento, é que essa aproximação era pretendida no âmbito do Executivo, ou seja, a intenção de estreitar laços com a China partia do presidente Jânio Quadros e do seu sucessor na presidência, João Goulart, e dos ministros das Relações Exteriores, que atuaram durante a vigência da PEI. Mas nem sempre os demais funcionários do Itamaraty compartilhavam das mesmas intenções, conforme será visto no decorrer do capítulo 2.

1.3 PRESSUPOSTOS DA POLÍTICA EXTERNA INTERDEPENDENTE

A aproximação do Brasil com o bloco socialista, que vinha acontecendo desde a década de 1950, com os “contatos entre pessoas”, foi intensificada a partir de 1961, com a adoção da Política Externa Independente. Conforme vimos, a PEI não agradou os setores mais conservadores da sociedade, que passaram a criticar os rumos da política externa do Brasil durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart. Esses grupos descontentes com a PEI faziam coro à perseguição aos comunistas e aos subversivos que foi retomada com o início do governo militar. Esse processo de aversão ao comunismo já era latente há tempos na sociedade brasileira.

O “perigo vermelho” era algo que tirava o sono das alas mais conservadoras da sociedade e dos militares. A aproximação do Brasil com o bloco socialista, durante a vigência da PEI, iniciou uma onda de temor de que, a exemplo da Revolução da Chinesa e Cubana, os comunistas assumissem o controle do país. Esse temor não era de todo descabido. Ver Che Guevara e o astronauta russo Yuri Gagarin serem condecorados por Jânio Quadros, o Brasil reatando as relações diplomáticas com a URSS e votando contra a expulsão de Cuba da OEA, o PCdoB aderindo ao maoísmo, e vários parlamentares que voltavam da China fazendo vastos elogios ao governo instalado em Pequim, gerava receio. Mais do que receio, amedrontava os conservadores e os militares.

As elites orgânicas articularam-se internacionalmente para desestabilizar o governo Goulart, cuja política exterior provocava aversão. No Brasil, a Escola Superior de Guerra, a Sociedade de Estudos Interamericanos, a Fundação Aliança para o Progresso, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática colaboravam com órgãos congêneres dos Estados Unidos, com o Council on Foreign Relations, a Agency for International Development, o Council for Latin America e a CIA. Configura-se um bloco de poder transnacional que promovia a subversão e as teses do liberalismo associado no Brasil. O golpe de 1964 não foi mero reflexo de uma administração desastrosa mas o triunfo da ordem internacional e das forças conservadoras.⁶¹

⁶¹ CERVO, Amado Luiz. (org.). **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 41.

Atualmente, há vários defensores da teoria de que os militares deram o golpe de 1964 para impedir que o Brasil se tornasse comunista. As reformas de base propostas por João Goulart eram vistas como o primeiro passo em direção ao comunismo. Dias antes do golpe, as alas conservadoras realizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que mobilizou milhares de pessoas favoráveis à deposição de João Goulart e contra o comunismo.

No manifesto expedido por Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, em 30 de março de 1964 estava escrito que um dos primeiros objetivos dos militares era frustrar os planos dos comunistas de tomarem o poder.⁶² Os militares imaginavam que teriam de enfrentar uma forte resistência armada “talvez mergulhando o Brasil em uma guerra civil”.⁶³ Resistência que não se materializou. Mas isso não impediu as perseguições aos subversivos comunistas. Milhares deles foram presos, incluindo nessa conta, os nove chineses.

A política externa adotada no Brasil no início da década de 1960 fez surgir duas posições diametralmente opostas: de um lado a Política Externa Independente, já discutida anteriormente, e a Política Externa Interdependente, ou associacionista, que defendia:

o restauro da aliança estrita com os Estados Unidos, através de intensas relações políticas, econômicas e de segurança, a colaboração com a defesa anticomunista, o aumento dos afluxos de capital e a ajuda, tidos por necessários ao desenvolvimento. [...] A tudo isso, com que se mesclaria uma ordem interna com pouco Estado e pouca direção econômica, o grupo da *Sorbonne*, na Escola Superior de Guerra, chamaria de *interdependência*, aceita como dado real e o condicionamento objetivo das relações internacionais.⁶⁴

O Brasil era visto pelos Estados Unidos como um importante aliado na luta contra o avanço comunista na América Latina. Os militares iriam recuperar as tendências da política externa brasileira, ligadas ao nacionalismo e à perspectiva de utilizar a política externa como uma forma de promover o desenvolvimento. Sendo assim, “as demandas internas do desenvolvimento converteram-se no vetor da política externa, destinada a criar e a viabilizar os meios com que viessem a se articular a participação externa.”⁶⁵ Nesse sentido, postulava-se abdicar dos valores e ideias abstratas em favor do pragmatismo. A política externa adotada pelos militares abandonava os princípios dos Países Não Alinhados e a ideia de que a Guerra Fria não era marcada pelas disputas Leste-Oeste (URSS *versus* EUA), mas sim pelo conflito

⁶² SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 45.

⁶³ Ibidem, p. 55.

⁶⁴ CERVO, Amado Luiz. (org.). **O Desafio Internacional:** a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 41.

⁶⁵ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992, p. 331.

Norte-Sul (países desenvolvidos *versus* países do Terceiro Mundo). Castelo Branco consagrou na política externa:

a dicotomia maniqueísta da guerra fria, para proclamar uma necessidade de alinhamento do Brasil (com os Estados Unidos), para evitar uma “híbrida ineficiência”. Dessa conceituação é que resultou a política de realinhamento automático com os Estados Unidos.⁶⁶

Castelo Branco assumiu a presidência do país em 15 de abril de 1964, depois de ser escolhido pelo Congresso Nacional, num pleito em que era o único candidato. O Ministro das Relações Exteriores continuaria sendo Vasco Leitão da Cunha, que fora convidado pelo presidente interino Ranieri Mazzilli para assumir o MRE no dia 6 de abril de 1964. No dia 24 de abril, foi realizada a primeira reunião ministerial, cuja abertura coube a Leitão da Cunha, que fez um breve resumo da situação internacional, em que se falou sobre o intercâmbio com a área socialista, o problema das relações com Cuba, cuja decisão foi adiada para o mês seguinte. Cuba que, a propósito, junto com México, Uruguai e Venezuela, ainda não tinha reconhecido o novo governo brasileiro, diferentemente dos Estados Unidos, que o fez no dia 2 de abril.⁶⁷

Juntos, Castelo Branco e Vasco Leitão da Cunha promoveram o desmantelamento da PEI, “deturpada e sem ‘utilidade descritiva’ face à realidade bipolar”. Criticaram a política neutralista, dizendo que ela não servia para o Brasil, um país externamente ativo; diziam que o nacionalismo afugentava os investidores estrangeiros; eram contrários à estatização, que impedia o desenvolvimento da livre empresa.⁶⁸ Cervo e Bueno, destacam as três dimensões que nortearam a política externa brasileira, entre 1964-1967:

1. *O bipolarismo* [...]

Incorporou, com efeito, as categorias do ocidentalismo, da interdependência, da segurança coletiva, da aproximação com os Estados Unidos e da abertura econômica, de forma a se articularem pela ideologia anticomunista e pela geopolítica.

2. *A abertura ao capital estrangeiro* [...]

Decorreu de uma convicção equivocada e implícita da direita brasileira – aliás, tanto quanto das esquerdas – acerca da evolução do capitalismo, segundo a qual, ofertadas as condições de liberdade, o capital internacional, fluiria espontaneamente. E o governo de Castello propôs-se então a criar as referidas condições, com a finalidade de induzir o desenvolvimento pelo livre jogo do mercado, sem Estado e sem fronteiras.

3. *A contradição*. Houve dimensões remanescentes, em contradição com as duas anteriores, como o nacionalismo e o universalismo mitigados, que denotavam o descompasso entre as diretrizes ideológicas e o realismo da política internacional.⁶⁹

⁶⁶ BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 158.

⁶⁷ DIAS, Sônia. Vasco Leitão da Cunha. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunha-vasco-leitao-da>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

⁶⁸ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992, p. 332.

⁶⁹ Ibidem, 1992, p. 334.

O presidente Castelo Branco proferiu um discurso para a turma de formandos do Instituto Rio Branco, no dia 31 de julho de 1964, em que reafirmava os parâmetros da nova política externa. No discurso, Castelo Branco falou que a política de independência só é possível em “determinadas condicionantes práticas”, que no período da Guerra Fria, da bipolarização entre dois centros de poder, “a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político”, pregando um modelo de desenvolvimento dependente e associado, “no campo econômico, o reconhecimento da interdependência é inevitável, não só no comércio, mas sobretudo no tocante a investimentos”. Falou também que nenhum país tinha condições de se defender sozinho, sendo que a “defesa tem que ser essencialmente associativa”.

A independência é, portanto, um valor terminal. Instrumentalmente, é necessário reconhecer um certo grau de interdependência, que não é necessário levar ao ponto de cercear contatos comerciais e financeiros com países de diferentes sistemas político e econômico.

No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Dentro dessa condicionante geral, a nossa independência se manifestara na aferição de cada problema específico, estritamente em termos de interesse nacional, com margem de aproximação comercial, técnica e financeira com países socialistas, desde que estes não procurem invalidar nossa opção básica.⁷⁰

Por “fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental”, entenda-se fidelidade aos Estados Unidos, que se colocavam, e ainda se colocam, como defensores da democracia. No discurso, Castelo Branco ainda falou que o Brasil poderia manter relações com países soviéticos, desde que essas relações se pautassem no interesse nacional, e desde que esses países não tentassem invalidar a “nossa opção básica”, que era a opção pelo lado Ocidental, ou seja, o alinhamento aos Estados Unidos.

Com relação ao bloco socialista, as relações diplomáticas com a URSS foram mantidas, visto que o Brasil preconizava manter as relações com todos os países, observando os interesses nacionais e não se tencionava romper relações com países do bloco soviético. Tal postura era defendida pelo fato de a URSS manter uma “diplomacia tradicional e legalista”,⁷¹ o que não acontecia com Cuba e China, que mantinham uma diplomacia revolucionária.

⁷⁰ BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. **Na solenidade de entrega dos diplomas aos alunos que concluíram o Curso Especial do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/25.pdf/view>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

⁷¹ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 61.

Já com Cuba, as relações diplomáticas foram rompidas em 13 de maio de 1964. Na primeira reunião ministerial, realizada no dia 24 de abril, a questão cubana foi levantada. Vasco Leitão da Cunha informou que as decisões com relação a Cuba não deveriam ser precipitadas e que mesmo sofrendo pressões, internas e/ou externas, priorizava-se manter as relações com os países socialistas. No entanto, as pressões sofridas tanto de grupos da direita, como de grupos pró-Estados Unidos, se intensificaram e o governo brasileiro optou por romper com Cuba, dando como justificativa “razões ideológicas”, alegando que o fato de o governo de Cuba se declarar marxista-leninista já o excluía do “hemisfério livre”.⁷²

Sobre a participação do Brasil em órgãos multilaterais, como a Conferência do Desarmamento, a ONU, o Banco Mundial, entre outros, a atuação do Brasil foi voltada a afastar-se do Terceiro Mundo, abandonando o Movimento dos Países Não Alinhados, de cujas conferências participava como observador, embora não fosse membro. O posicionamento do Itamaraty nesses órgãos multilaterais estava em consonância com o “Ocidente cristão e democrático”, resguardando os interesses estratégicos dos Estados Unidos no plano mundial, como forma de conseguir compensações no plano regional.⁷³

Enquanto adotou a PEI, o Brasil se colocava a favor do processo de descolonização, apoiando as independências na África e na Ásia. Esse posicionamento mudou com a adoção da Política Externa Interdependente. No tocante às colônias portuguesas na África, o Brasil apoiou “discreta mas positivamente”,⁷⁴ os interesses de Portugal, buscando claramente convergir com a diplomacia estadunidense.

Em janeiro de 1966, Vasco Leitão da Cunha foi designado para assumir a Embaixada do Brasil, em Washington, posto que havia sido ocupado por Juraci Magalhães entre abril de 1964 e outubro de 1965. Já como Embaixador, Juraci Magalhães foi homenageado pela Câmara de Comércio Norte-Americana de São Paulo, onde proferiu a célebre frase: “*O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil*”. Após sair da Embaixada em Washington, Juraci Magalhães assumiu a pasta da Justiça, onde ficou até janeiro de 1966, quando assumiu o Ministério das Relações Exteriores.⁷⁵ Com a mudança na presidência da República, em março de 1967, Juraci Magalhães deixou o Itamaraty, sendo substituído por José de Magalhães Pinto.

⁷² VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 40-41.

⁷³ Ibidem, p. 68-69.

⁷⁴ Ibidem, p. 72-73.

⁷⁵ COUTINHO, Amélia. Juraci Magalhães. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbetes). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes>>. Acesso em 25 abr. 2019.

1.4 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Para melhor compreensão do processo que culminou com a proclamação da República Popular da China, faz-se necessária uma breve análise da consolidação tanto do Partido Comunista Chinês (PCC), quanto do Partido Nacional do Povo (Kuomintang), as duas forças políticas que disputavam o poder da China desde fins da década de 1920.

O Kuomintang foi fundado em 1912, seu líder Sung Chiao-jen, viajou pela China propagando os ideais do novo partido. O Kuomintang (KMT) foi vitorioso nas eleições de 1912, conquistando quase metade de todos os cargos do Parlamento. Sung Chiao-jen iria se tornar primeiro-ministro da China, mas foi assassinado em março de 1913. Segundo consta, o mandante do assassinato teria sido Yuan Shih-kai, mas ele nunca foi oficialmente investigado e culpado.⁷⁶ No final de 1913, Yuan ordenou a dissolução do KMT e seus membros foram expulsos do Parlamento. Sun Yat-sen partiu para o exílio.

Sun Yat-sen voltou a organizar o KMT em 1919 e escolheu “dois de seus antigos partidários [...] para redigir novos princípios a fim de retomar o partido”.⁷⁷ Nesse período, Chiang Kai-shek surgiu como um importante membro do KMT. A nova base social do KMT era “formada por setores da burguesia e da ‘nova’ classe média urbana”.⁷⁸

A Revolução Russa, em 1917, teve um impacto profundo na China. O marxismo teve uma maior difusão e ia ganhando adeptos chineses. Em 1920, foi fundado em Xangai o primeiro grupo comunista da China. Posteriormente “Li Dazhao em Beijing [Pequim], Mao Tsé-tung em Hunan, Dong Biwu em Wuhan e outros em Jinan, Guangzhou [Cantão], Japão e Paris formaram também os seus próprios grupos comunistas”.⁷⁹

Em julho de 1921, esses pequenos grupos se reuniram e realizaram o Primeiro Congresso Nacional em Xangai. Esse Congresso “elegeu Chen Duxiu para secretário-geral do Comitê Central e proclamou a fundação do Partido Comunista da China”.⁸⁰ O Segundo Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês (PCC) foi realizado em 1922, em Xangai, e tinha como objetivo elaborar o programa do partido.

Apesar da participação ativa no crescimento dos movimentos sindicais, o número de membros efetivos do PCC era modesto, 432 filiados registrados no Terceiro Congresso

⁷⁶ SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 278-290.

⁷⁷ Ibidem, p. 327.

⁷⁸ REIS FILHO, Daniel A. **A revolução chinesa**. São Paulo: Brasiliense, 1982b, p. 49.

⁷⁹ LI, Min. **História da China**. Pequim: Edições em Línguas Estrangeiras, 1985, p. 152.

⁸⁰ LI, loc. cit.

Nacional do PCC em 1923.⁸¹ O crescimento do movimento popular obscureceu a capacidade de análise do PCC. Prisioneiro de seus próprios esquemas não se preparou para o rompimento brutal que anunciava. O PCC ainda tentou recuperar o terreno estimulando diversos movimentos insurrecionais, mas todas as tentativas foram fracassadas. O PCC se viu então, segundo Reis Filho: “obrigado a recuar e a se refugiar nas zonas rurais e no trabalho clandestino das cidades, o PCC estará condenado a repensar sua estratégia ou a desaparecer”.⁸²

Em 1921, Sun Yat-sen foi reeleito presidente da China e prosseguiu na sua luta pela unificação do país. Para empreender a unificação nacional, Sun Yat-sen buscou apoio do governo da União Soviética e estabeleceu estreitas relações com os comunistas chineses. Paralelamente, em 1923, o PCC realizou o seu Terceiro Congresso Nacional, em que ficou aprovada a cooperação com o KMT e que os comunistas poderiam aderir a esse Partido a título pessoal. No entanto, o PCC continuaria independente sob o aspecto político, ideológico e de organização.⁸³

Em 1924, Sun Yat-sen organizou o Primeiro Congresso Nacional do Kuomintang. Os membros do KMT concordaram com a adesão individual de membros do PCC. Foi nesse Congresso, ainda, que o KMT anunciou a sua aliança com a Rússia, a unidade de ação com o PCC e a ação de massas a favor dos camponeses e operários. A aceitação de operários, camponeses e intelectuais revolucionários, segundo Li, “fez com que se operasse no seu seio uma mudança radical tornando-se a partir de então um partido de aliança revolucionária entre operários, camponeses, pequena burguesia urbana e burguesia nacional”.⁸⁴

Ambos os partidos se diferenciavam pelo conteúdo de suas concepções, mas tinham algo em comum: “reivindicavam teorias e doutrinas desenraizadas da tradição cultural chinesa”.⁸⁵ Porém, o KMT buscava inspiração no modelo democrático-burguês da Europa e dos Estados Unidos; já o PCC procurava empregar na China a realidade dos soviéticos. Contudo, boa parte dos membros de ambos os partidos foram influenciados pelo Movimento de 4 de Maio⁸⁶ e “se formaram intelectualmente num meio social comum: o movimento da

⁸¹ REIS FILHO, Daniel A. **A revolução chinesa**. São Paulo: Brasiliense, 1982b, p.50.

⁸² Ibidem, p.51.

⁸³ LI, Min. **História da China**. Pequim: Edições em Línguas Estrangeiras, 1985, p. 154.

⁸⁴ Ibidem, p. 155.

⁸⁵ REIS FILHO, op. cit., p.51

⁸⁶ “O incidente de 4 de maio de 1919 foi provocado pela decisão dos pacifistas de Versalhes de deixar para os japoneses as antigas concessões alemãs em Shandong. A notícia dessa decisão levou cerca de três mil estudantes de Beida e de outras instituições de Beijing [Pequim] a prepararem um grande protesto no Tiananmen, a passagem para o palácio. Incendiaram a casa de um ministro pró-gabinete japonês e agrediram o ministro chinês para assuntos do Japão. A polícia atacou os estudantes. Em razão disso, convocaram uma greve, mandaram telegramas para estudantes de outras partes e organizaram grupos patrióticos para distribuírem panfletos e

‘nova’ classe média urbana e sua característica de efervescência cultural ‘ocidentalizante’ e ‘modernizante’”.⁸⁷

A cooperação entre o PCC e o KMT começou a declinar com a morte de Sun Yat-sen, em 1925. Quem assumiu o governo da China é Chiang Kai-shek, general das forças armadas nacionalistas. Com essa mudança, o PCC passou a ser perseguido. A ruptura entre o KMT e o PCC tornou-se definitiva em 1927, quando Chiang Kai-shek ordenou “o massacre de operários e das lideranças sindicais e políticas ligadas ao PCC, que haviam libertado Xangai das mãos dos senhores da guerra local, através de insurreição popular”.⁸⁸

Com essa ruptura, ficou evidente que o KMT era o partido da burguesia chinesa e era orientada pelos interesses desta. Tinha-se então uma luta contra os inimigos internos, o comunismo e os movimentos populares, e pactuava-se de forma clara e sem preconceitos com as potências estrangeiras. Assim, a China abria mão das suas “pretensões de um capitalismo nacional e de suas instituições políticas democráticas-burguesas, aceitando com facilidade a dependência econômica, política e mesmo cultural impostas pelas potências imperialista”.⁸⁹ Com isso, as potências imperialistas se tornaram parceiras do governo de Chiang Kai-shek na opressão e dominação do povo chinês.

A perseguição de Chiang Kai-shek aos comunistas culminou com a Longa Marcha, de 1934-1935. “No verão de 1934 os comunistas foram obrigados a abandonar as suas bases a sul, rompendo as linhas nacionalistas para início à famosa ‘Longa Marcha’, que terminou em finais de 1935”.⁹⁰ Durante um ano, os comunistas percorreram 9,6 mil quilômetros. A grande maioria dos que começaram a marcha morreram durante o percurso; das cerca de 80 mil pessoas que iniciaram na Longa Marcha, em outubro de 1934⁹¹, por volta de quatro mil⁹² terminaram o percurso e chegaram a Shaanxi, local que se tornaria a base do exército comunista. Entre os sobreviventes estavam Chu En-Lai, Liu Shao-chi, e Lin Biao, que seria os futuros líderes da China Comunista. A Longa Marcha serviu para que Mao Tsé-tung consolidasse sua autoridade no Partido Comunista e se tornasse líder máximo do movimento revolucionário.

fazerem discursos para o povo. [...] Alguns estudantes foram mortos e outros, feridos”. FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 249.

⁸⁷ REIS FILHO, Daniel A. **A revolução chinesa**. São Paulo: Brasiliense, 1982b, p.52.

⁸⁸ BEZERRA, Holien Gonçalves. **A revolução chinesa**. São Paulo: Atual, 1986, p. 37.

⁸⁹ BEZERRA, Holien Gonçalves. loc. cit.

⁹⁰ HAW, Stephen G. **História da China**. Lisboa: Tinta da China, 2008, p.226.

⁹¹ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 173.

⁹² De acordo com Chang e Halliday, foram “bem menos de 4 mil homens”. CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 217. Já Fairbank e Goldman citam números entre quatro e oito mil. FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 282.

O desejo de Chiang Kai-shek de acabar com a ameaça comunista na China foi interrompido, pois assuntos mais urgentes exigiam sua atenção. A urgência se dava pelo “comportamento agressivo do Japão, que em setembro de 1931 invadira as cidades principais do sul da Manchúria”.⁹³ Em 1932, os japoneses criaram na Manchúria o Estado de Manchuko, que era comandado pelo último imperador da China, Puyi, que alimentava o desejo de retomar as tradições imperiais na terra de seus antepassados manchus.

A invasão japonesa em 1937 permeou a disputa entre nacionalistas e comunistas. Os comunistas, liderados por Mao Tsé-tung defendiam uma ofensiva para expulsar os japoneses do território chinês. Já Chiang Kai-shek estava mais preocupado em conter o avanço comunista, “não queria se render ao Japão, mas também não queria declarar guerra”.⁹⁴ A resistência do líder do KMT em enfrentar os invasores enfureceu seus próprios seguidores, ao ponto de, em dezembro de 1936, o Jovem Marechal (Chang Hsueh-liang), designado pelo próprio Chiang Kai-shek para conter os avanços comunistas, organizar e executar o sequestro do líder nacionalista. A liberdade de Chiang Kai-shek foi negociada mediante o compromisso de unir forças com os comunistas, para combater os japoneses.

O acordo será, afinal, assinado em setembro de 1937. O Guomindang [KMT] compromete-se a organizar um regime democrático e socialmente justo. Os comunistas aceitam silenciar sua propaganda pela derrubada do regime de Nankin e integram nominalmente suas tropas ao Guomindang. Concessões formais de ambos os lados.⁹⁵

Com isso, comunistas e nacionalistas estavam novamente unidos contra os invasores, e essa nova união perdurou até 1941. Nesse ínterim, Mao conseguiu a adesão de milhares de pessoas, principalmente nas regiões onde a presença japonesa era mais intensa. A ofensiva japonesa foi brutal, dizimando vilas inteiras e executando os seus habitantes.

A aliança entre comunistas e nacionalistas terminou em 1941. Mesmo ano em que aviões japoneses bombardearam a base norte-americana de Pearl Harbor, marcando assim a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos passaram a ver a China como um ponto estratégico de vitória e Chiang Kai-shek passou a receber apoio militar e financeiro norte-americano.⁹⁶

Visando derrotar os japoneses, os Estados Unidos fizeram contato com os líderes comunistas, que mostravam mais empenhados em combater os invasores japoneses, já que

⁹³ HAW, Stephen G. **História da China**. Lisboa: Tinta da China, 2008, p.227.

⁹⁴ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 228.

⁹⁵ REIS FILHO, Daniel A. **A revolução chinesa**. São Paulo: Brasiliense, 1982b, p. 71.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 73.

Chiang Kai-shek adotara uma “atitude quase contemplativa diante do Japão”.⁹⁷ A invasão japonesa na China chegou ao fim em agosto de 1945, quando os Estados Unidos lançaram as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, colocando fim a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos tentaram promover um acordo entre nacionalistas e comunistas visando evitar a guerra civil na China, mas as tentativas dos norte-americanos mostraram-se frustradas e os dois lados entraram em confronto aberto.

Com o apoio recebido dos norte-americanos, os nacionalistas contavam com a superioridade militar sobre os comunistas. Suas Forças Armadas eram duas vezes maior que as do adversário, e as principais cidades e grande parte da China estavam sob área de influência dos nacionalistas. Porém, os nacionalistas não souberam administrar essa vantagem, devido a um conjunto de ações tomadas no campo de batalhas e da incompetência em controlar a inflação.⁹⁸

A negligência e a corrupção reduziam cada vez mais o prestígio popular dos nacionalistas e não foi tarefa difícil para os comunistas “gerar instabilidade no seio das áreas controladas pelos nacionalistas”.⁹⁹ Mas, segundo Eric Hobsbawm, foi a “resistência à conquista japonesa da China que transformou os comunistas chineses [...] nos líderes e representantes de todo o povo chinês”.¹⁰⁰ Prevendo a derrota, Chiang Kai-shek renunciou à presidência da China e fugiu para Taiwan, ilha que fica na costa sul da China, levando consigo a maior parte dos tesouros imperiais e todas as reservas internacionais que estavam no Banco Central. Taiwan passou a ser a sede da República da China e, de lá, Chiang planejava retomar o controle de todo o país. O governo nacionalista permaneceu com as representações da China nos organismos internacionais.

Mesmo sem contar com o apoio soviético, “em 1948 Mao conquistou várias cidades importantes e avançou para o Sul”.¹⁰¹ O progresso comunista continuou e em 31 de janeiro de 1949 as forças rebeldes ocuparam Pequim (capital da China durante o Império). No dia 1º de outubro de 1949, Mao Tsé-tung proclamou a vitória da revolução e a criação da República Popular da China. O líder comunista falou à população de um palanque montado sobre a entrada da Cidade Proibida, que havia sido a sede do poder imperial entre 1420 e 1911. Pequim voltava a ser a capital da China, desta vez ocupada por um novo tipo de imperador.

⁹⁷ REIS FILHO, Daniel A. **A revolução chinesa**. São Paulo: Brasiliense, 1982b, p. 73.

⁹⁸ FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 306.

⁹⁹ HAW, Stephen G. **História da China**. Lisboa: Tinta da China, 2008, p. 231.

¹⁰⁰ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 448.

¹⁰¹ VIZENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História do mundo contemporâneo: da pax britânica do século XVIII ao choque das civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 160.

Uma vez estabelecida a República Popular da China, em 1949, Mao Tsé-tung procurou empregar medidas para fortalecer os ideais do PCC e ganhar a aceitação do povo. Os primeiros anos foram considerados de crescimento e reconstrução, visto que o país havia sido devastado pela invasão japonesa e pela guerra civil. O povo chinês ficou entusiasmado com as ideias do novo governante, pois este prometia fazer a reforma agrária. A redistribuição de terras era uma questão muito importante para os chineses, considerando que grande parte da população se dedicava à agricultura.

Se o povo chinês viu com bons olhos a proclamação da RPC, no cenário internacional a reação não foi tão boa assim. A surpresa expressa pela URSS e os EUA quanto à proclamação da RPC se deveu ao fato de que ambos os países, na tentativa de estabelecer o controle no mundo pós Segunda Guerra, concordaram que a melhor solução para o conflito em que a China se encontrava era uma aliança entre os comunistas e o Kuomintang. Essa solução seria boa para os EUA “pois garantiria sua presença no Extremo Oriente, através de relações positivas com um regime democrático-burguês”, e para a Rússia era interessante, uma vez que esta “insistia na necessidade da aliança com a burguesia para acelerar o desenvolvimento industrial e tecnológico”.¹⁰² A primeira reação dos Estados ocidentais foi a de não reconhecimento da RPC. Os EUA reconhecem o governo nacionalista, instalado na ilha de Taiwan, liderado por Chiang Kai-shek.¹⁰³ Os Estados ocidentais oferecem ajuda financeira e política a Taiwan. Já a URSS se viu na obrigação de estabelecer relações diplomáticas com os comunistas chineses.

Os demais países socialistas reconheceram de imediato o novo governo instalado na China. “Rússia, Bulgária, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia e Iugoslávia são os primeiros países que dão apoio diplomático, sem, contudo, se comprometerem com esforços suplementares”.¹⁰⁴ Os países não comunistas não demoraram muito para reconhecer a RPC. “Até janeiro de 1950, a República Popular recebe o reconhecimento dos seguintes países: Birmânia, Índia, Paquistão, Ceilão, Noruega, Grã-Bretanha, Dinamarca, Israel, Finlândia, Afeganistão e Suécia”.¹⁰⁵ Os países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, só iriam reconhecer a República Popular da China a partir da década de 1970.

¹⁰² BEZERRA, Holien Gonçalves. **A revolução chinesa**. São Paulo: Atual, 1986, p. 60.

¹⁰³ REIS FILHO, Daniel A. **A construção do socialismo na China**. São Paulo: Brasiliense, 1982a, p. 10.

¹⁰⁴ BEZERRA, op. cit., p. 60.

¹⁰⁵ BEZERRA, loc. cit.

1.5 DIPLOMACIA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Após o estabelecimento da RPC, a China absteve-se de contatos com os países ocidentais. Segundo Henry Kissinger, o primeiro-ministro das Relações Exteriores, Chu En-Lai, assumiu essa posição de distanciamento através de vários aforismos:

A nova China não iria simplesmente se deixar ingressar em relações diplomáticas existentes. Ela iria estabelecer uma “cozinha separada”. As relações com o novo regime teriam de ser negociadas caso a caso. A nova China iria “fazer uma faxina na casa antes de trazer os convidados” – em outras palavras, iria limpar os resquícios de influências coloniais antes de estabelecer relações diplomáticas com países “imperialistas” ocidentais. Ele iria usar sua influência para “unir o povo do mundo” – em outras palavras, encorajar a revolução no mundo do desenvolvimento.¹⁰⁶

Mas essa posição de distanciamento era uma maneira de maquiar a fraqueza da China perante as grandes potências. Mao tinha uma posição diferente da diplomacia ocidental, que acreditava que após décadas de instabilidade a China precisava se reconciliar com as grandes potências. Conforme Kissinger¹⁰⁷ ele preferia o desafio à acomodação.

Contudo, o reconhecimento dado pela URSS sobre a república chinesa foi de extrema importância para o estabelecimento do comunismo na China. Mas a relação entre soviéticos e chineses fora marcada por conflitos de interesses constantes desde o processo que levou à proclamação da República Popular da China. Isso porque a partir de 1949 a Revolução na China apresentou contradições que assumiram desdobramentos que não foram previstos pelos EUA e URSS e isso representava um desafio a ser encarado pelas superpotências.

Os Estados Unidos se recusaram a reconhecer a República proclamada na China e defendiam veementemente a ideia de uma “China Nacionalista” instalada na ilha de Taiwan. E, como já mencionado anteriormente, os EUA indicaram o governante de Taiwan para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, os norte-americanos buscaram criar um cordão de isolamento em torno da China. Logo os comunistas chineses se viram obrigados a contar com o apoio da URSS, para internamente, desenvolver a indústria, principalmente a bélica, e externamente conseguir apoio e reconhecimento de outros países.

Foi buscando esse apoio para o desenvolvimento da indústria bélica que a China se envolveu na Guerra da Coreia (1950-1953), um conflito de grande relevância mundial, que excetuada a Crise dos Mísseis em Cuba, 1962, marcou o episódio mais intenso da Guerra Fria, em que estadunidenses e soviéticos enfrentaram-se, ainda que de forma indireta.

¹⁰⁶ KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 111.

¹⁰⁷ KISSINGER, Henry. loc. cit.

Com a Segunda Guerra Mundial se encaminhando para o fim, potências aliadas passaram a se preocupar com os territórios que haviam sido ocupados pela Alemanha e pelo Japão. Assim, reuniram-se nas Conferências de Yalta e Potsdam os líderes da Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética, a fim de determinar a partilha do mundo em áreas de influência. A Coreia, que estava ocupada pelos japoneses desde 1910, foi dividida em duas áreas de influência, tomando como referência a linha do paralelo 38. O norte ficaria sob influência soviética e o sul sob influência estadunidense.

Em 1948, surgiram dois Estados separados: a Coreia do Norte (um governo socialista estabeleceu-se ao norte, sob liderança de Kim Il Sung) e a Coreia do Sul (uma administração capitalista firmou-se no sul, comandada por Syngman Rhee). As tensões entre as duas partes se intensificaram, apesar de seus dirigentes manterem negociações visando reunificar o país. As hostilidades mútuas se transformaram em guerra aberta no dia 25 junho de 1950, quando as tropas norte-coreanas, contando com o apoio da China e da URSS, cruzaram o paralelo 38 e invadiram a Coreia do Sul.

Sob pressão dos Estados Unidos, o Conselho de Segurança da ONU foi convocado. Aproveitando a ausência do representante da União Soviética – que boicotou o Conselho para protestar contra a atribuição do assento permanente chinês a Taiwan, e não a Pequim (conforme veremos no item 2.4) – os Estados Unidos solicitaram que fosse aprovada uma resolução que lhes garantisse o comando de uma força de paz da ONU:

O Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou a Coreia do Norte como um agressor e ordenou que suas tropas se retirassem além do paralelo 38. Quando os norte-coreanos se recusaram a obedecer, as Nações Unidas formaram forças da ONU com tropas fornecidas pelos Estados Unidos e quinze outras nações com o general dos EUA, Douglas MacArthur, como seu comandante. [...]

A Força da ONU na Coreia foi formada com forças terrestres fornecidas pela Austrália, Bélgica, Canadá, Colômbia¹⁰⁸, Cuba, Etiópia, França, Grécia, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Filipinas, Tailândia, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos [...].¹⁰⁹

Com o aval da ONU, os Estados Unidos passaram a buscar aliados para o envio de tropas para lutar na Coreia. Dois dias depois do início do conflito, os Estados Unidos

¹⁰⁸ A Colômbia foi o único país latino-americano a enviar tropas para o conflito coreano. Para mais detalhes sobre a participação da Colômbia na Guerra da Coreia cf: AMARAL, Pedro Accorsi; ALVES, Vágner Camilo. O Processo Decisório em Política Externa: a decisão da Colômbia de enviar tropas à Guerra da Coreia. In: Simpósio Nacional de História. 28. 2015. Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426284607_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

¹⁰⁹ NAHM, Andrew C. **Korea: Tradition and Transformation: A History of the Korean People**. Elizabeth, New Jersey: Hollym International Corp., 1996, p. 389 (tradução nossa).

anunciaram que estavam enviando tropas para a Coreia. Começava então o primeiro conflito significativo da Guerra Fria.

As causas imediatas do início do conflito ainda são controversas. Segundo o diplomata, Sergio Caldas Mercador Abi-Sad, há duas posições defendidas pelos analistas. A primeira é que Kim Il Sung, entusiasmado com a vitória de Mao Tsé-tung na China, teria decidido cruzar o Paralelo 38 para tentar unificar a península através da força, certo de que Moscou e Pequim apoiariam os norte-coreanos. A segunda posição é que Stalin teria “incentivado os propósitos irredentistas de Kim Il Sung”, sabendo que os Estados Unidos iriam intervir no conflito e que a China também se envolveria, mas que esta não teria condições de enfrentar o efetivo norte-americano e perderia a “aura de invencibilidade”, tornando-se assim mais amigável e dependente de Moscou.¹¹⁰ Na verdade, o que houve foi uma conjunção dessas duas posições, somada ao incentivo dado por Pequim para que Kim Il Sung atacasse o sul, conforme veremos a seguir.

Quando Kim foi a Moscou, em meados de 1949, pedir ajuda para dominar o sul, Stálin disse “não”, uma vez que isso poderia gerar um confronto direto com os Estados Unidos. Kim recorreu então à Mao, que disse que ficaria feliz em ajudar, mas não naquele momento, indicando que um ataque ao sul seria mais oportuno no início do ano seguinte e que poderia inclusive colocar soldados chineses a disposição, mas em segredo. Desse modo, Mao incentivou Kim a invadir o sul e ofereceu soldados chineses já em maio de 1949. Após a visita a Moscou, Mao mudou de ideia e decidiu que enfrentaria os americanos abertamente, para conseguir com Stálin armamentos. Segundo Jung Chang e Jon Halliday, Mao pretendia enviar soldados para combater os americanos e em troca esperava conseguir com Stálin tecnologia e equipamentos militares.¹¹¹ Sabendo da ânsia de Mao em se envolver numa guerra, Stálin passou a considerar o apoio a Kim:

[E]m 30 de janeiro [de 1950], Stálin telegrafou a Chitkov [embaixador soviético em Pyongyang] para que dissesse a Kim que estava “preparado para ajudá-lo nisso”. Trata-se da primeira prova documentada de que Stálin concordou em começar uma guerra na Coreia e que ele mudou de posição por causa de Mao, que possuía o recurso essencial - um suprimento inexaurível de homens.¹¹²

Apoiar a Guerra na Coreia trazia para a URSS muitas vantagens. Seria uma oportunidade de testar seus novos equipamentos de guerra, bem como analisar a tecnologia

¹¹⁰ ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996, p. 49.

¹¹¹ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 443.

¹¹² CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. loc. cit.

norte-americana; a China e a Coreia dependeriam de equipamentos soviéticos, e assim Stálin “poderia controlar o grau de envolvimento da União Soviética. Além disso, a URSS poderia testar até onde os Estados Unidos iriam numa guerra com o campo comunista”.¹¹³

No cenário internacional, a URSS adotou uma política pouco clara sobre o conflito nas Coreias, retirando-se das decisões do Conselho de Segurança da ONU (onde tinha o poder de veto). O embaixador soviético na ONU, Iákov Malik, pediu permissão para voltar ao Conselho, mas Stálin não permitiu.¹¹⁴ Isso gerou perplexidade na comunidade internacional, visto que a URSS poderia vetar o envio de tropas ocidentais para a guerra da Coreia. O não envolvimento da URSS nas conversações de paz demonstrava aos chineses que “Moscou se servia da guerra para aprofundar os laços de dependência econômica (e agora militar) da China. No mesmo sentido operava o processo de isolamento internacional a que se via submetida a China”.¹¹⁵

Sem o veto da URSS, a ONU aprovou a intervenção internacional no conflito. O despacho inicial das tropas norte-americanas foi interpretado por Mao como um risco à segurança da China e segundo Henry Kissinger, no final de julho “mais de 250 mil tropas chinesas haviam sido mobilizadas na fronteira coreana”,¹¹⁶ ou seja, dois meses antes dos norte-americanos avançarem em direção a Coreia do Norte. Durante o mês de agosto muitas reuniões, conferências e conversas foram realizadas entre o Politburo,¹¹⁷ a Comissão Militar Central e militares de alto escalão, para delinear as ações que deveriam ser tomadas pela China.

Em 15 de setembro, tropas norte-americanas desembarcaram em Inchon, “logo abaixo do paralelo 38, isolando boa parte do Exército norte-coreano no sul e se posicionando para invadir o norte”.¹¹⁸ Os posteriores avanços das tropas norte-americanas em território norte-coreano representavam uma ameaça à China:

Se a ofensiva americana não fosse sustada, as tropas do general MacArthur estariam em condições de chegar até o rio Yalu, nos limites com a Manchúria, cujo território ficaria exposto a uma invasão inimiga. Os americanos estariam, assim, conseguindo efetuar o tão temido “cerco” da China[...].¹¹⁹

A China emitiu então uma mensagem dirigida às autoridades americanas alertando que caso as tropas de MacArthur cruzassem o paralelo 38, a ação armada chinesa seria inevitável.

¹¹³ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 444.

¹¹⁴ Ibidem, p. 445.

¹¹⁵ REIS FILHO, Daniel A. **A construção do socialismo na China**. São Paulo: Brasiliense, 1982a, p. 100.

¹¹⁶ KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 143.

¹¹⁷ Órgão maior do regime, responsável por fiscalizar as ações do Partido Comunista da China.

¹¹⁸ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. op. cit., p. 447.

¹¹⁹ ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996, p. 50.

Mao esperava vencer os Estados Unidos através da quantidade e não necessariamente pela qualidade de seu exército. Para isso a China contava com milhões de soldados sacrificáveis, de muitos dos quais Mao ansiava se ver livre:

Com efeito, a guerra propiciava uma oportunidade perfeita para enviar ex-soldados nacionalistas para morte. Eram homens que se haviam rendido em massa nos últimos estágios da guerra civil e foi uma ação deliberada de Mao enviá-los para a Coreia, onde formaram o grosso das forças chinesas. Caso as tropas da ONU não levassem a cabo a tarefa, havia esquadrões especiais de execução na retaguarda para cuidar de quem recuasse.

Mao sabia que os Estados Unidos não seriam capazes de competir no sacrifício de homens. Estava pronto para apostar tudo porque fazer as tropas chinesas lutar contra os americanos era sua única chance de arrancar de Stálin o que ele precisava para fazer da China uma potência militar de classe mundial.¹²⁰

Estava muito clara para Mao a necessidade de enviar tropas para a Coreia, mas ele não desejava deixar isso tão claro para Stálin, para aumentar seu poder de barganha em troca de auxílio bélico soviético. Após muito debate, Stálin prometeu ajudar a China com o envio de aviões, tanques, artilharia e outros equipamentos. Mas, descumpriu sua promessa e negou cobertura aérea aos chineses, dizendo que os aviões não estavam prontos.¹²¹ Depois de vários dias aguardando o auxílio aéreo soviético, no dia 19 de outubro, Mao emitiu ordens para que as tropas chinesas adentrassem a Coreia. Após quase um ano de debates se a China deveria ou não enviar tropas para auxiliar Kim Il Sung, Kissinger nos apresenta uma síntese desse imbróglio:

Ambos os líderes comunistas haviam explorado as necessidades e inseguranças um do outro. Mao conseguira obter os suprimentos militares soviéticos para modernizar seu exército - algumas fontes chinesas alegam que durante a guerra da Coreia ele recebeu equipamento para 64 divisões de infantaria e 22 divisões aéreas - e Stalin amarrara as mãos da China num conflito com os Estados Unidos.¹²²

Enquanto durou a Guerra da Coreia, Mao pressionava Stálin para conseguir equipar seu exército. Ao final da guerra, a Força Aérea da China (considerada então um país muito pobre), era a terceira maior do mundo com pouco mais de 3 mil aviões, inclusive MiGs avançados. “E estavam em construção fábricas para produzir 3600 caças por ano [...]. E já haviam começado as discussões para fabricar bombardeiros”.¹²³

Após avanços e recuos, conquistas e derrotas, tanto chinesas quanto norte-americanas, o armistício foi assinado em 27 de julho de 1953 e adotou uma fronteira desmilitarizada entre as duas Coreias. O saldo foi de milhões de mortos e milhares de feridos. Os números

¹²⁰ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 448.

¹²¹ Ibidem, p. 450.

¹²² KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 151.

¹²³ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. op. cit., p. 454.

apresentados por Chang e Halliday são assustadores: os norte-americanos enviaram em torno de 1 milhão de soldados para a guerra (dos quais cerca de 37 mil morreram). Já a China enviou mais de 3 milhões de soldados “dos quais pelo menos 400 mil morreram [a alegação oficial é de 152 mil mortes]. Um documento oficial russo afirma que 1 milhão de chineses foram mortos”.¹²⁴

O resultado da guerra foi visto pelos chineses como um avanço que conseguiu barrar o avanço das forças mais poderosas do mundo. Mas Mao não alcançou todos os seus objetivos. Ele não conseguiu “libertar toda a Coreia do ‘imperialismo americano’, como a propaganda chinesa alegou inicialmente”, em contrapartida, a China conseguiu “provar para o Ocidente (e, em certa medida, para a União Soviética) que a China era agora uma potência militar e usaria a força para reivindicar seus interesses”.¹²⁵ Além disso, a Guerra da Coreia serviu para estabelecer a China como centro da revolução asiática, passando a ser vista como um adversário digno de se temer. A China emergiu da guerra exausta, mas redefinida, tanto aos seus próprios olhos como aos do mundo. No plano internacional, os Estados Unidos fixaram uma posição de hostilidade, garantindo que Taiwan ficaria fora do controle da China e a que China ficaria fora do Conselho de Segurança da ONU.

De acordo com Abi-sad, a guerra na Coreia serviu para estimular um novo sistema regional de segurança na Ásia, e os Estados Unidos seria a base de apoio e sustentação para diversos países asiáticos. A exemplo disso, os Estados Unidos e o Japão assinaram, ainda no decurso da Guerra da Coreia, em setembro de 1951, um Acordo de Paz e Segurança, que proporcionou ao Japão a recuperação e expansão da sua economia, sob proteção militar dos Estados Unidos. Em abril do ano seguinte, o Japão assinaria com Taiwan um Tratado de Paz, acentuando o afastamento da RPC. Em setembro de 1954, Estados Unidos, Austrália, Filipinas, França, Grã-Bretanha, Nova Zelândia, Paquistão e Tailândia, criaram a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO, sigla em inglês para Southeast Asia Treaty Organization), com o objetivo de prestar auxílio em caso de agressão aos signatários e impedir o avanço do comunismo no sudeste da Ásia. Em dezembro de 1954, Estados Unidos e Taiwan assinaram um Tratado de Defesa Mútua, demonstrando à RPC que a reconquista da ilha de Formosa não seria tão fácil.¹²⁶ Durante a década de 1950, a China, em busca de segurança, privilegiou a relação estabelecida com a União Soviética e demais países do bloco socialista.

¹²⁴ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 467.

¹²⁵ KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 153-154.

¹²⁶ ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 55.

A fim de se aproximar novamente da China e conseguir apoio para as mudanças que planejava, Khrushchev foi a Pequim em setembro de 1954. O líder soviético almejava destituir o primeiro-ministro Geórgiy Malenkov e substituí-lo por Nikolai Bulganin. Os chineses apoiavam essa mudança, pois “preferiam a ênfase que Khrushchev dava à indústria pesada e sua maneira relativamente vigorosa de encarar a política externa à ênfase de Malenkov sobre os bens de consumo e sua tendência para uma conciliação com o Ocidente”.¹²⁷ Para conseguir efetivamente o apoio chinês, Khrushchev fez importantes concessões à China, sempre se resguardando para não colocar em perigo a segurança soviética:

Não assumiu, por exemplo, qualquer compromisso público com a questão de Taiwan, e no comunicado conjunto, divulgado a 11 de outubro, só se fez à isso uma referência rotineira. Esse documento estipulava: um segundo crédito soviético (dessa vez no valor de \$130 milhões) à RPC; uma forma conjunta, supostamente pacífica, de encarar os problemas internacionais, especialmente os da Ásia; um desejo de estabelecer relações “normais” com o Japão, não obstante seu governo ser conservador e pró-americano; uma retirada soviética do Porto Artur (na Manchúria) na primavera de 1955; uma transferência, com indenização à União Soviética, das sociedades anônimas conjuntas para a propriedade chinesa no início de 1955; auxílio técnico e científico soviético à RPC, incluindo, conforme se constatou mais tarde, ajuda para pesquisas atômicas básicas; e a conclusão de novas ligações ferroviárias já iniciadas, entre os dois países, via Sinkiang e Mongólia Exterior.¹²⁸

Ainda em setembro de 1954 a China tomou uma decisão que causou divergência com a URSS: iniciou o bombardeio às ilhas de Quemoy e Matsu, ameaçando intervir em Taiwan. A URSS desaprovava essa atitude e a China se viu obrigada a recuar. Essa decisão marcou uma fase de tensões e conflitos entre China e URSS. Isso se agravou com a realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em fevereiro de 1956, onde Khrushchev denunciou os crimes de Stalin e propôs a transição pacífica do capitalismo para o socialismo.¹²⁹ A alternativa de coexistência pacífica não elucidava a margem de iniciativa dos demais países socialistas no interior do bloco liderado pelos soviéticos, nem as consequências últimas da reaproximação que se articulava entre Estados Unidos e URSS.

A diplomacia chinesa ganhou visibilidade internacional quando o primeiro-ministro das Relações Exteriores, Chu En-Lai, participou da Conferência de Genebra, na Suíça, entre abril e julho de 1954. A conferência foi convocada para resolver questões pendentes sobre a Guerra da Coreia, questões relacionadas à Guerra Franco-Vietnamita e também sobre as hostilidades na região da Indochina. Durante as reuniões, Chu En-Lai “manteve uma delicada

¹²⁷ HINTON, Harold C. **A China comunista na política mundial**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967, p. 49.

¹²⁸ HINTON, loc. cit.

¹²⁹ As críticas feitas por Khrushchev a Stalin não seriam bem vistas pelos chineses, conforme demonstraremos a seguir, no item 2.2.

linha entre as demandas e contrapropostas de soviéticos, franceses, americanos e norte-vietnamitas, e sua paciência e sagacidade ajudaram as potências a aplinar as dificuldades”.¹³⁰ Em 29 de abril, foi assinado um acordo sino-indiano, para resolver os assuntos relacionados à Indochina. O acordo demonstrava que a China estava em busca de uma nova linha de atuação no cenário internacional, enunciada por Chu En-Lai como Cinco Princípios de Coexistência Pacífica¹³¹, a saber: respeito mútuo à soberania e integridade nacional, não agressão, não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro, igualdade e benefícios recíprocos e coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. O acordo, no entanto, não definiu as fronteiras entre China e Índia, o que causou conflitos entre eles nos anos seguintes.

Sem acesso ao Conselho de Segurança da ONU e almejando reconhecimento internacional, a China buscou estabelecer vínculos com países em processo de descolonização e apoiou insurreições contra o poder ocidental, conforme nos aponta Abi-sad:

O isolamento da China diante dos países desenvolvidos levou a diplomacia de Chu En-Lai a cortejar os regimes recém-emancipados, apresentando a China como grande defensora da causa do mundo em desenvolvimento contra uma política de poder ocidental marcada pelo colonialismo e práticas imperialistas. O terceiro-mundismo, que influenciaria a política externa chinesa por algumas décadas, desenvolveu-se como forma de afirmação diplomática da RPC de início na região asiática em sua vizinhança imediata, mas também procurou englobar países africanos que acabavam de obter suas independências.¹³²

A China esperava conseguir desses países recém-independentes, apoio para conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Os chineses temiam que, uma vez emancipados, esses países pudessem estabelecer relações diplomáticas com Taiwan, dificultando a entrada da RPC no Conselho de Segurança da ONU. Ao se colocar como representante do Terceiro Mundo, a China se posicionava como defensora “das aspirações do mundo em desenvolvimento”.¹³³ A intenção dos chineses em liderar o seu próprio bloco ficou evidente quando a China se recusou a fazer parte do Pacto de Varsóvia¹³⁴, criado em 1955 pela

¹³⁰ SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 524.

¹³¹ HINTON, Harold C. **A China comunista na política mundial**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967, p. 48.

¹³² ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 56.

¹³³ Ibidem, p. 57.

¹³⁴ O Pacto de Varsóvia foi a aliança militar do bloco socialista, comandada pela União Soviética, constituída para garantir o controle soviético da sua área de influência e a defesa em ações militares contra os países da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), aliança militar constituída pelos países ocidentais, em 1949, com o objetivo de garantir a defesa militar do bloco capitalista contra a ameaça soviética.

União Soviética. A China não iria subordinar a defesa de seus interesses nacionais a uma coalizão de países.¹³⁵

Para consolidar essa postura de representante dos países em desenvolvimento, a China enviou Chu En-Lai para a Conferência de Bandung, também conhecida como Conferência Afro-Asiática de Países Não Alinhados, realizada entre os dias 18 e 24 de abril de 1955, na cidade de Bandung, na Indonésia. A conferência foi organizada pela Birmânia (atual Myanmar), Ceilão (atual Sri Lanka), Índia, Indonésia e Paquistão (membro da SEATO) e contou com a presença de 29 países, sendo 23 da Ásia¹³⁶ e apenas 6 países africanos¹³⁷. Considerada como um importante evento da história das relações internacionais do século XX, a conferência sagrou a emergência do Movimento dos Países Não Alinhados¹³⁸ e do Terceiro Mundo, tornando mais complexo o cenário da Guerra Fria:

À época dessa conferência, a maioria dos países Ásia já havia conquistado a independência política formal e a luta de libertação nacional na África começava a despontar. Nesse sentido, a conferência reuniu diferentes correntes do mesmo movimento de emancipação, em fases diferentes de desenvolvimento, além de unir países com distintos sistemas políticos, desde países monárquicos até socialistas. A heterogeneidade dos países, que a princípio poderia ser um obstáculo à coordenação da ação coletiva, foi superada pelo desejo comum de todos os países de enfrentar o subdesenvolvimento. Bandung, assim, representava uma tentativa de inverter a lógica da Guerra Fria e propor o debate Norte-Sul, ao invés do Leste-Oeste, e se posicionar como um polo de poder alternativo que tornaria a Guerra Fria bem mais complexa do que aparentemente poderia parecer.¹³⁹

Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, enunciada por Chu En-Lai, na Conferência de Genebra, em 1954, foram reafirmados durante a Conferência de Bandung. Destacou-se como iniciativa dos países participantes a luta contra o colonialismo, o direito à autodeterminação dos povos, a luta pela independência e a luta pela liberdade de escolha

¹³⁵ KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 170.

¹³⁶ Fizeram parte da Conferência os seguintes países asiáticos: Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, China, Filipinas, Iêmen, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietnã, Síria, Tailândia, Turquia e Vietnã do Sul.

¹³⁷ Os países africanos eram: Costa do Ouro (atual Gana), Egito, Etiópia, Libéria, Líbia e Sudão.

¹³⁸ Considera-se que o Movimento dos Países não Alinhados tenha sido formalmente fundado na Conferência de Belgrado, em 1961, onde os 25 países participantes explicitaram os princípios da política de não alinhamento. Nesse sentido, a Conferência de Bandung serviu de inspiração para a criação do movimento. Cf. BISSIO, Beatriz. De Bandung aos BRICS: continuidade ou ruptura? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPOCS, 37., 2013, p. 2. Águas de Lindóia, 2013. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st32/8611-de-bandung-aos-brics-continuidade-ou-ruptura/file>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

¹³⁹ PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. O prelúdio da cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015. não p. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/PEREIRA-MEDEIROS-2015-O-Prel%C3%ADio-Da-Coopera%C3%A7%C3%A3o-Sul-Sul.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

referente aos regimes políticos adotados pelos países após a independência.¹⁴⁰ Além da importante participação de Chu En-Lai na Conferência, destacou-se também o papel desempenhado pelo primeiro-ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, pelo presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, e pelo presidente da Indonésia, Sukarno.

Disposto a se mostrar conciliador, Chu En-Lai se deparou inesperadamente com severas críticas de líderes neutros, principalmente com relação à política interna antirreligiosa da China. Para causar uma boa impressão, Chu En-Lai manifestou a possibilidade de negociar com os Estados Unidos a respeito da questão de Taiwan. A Conferência de Bandung serviu para ampliar a rede de contatos da China e marca a transição da China como potência asiática, para uma potência afro-asiática.¹⁴¹ Outras consequências importantes para a China foram: estabelecimento de relações diplomáticas com o Egito e o Sudão, em 1956, com o Iraque, em 1958¹⁴² e a aproximação com os Estados Unidos, que deu início a uma série de reuniões entre os embaixadores estadunidense e chinês.¹⁴³ O “espírito de Bandung” teve importância muito grande no processo de descolonização e serviu para inserir os países do Terceiro Mundo no cenário internacional, condenando explicitamente o (neo)colonialismo e o racismo. Terminada a Conferência, foi divulgado um comunicado contendo os Dez Princípios da Coexistência:

- 1) Respeito aos direitos humanos fundamentais, conforme aos fins e aos princípios da Carta das Nações Unidas;
- 2) Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações;
- 3) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e a igualdade de todas as nações, pequenas e grandes;
- 4) Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos outros países;
- 5) Respeito ao direito de cada nação de defender-se individual e coletivamente conforme a Carta das Nações Unidas;
- 6.a) Rejeição a todo acordo de defesa coletiva destinado a servir aos interesses particulares das grandes potências quaisquer forem;
- 6.b) Rejeição a toda pressão que uma potência, qualquer que seja, tente exercer sobre outra;
- 7) Abstenção a atos de ameaças de agressão ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país;
- 8) Resolução de todos os conflitos por meios pacíficos, tais como negociação ou conciliação, arbitragem e resolução diante de tribunais, assim como outros meios

¹⁴⁰ PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. O prelúdio da cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015. não p. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/PEREIRA-MEDEIROS-2015-O-Prel%C3%BAdio-Da-Coopera%C3%A7%C3%A3o-Sul-Sul.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

¹⁴¹ HINTON, Harold C. **A China comunista na política mundial**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967, p. 50.

¹⁴² ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 57.

¹⁴³ De acordo com Kissinger, durante o período de 1955 até 1971, foram realizadas cento e trinta e seis reuniões entre os embaixadores da China e dos Estados Unidos. O acordo mais importante firmado entre os dois países nesse período foi assinado em setembro de 1955 e garantia “que os cidadãos aprisionados em seus respectivos países devido à guerra civil voltassem para casa”. KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 167.

pacíficos que possam eleger os países interessados, conforme a Carta das Nações Unidas;

9) Estímulo dos interesses mútuos e a cooperação;

10) Respeito à justiça e às obrigações internacionais.¹⁴⁴

É possível perceber ecos da Conferência de Bandung em diversas situações no curso de toda a Guerra Fria, como no movimento de busca pela paz que tentava vincular a paz entre os países à soberania dos povos e ao desenvolvimento econômico. Essa busca pela paz poderia levar países que não tinham tanta afinidade cultural, e até mesmo ideológica, a se aproximarem e congregarem numa relação de países subdesenvolvidos. As relações econômicas entre países que tem os mesmos problemas, como a questão da pobreza, por exemplo, poderiam aproximar os países do Terceiro Mundo e inspirá-los a se libertarem da dominação imperialista. Esses preceitos discutidos durante a Conferência de Bandung foram mais tarde expressos na Declaração Conjunta Sino-Soviética, publicada pelo jornal *Voz Operária*, em 2 de fevereiro de 1957:

Os governos da União Soviética e da China apoiam ardentemente os países e nações da Ásia, África e América Latina em sua luta contra o colonialismo, pela conquista e consolidação de sua independência nacional, soberania e liberdade, progresso industrial e independência econômica.

Na luta contra a guerra, contra o colonialismo e na defesa da paz mundial os estados socialistas e os países nacionalmente independentes podem realizar uma completa cooperação, de acordo com os cinco princípios da coexistência pacífica.¹⁴⁵

Dividida em 6 tópicos, a declaração apontava os resultados dos debates realizados durante a visita de Chu En-Lai à Rússia, em janeiro de 1957. Nela, os líderes chinês e soviético discorreram sobre problemas internacionais, questões relacionadas a consolidação e ampliação da cooperação fraternal entre os estados socialistas e sobre o desenvolvimento de tal cooperação entre China e União Soviética na luta pela manutenção da paz e da coexistência pacífica (termo que aparece 4 vezes no texto). A declaração foi assinada por Chu En-Lai, na posição de Presidente do Conselho Governamental e Ministro do Exterior da RPC e Nikolai Bulganin, Presidente do Conselho de Ministros da União Soviética.

Essa declaração conjunta não foi capaz de impedir novos atritos entre chineses e soviéticos. Isso porque em setembro de 1957 a China reconheceu o Governo Provisório da

¹⁴⁴ PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. O prelúdio da cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015. não p. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/PEREIRA-MEDEIROS-2015-O-Prel%C3%BAdio-Da-Coopera%C3%A7%C3%A3o-Sul-Sul.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

¹⁴⁵ DECLARAÇÃO Conjunta Sino-Soviética. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1957. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/154512/4094>>. Acesso em 20 mar. 2019.

Revolução da Argélia e contrariou a orientação da URSS que prezava por boas relações com a França. No mesmo ano, a URSS não apoiou a China nos seus conflitos com Taiwan. Como uma tentativa de reconciliação, a URSS assinou um tratado de assistência nuclear com a China, com promessas de transferência de tecnologia nuclear.

Em 1959, as tensões se tornam irreversíveis, quando em setembro Khrushchev foi aos Estados Unidos e consagrou a “coexistência pacífica na base do ‘espírito de Camp David’”.¹⁴⁶ Mas as tentativas de conciliação não foram suficientes para “superar o abismo das desconfianças geradas pelas conversações de Camp David e pela política geral da URSS em todo o mundo”.¹⁴⁷ No ano de 1960, ficou claro que a relação entre China e URSS convergia para uma separação e ficou ainda mais difícil manter a aparência de unidade quando:

Khrushchev, repentinamente, retirou todos os técnicos soviéticos da China, junto com os seus projetos. O PCC logo estaria atacando o revisionismo do Partido Comunista da União Soviética e recebendo a retribuição na mesma moeda. Por volta de 1963, essa briga entre os dois partidos tornou-se mundialmente pública. O agravamento da crise foi ainda mais desagradável porque os sectários do PCC e do Partido Comunista da União Soviética, que um dia compartilharam da mesma ideologia, agora se viam como se estivessem denegando sua imagem.¹⁴⁸

Entre cientistas soviéticos que retornaram a Moscou, estavam dois especialistas em armas nucleares que antes de partir se recusaram a dar informações sobre a construção de bombas atômicas. Mas os chineses conseguiram informações essenciais para a construção da bomba. Mesmo sem ajuda externa, a economia da China voltou aos trilhos e ganhou um crescimento sustentado. Em 1964, a China realizou seu primeiro teste com uma bomba atômica e entrou para o clube de nações que possuíam armas nucleares.

Em outubro de 1964, a queda de Khrushchev criou certa expectativa de reconciliação entre as nações. Expectativa essa que não durou muito tempo, pois a deflagração da Revolução Cultural na China aprofundou a crítica ao revisionismo soviético. E ainda, “a adoção da China de uma política de apoio agressivo aos movimentos de libertação nacional e contestação social em todo o mundo não poderia deixar de entrar em conflito com a política de respeito às áreas de influência observada pela URSS”.¹⁴⁹

A partir de 1966, a China viveu a chamada Revolução Cultural Chinesa, ou Grande Revolução Cultural Proletária, uma mobilização promovida por Mao Tsé-tung, que visou mudar os rumos do sistema por ele mesmo empregado a partir de 1949. As medidas adotadas

¹⁴⁶ REIS FILHO, Daniel A. **A construção do socialismo na China**. São Paulo: Brasiliense, 1982a, p. 105.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 106.

¹⁴⁸ FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 349.

¹⁴⁹ REIS FILHO, Daniel A. op. cit., p. 109.

pelo então presidente da China, Liu Shao-Chi, não eram bem vistas por Mao Tsé-tung. Isso porque Liu Shao-Chi passou a estimular a fabricação de bens de consumo e não mais incentivou o crescimento da indústria pesada. Mao Tsé-tung já não exercia mais tanta influência na cúpula do Partido. Até que ganha um importante aliado, Lin Piao, ministro de defesa do PCC. A volta por cima do líder comunista começou com o fortalecimento do culto a sua imagem:

Logo surgiram distintivos com sua cabeça, dos quais foram fabricados cerca de 4,8 bilhões no total. Imprimiram-se mais exemplares de suas Obras Seleccionadas – e mais retratos dele (1,2 bilhão) – do que o número de habitantes da China. Foi nesse verão [maio de 1966] que o Pequeno Livro Vermelho foi distribuído para todo mundo. Era preciso carregá-lo e empunhá-lo em todas as ocasiões públicas, e suas receitas era recitadas diariamente.¹⁵⁰

O que Mao pretendia era expurgar os “resquícios da cultura chinesa tradicional”, para fazer surgir uma “nova geração ideologicamente pura”, pronta para defender o país contra os inimigos internos e externos. Mao “impeliu a China uma década de frenesi ideológico, sectarismo político feroz e quase guerra civil”.¹⁵¹ A Revolução Cultural foi consequência de uma complexa disputa entre Mao Tsé-tung e outros dirigentes do PCC. Nessa fase do governo, qualquer pessoa que criticasse as atitudes Mao Tsé-tung e seus aliados, era declarada traidora e sofria severas represálias. O objetivo era livrar a China das influências do passado, conhecidas como Quatro Velhos: velhas ideias, velha cultura, velhos costumes, velhos hábitos.¹⁵² Assim, a população chinesa era constantemente julgada e observada. Com a criação da Guarda Vermelha, as coisas se tornaram ainda mais difíceis para os intelectuais na China, pois qualquer pessoa que tivesse ligação com empresários, donos de terras, eram torturados e julgados pelos cruéis Guardas Vermelhos.

O apelo feito por Mao Tsé-tung nessa nova campanha foi aos jovens estudantes, que foram conclamados a se rebelarem contra seus professores “por envenenar suas cabeças com ‘ideias burguesas’ – e por persegui-los com exames”.¹⁵³ Professores e pessoas ligadas à educação foram as primeiras vítimas da Revolução Cultural:

Em 18 de junho, muitos professores e funcionários da Universidade de Pequim foram arrastados diante da multidão e maltratados; seus rostos foram pintados de preto e puseram chapéus de burro em suas cabeças. Forçaram-nos a ajoelhar-se, alguns foram espancados e as mulheres foram sexualmente molestadas. Episódios semelhantes se repetiram em toda a China, provocando uma cascata de suicídios.¹⁵⁴

¹⁵⁰ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 629.

¹⁵¹ KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 197.

¹⁵² KISSINGER, Henry. loc. cit.

¹⁵³ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. op. cit., p. 629.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 630.

Em agosto, ocorreu a primeira morte decorrente da tortura. Numa escola feminina de Pequim, a diretora foi torturada pelas meninas, que a chutaram e pisotearam, jogaram-na água fervente, entre outras atrocidades.¹⁵⁵

Mao Tsé-tung demitiu funcionários que eram contrários aos seus programas. Para Mao Tsé-tung a regeneração espiritual era mais importante que o desenvolvimento econômico. De início a luta de classes “era para ser aplicado a todos os intelectuais, burocratas e membros do partido com o objetivo de eliminar ‘aquelas autoridades que estavam tomando o rumo capitalista’”.¹⁵⁶ Assim, Mao Tsé-tung conseguiu legalidade nominal para estimular o movimento das massas contra o revisionismo das repartições do partido. Logo, o movimento tomou a forma do Movimento da Guarda Vermelha, que era composta por jovens estudantes. Essa juventude não tinha experiência nenhuma em uma revolução e aprenderam isso fazendo literalmente a Revolução.

Mas uma coisa não foi considerada por Mao Tsé-tung, que ao dar liberdade para os jovens urbanos, todos os princípios de emendas partidárias seriam desprezados. Com isso, a situação saiu do controle e tornou-se cada vez mais violenta e as tentativas de refreá-la foram em vão. A irracionalidade e o caos tomaram conta da Revolução e o que se seguiu foi a destruição de milhares de vidas que atravessavam o seu caminho. A Guarda Vermelha era composta basicamente por dois tipos de estudantes, os filhos de intelectuais educados desde casa que eram capazes de realizar um trabalho acadêmico de alto nível; e os filhos da nova classe dominante membros do partido, de oficiais e de militares, advindos de uma camada social considerada revolucionária. Essas diferenças de classes sociais foram responsáveis pelas divisões da Guarda Vermelha em facções que chegaram a lutar entre si.

Com a situação fora de controle, “em agosto de 1968, os Guardas Vermelhos foram desmantelados e chamou-se o exército para repor a ordem onde fosse necessário”.¹⁵⁷ Essa medida fez com que os soldados voltassem ao campo, decaindo para uma condição inferior. Os soldados que ocuparam o lugar da Guarda Vermelha foram chamados de Rebeldes Revolucionários e suas ações eram semelhantes, atos cruéis e alarmantes.¹⁵⁸

Alguns autores afirmam que a partir de 1970 a Revolução Cultural iniciou uma fase menos violenta, mas essa afirmativa é rebatida por Fairbank e Goldman,¹⁵⁹ que apontam que na

¹⁵⁵ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 633.

¹⁵⁶ FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 359.

¹⁵⁷ HAW, Stephen G. **História da China**. Lisboa: Tinta da China, 2008, p. 239.

¹⁵⁸ FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. op. cit., p. 362.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 364.

década de 1970 a Revolução se espalhou para o interior do país, onde a população era obrigada a abandonar suas ocupações secundárias, como a criação de porcos e galinhas. O resultado disso foi que muitos camponeses não tinham com o que se alimentar.

A Revolução Cultural terminou em 1976. Esse ano ficou conhecido como o ano da desgraça, pois a população chinesa viu a morte dos principais líderes comunistas. Mas esse ano também marcou o início da prosperidade política do país. Profundamente debilitado e doente, Mao Tsé-tung morreu no dia 9 de setembro de 1976 e deixou o povo chinês com uma grande incerteza com relação ao futuro. Para a maioria dos chineses, o efeito final da Revolução Cultural foi marcado pela desilusão no governo socialista e uma confiança renomada na família. A violência empregada através da Revolução Cultural na década de 1970 denegriu a imagem de Mao Tsé-tung. O descontentamento da população era grande,

mesmo as grandes conquistas da revolução em ampliar a educação primária, transportes rodoviários e a comunicação por meio da imprensa e do rádio tiveram, em parte, efeitos contrários ao revelar o quanto a China ainda precisa se desenvolver. O imperialismo estrangeiro terminara, assim como o estímulo estrangeiro, enquanto os antigos valores “feudais” e práticas corruptas ainda permaneciam estranhados na sociedade chinesa.¹⁶⁰

As intenções de Mao de acabar com a burocratização, o elitismo e a corrupção na China podem ter sido as melhores possíveis, mas o modo como essas atitudes foram tomadas deixou uma gigantesca marca na sociedade chinesa, marca de repressão, sofrimento e dor.

O contexto mundial ao final da década de 1960 e início da década de 1970 começou a delinear uma trajetória distinta. Temos nesse período o primeiro choque do petróleo, em 1973, a *détente*¹⁶¹, e “a guinada da política exterior da China [...] orientando-se para o confronto com a União Soviética e a busca de novos e diversificados parceiros de comércio”.¹⁶² A China afastou-se da ideologia de luta contra o imperialismo, admitindo a convivência com o Ocidente. Ainda segundo Cervo, “não fica difícil compreender que, no exíguo espaço de tempo entre 1971 e 1973, tenha o governo de Beijing [Pequim] estabelecido relações diplomáticas com 31 países, além de reatá-las com outros nove”.¹⁶³

Com a aceitação da República Popular da China como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, em 1971, normalizaram-se “as relações da China com os

¹⁶⁰ FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 371.

¹⁶¹ Palavra francesa que significa distensão. Refere-se ao relaxamento das tensões entre governos. Neste caso, faz alusão aos acordos bilaterais estabelecidos entre EUA e URSS na década de 1970, visando à diminuição dos riscos de uma guerra nuclear, por meio do controle do arsenal nuclear das duas superpotências.

¹⁶² CERVO, Amado Luiz. (org.). **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 335.

¹⁶³ CERVO, Amado Luiz. (org.). loc. cit.

principais países ocidentais, com seus vizinhos asiáticos e com países em outras latitudes, como no caso do Brasil e da América Latina em geral”.¹⁶⁴ Assim, a China conquistou uma posição de destaque no cenário internacional. Em 1972, o presidente do Estados Unidos, Richard Nixon visitou Pequim e Xhangai, abrindo caminho para as conversas que culminaram no estabelecimento das relações diplomáticas entre China e Estados Unidos, firmadas em 16 de dezembro de 1978.

¹⁶⁴ ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 77.

2 AS RELAÇÕES POLÍTICAS BRASIL-REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

O Brasil não reconheceu a República Popular da China, instaurada por Mao Tsé-tung em 1949, pois mantinha relações diplomáticas com a República da China desde 1912. Após a proclamação da República Popular da China, o governo nacionalista, liderado por Chiang Kai-shek foi transferido para Taiwan. O Brasil retirou a Embaixada que havia sido instalada em Xangai e transferiu provisoriamente para Tóquio, onde permaneceu até 1952.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, o Brasil optou pelo bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos. Nesse período, o Brasil era governado pelo general Eurico Gaspar Dutra, na presidência do país desde 1946. Durante seu governo (1946-1951), Dutra manteve o Brasil alinhado com os interesses estadunidenses, mantendo-se na esfera do capitalismo e afastando-se de qualquer influência socialista/comunista¹⁶⁵. O não reconhecimento do Governo de Pequim se deu em face da aproximação estratégica com os norte-americanos, almejando angariar auxílios econômicos para fomentar o desenvolvimento nacional:

O Brasil de Dutra julgava constituir um *aliado privilegiado* dos EUA, acima desse perfil de relacionamento internacional. Em função do ativo apoio a Washington durante a Segunda Guerra Mundial e do alinhamento automático na Guerra Fria, os conservadores brasileiros então no poder esperavam manter relações especiais com o governo norte-americano. [...]

A diplomacia brasileira não apenas alinhava-se automaticamente com as posições americanas nas organizações internacionais, como, às vezes, até excedia-se em seu conservadorismo.¹⁶⁶

A exemplo desse conservadorismo citado por Vizontini, o Brasil rompeu suas relações diplomáticas com a URSS, em 1947, alegando, entre outras coisas, que o Embaixador brasileiro em Moscou não estava recebendo tratamento cortês, sofrendo ele e seus auxiliares restrições, algumas delas vexatórias, conforme verifica-se na Nota da Embaixada do Brasil sobre o rompimento diplomático com a URSS, enviada pelo Ministro das Relações Exteriores, Mário de Pimentel Brandão, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, Viacheslav Molotov.¹⁶⁷ Além disso, o Brasil não reconheceu o governo comunista de Kim Il-sung

¹⁶⁵ Cf. MOURA, Gerson. O alinhamento sem recompensa: a política externa do Governo Dutra. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 1990. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6613/792.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

¹⁶⁶ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 43.

¹⁶⁷ GARCIA, Eugênio Vargas (org.). **Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos (1493-2008)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 466.

instaurado na Coreia do Norte em 1948. Internamente, houve uma intensa repressão ao Partido Comunista, cassando os mandatos dos políticos eleitos por esse partido, bem como, repressão ao movimento operário. Ainda segundo Vizentini, “essa política anticomunista [...] vinculava-se à necessidade de evidenciar perante os EUA o engajamento do país na luta contra a subversão”.¹⁶⁸

A ânsia de se fazer notar pelos Estados Unidos mostrou-se frustrada, uma vez que os Estados Unidos no pós-guerra priorizaram um sistema planetário de segurança, visando a cooperação com a Europa, a África e o Oriente. Segundo Cervo e Bueno, a “América ficara à margem do Plano Marshall. Carente de divisas, não conhecera os benefícios da cooperação então vigentes em outras áreas do globo”.¹⁶⁹ Buscando garantir influência geopolítica no Pacífico, os Estados Unidos instalaram “bases na Coreia do Sul, Japão, Filipinas, Tailândia e Vietnã do Sul”.¹⁷⁰

A China, em contrapartida, buscava se adequar “aos desafios da nova conjuntura internacional, [e] em fevereiro de 1950, a China assinou um tratado de amizade com a União Soviética, consagrando a aliança entre as duas”.¹⁷¹ A polarização da Guerra Fria se estendia para a China, tendo Taiwan recebido apoio dos Estados Unidos, enquanto o Governo de Pequim recebia o apoio da União Soviética. Dada essa conjuntura, o Brasil teve poucos contatos com a China durante a década de 1950. As relações sino-brasileiras se limitavam a visitas de jornalistas, acadêmicos e empresários interessados em fomentar o comércio entre os dois países. Conforme Abi-Sad:

apesar da inexistência de vínculos oficiais, registrou-se um certo intercâmbio de pessoas dos dois países, na maioria visitantes e personalidades em missões específicas, sobretudo de natureza cultural. Tais contatos primaram pela intermitência e caráter aleatório, não configurando uma situação de fluxo contínuo e regular.¹⁷²

Com relação ao aspecto cultural, a Companhia de Teatro de Pequim excursionou pela América Latina, passando pelo Brasil. Além disso, houve influência política do Partido

¹⁶⁸ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 44.

¹⁶⁹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992, p. 259.

¹⁷⁰ FARES, Tomaz Mefano. A diplomacia chinesa e as relações com o Brasil (1949-1974). **Século XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM/Sul**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 28-47, mar. 2017, p. 28. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/134>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

¹⁷¹ FARES, Tomaz Mefano. loc. cit.

¹⁷² ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 184.

Comunista Chinês e contatos clandestinos com o Partido Comunista Brasileiro, conforme veremos adiante (item 2.2).

No início da década de 1960, já durante a gestão de Jânio Quadros, chegava ao Brasil, uma missão comercial chinesa, chefiada por Nan Han-Chen, presidente do Comitê chinês para a Promoção do Comércio Internacional. A visita tinha como objetivo verificar as possibilidades de intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Popular da China.¹⁷³ Como forma de retribuição dessa visita, Jânio Quadros organizou a Missão Comercial do Brasil à República Popular da China, que se realizou em agosto de 1961, chefiada por João Goulart. Decorreu dessa Missão a assinatura do Acordo Interbancário entre o Banco do Brasil e o Banco Popular da China, bem como a garantia de troca anual de delegações comerciais (item 2.3). Participou das negociações Wang Yao-Ting, que seria preso no início do governo militar, junto com outros oito chineses (conforme veremos no capítulo 3).

2.1 RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS ANTES DA PEI

Durante a década de 1950, houve algumas tentativas de aproximação por parte da China. Em novembro de 1954, um telegrama emitido para o Embaixador do Brasil em Londres dava diretrizes de quais atitudes deveriam ser tomadas com relação à Missão diplomática da República Popular Chinesa em Londres, que expressava sua intenção de manter relações com o referido embaixador.¹⁷⁴ Em maio do ano seguinte, o Embaixador do Brasil em Belgrado, Ruy Ribeiro Couto, emitiu um telegrama para a Divisão Política, informando que o embaixador da RPC havia manifestado o desejo de manter “relações oficial e pessoal” com o embaixador brasileiro.¹⁷⁵ A diretriz dada pelo Itamaraty foi que, para não “melindrar” as relações com o governo de Formosa, o embaixador brasileiro adotasse uma postura distante com relação ao embaixador da RPC, “limitando-se a acusar o recebimento da sua comunicação por nota verbal sem fazer alusão alguma ao seu desejo de ter relações oficiais e pessoais”.¹⁷⁶ Pela resposta dada no documento acima mencionado, observa-se a intenção do Itamaraty, de não se aproximar da China, pelo menos não naquele momento, para não prejudicar as relações com Taiwan, que era reconhecida pela ONU como o governo representante de toda a China.

¹⁷³ DINIZ, Celso. **Vinda ao Brasil de Missão comercial da República Popular da China**. Rio de Janeiro, 28 ago. 1962c, p. 1. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, Ano: 1962 (jul a dez).

¹⁷⁴ **RELAÇÕES COM A MISSÃO DIPLOMÁTICA DA REPÚBLICA POPULAR CHINESA EM LONDRES**. Rio de Janeiro, 9 nov. 1954. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

¹⁷⁵ COUTO, Ruy Ribeiro. **Relações diplomáticas Brasil-República Popular da China**. Belgrado, 27 mai. 1955. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

¹⁷⁶ **RELAÇÕES...** op. cit.

Assim como a intenção do Embaixador da China em manter relações oficial e “pessoal” com o chanceler Ruy Ribeiro Couto, outros exemplos de “contatos entre pessoas” aconteceram na década de 1950. Em 1954, Josué de Castro, presidente do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla em inglês para *Food and Agriculture Organization*), visitou a China após ter sido credenciado pela ONU para essa missão.¹⁷⁷ Ainda em 1954, o general Edgar Buxbaum e o deputado Jose da Frota Moreira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), visitaram a China após participarem do Congresso da Paz Mundial, realizado em Estocolmo. Os brasileiros visitaram a China a convite da Comissão Chinesa de Paz.¹⁷⁸

Em junho de 1956, um grupo de parlamentares brasileiros, de diferentes partidos, visitaram Pequim para acompanhar o Congresso Nacional do Povo da China. A delegação, chefiada por Getulio de Moura, do Partido Social Democrático (PSD), era composta por mais um membro desse mesmo partido, além de um deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um do Partido Republicano (PR) e um da União Democrática Nacional (UDN).¹⁷⁹ A visita dos parlamentares foi noticiada pelo *Jornal do Brasil*, que reproduziu trechos do discurso proferido por Getulio de Moura, no dia 22 de junho de 1956:

[O] Deputado Getulio de Moura elogiou a China comunista por ter-se libertado “de sua antiga economia semicolonial e de sua condição de país exportador apenas de matérias primas”.

Ainda de acordo com a rádio de Pequim, declarou o Deputado brasileiro: “Não tenho o direito de emitir opinião sobre a forma de governo que vossa revolução criou”... “porém a verdade é que o povo chinês conseguiu um renascimento no verdadeiro sentido da palavra”.¹⁸⁰

O grupo de parlamentares foi recebido por Mao Tsé-tung e Chu En-Lai. Em julho de 1956, um grupo de juristas brasileiros visitou a China a convite do governo de Pequim. A delegação brasileira, após participar do Congresso Internacional de Juristas Democráticos, realizado em Viena, foi à China para conhecer os progressos obtidos pelo regime comunista, desde a proclamação da República Popular. De acordo com o jornal *Imprensa Popular*, a

¹⁷⁷ CAICHILOLO, Ricardo. **Relações Brasil-China: do período quente da Guerra Fria à abertura da China ao Ocidente**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: 2001, p. 25.

¹⁷⁸ BRASILEIROS em visita à China Comunista. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 dez. 1954. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/37676>. Acesso em 21 mar. 2019.

¹⁷⁹ FARES, Tomaz Mefano. A diplomacia chinesa e as relações com o Brasil (1949-1974). **Século XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM/Sul**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 34, mar. 2017. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/134>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

¹⁸⁰ DEPUTADO brasileiro tributa homenagem ao povo da China Comunista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jun. 1956. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/63129>. Acesso em: 13 ago. 2018 (material protegido por direitos autorais).

delegação era composta pelos desembargadores Alfredo Cumplido de Santana e Herotides da Silva Lima; os juízes Fernando de Oliveira Coutinho e Osny Duarte Pereira, acompanhado de sua esposa, Edi Duarte Pereira, vice-presidente da Federação de Mulheres do Brasil; os advogados Cabral Neto e Aldo Lins da Silva; Letelba Rodrigues de Britto, secretário da Associação Internacional de Juristas Democratas; e Jurema Yari Finamour, jornalista que acompanhava a delegação.¹⁸¹ Além da delegação dos juristas brasileiros, estavam também delegações da Argentina e do Chile, evidenciando as intenções da China de aproximar as relações não só com o Brasil, mas com a América Latina como um todo, conforme a fala de Chu En-Lai:

Os amigos do continente americano devem ver o que está mais atrasado, mais defeituoso para apresentar sugestões. Desejamos também que venham mais amigos da América Latina. E venham mais vezes os mesmos amigos. As visitas repetidas podem oferecer comparação entre o que sucedeu e o que está sucedendo. É necessário que venham mais vezes à China.¹⁸²

A jornalista Jurema Finamour faz um relatório detalhado da conversa que Chu En-Lai teve com as delegações brasileira, chilena e argentina. A correspondência de Finamour foi publicada na edição do dia 22 de julho e a continuação no dia 24 de julho de 1956 do jornal *Imprensa Popular*. Na amigável conversa que teve com as delegações, Chu En-Lai mostrou-se muito modesto e cordial. Agradeceu os elogios, dizendo que eles eram exagerados, que havia muito ainda a ser feito na China e pediu sugestões/críticas das delegações do que poderia ser melhorado. O chefe da delegação brasileira, o desembargador Edgard de Moura Bittencourt, falou sobre os avanços material e cultural da China, que deixou os membros da delegação impressionados. Elogios que foram prontamente respondidos por Chu En-Lai, que disse ser um dever acolher bem os visitantes e sugeriu que, caso os membros das delegações ainda não tivessem visto “os lados atrasados e sombrios da nossa vida”, poderiam solicitar visita a qualquer momento, de surpresa e improviso, para que desse modo pudessem conhecer a realidade do povo chinês.

Continuando, sempre em tom de modéstia, Chu En-Lai pede que os delegados indiquem os defeitos, pois, se fossem feitos só elogios, não haveria progresso. Quando os delegados chilenos disseram ter aprendido muito com os chineses, o ministro respondeu que os chineses não tinham muito o que ensinar, mas que poderiam aprender muito com os latino-

¹⁸¹ FINAMOUR, Jurema. Recepção de Chu En Lai às Delegações de Juristas do Brasil, Argentina e Chile. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 22 jul. 1956b. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/108081/11512>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

¹⁸² Ibidem, p. 5.

americanos e lamenta que “tão pouca gente nossa tenha ido aos seus países pois cada um deles tem as suas vantagens que precisam ser estudadas. Todos os países, grandes e pequenos, devem respeitar-se mutuamente”.¹⁸³ Expressado o desejo de manter um intercâmbio com os países latino-americanos, o delegado brasileiro, disse ser esse o interesse dos povos da América Latina, ao que respondeu o ministro chinês:

Agradecemos a boa vontade dos amigos brasileiros, como dos demais amigos da América Latina. Estamos convencidos de que os nossos povos querem as relações entre nossos países. Existem, porém, dificuldades, não de nossa parte mas da vossa e as vezes elas vêm de fora. Compreendemos tudo muito bem. O desejo de relações amistosas é comum. Podemos realizá-las gradualmente sem nos apressarmos. A mão do Governo e do povo da China está sempre estendida esperando a qualquer momento a vinda dos nossos amigos. Estamos dispostos a acolher qualquer manifestação de amizade. Saudaremos qualquer manifestação de amizade em qualquer momento. Devo dizer que se operam certas modificações na situação internacional em relação aos países controlados pelos americanos. Nos últimos dos anos muitos países adquiriram uma nova perspectiva.¹⁸⁴

Ao falar sobre as dificuldades vindas de fora, o ministro chinês fazia referência à política externa exercida pelos Estados Unidos, que haviam criado uma espécie de bloqueio comercial à China. As modificações a que Chu En-Lai se referiu, eram as conversas iniciadas entre embaixadores dos Estados Unidos e da China, em junho de 1954, em Genebra. Tal aproximação foi, no entanto, efêmera e os contatos foram interrompidos em dezembro de 1957.¹⁸⁵ De acordo com Chu En-Lai, as conversas em Genebra poderiam favorecer a abertura do bloqueio comercial imposto pelos Estados Unidos e facilitar a integração econômica da China com os demais países subordinados aos Estados Unidos.

Em correspondência especial enviada alguns dias antes por Jurema Finamour, o desembargador Alfredo Cumplido de Santana deu suas impressões sobre a China. Ao visitar uma fábrica de tecidos, Santana se surpreendeu pelo fato de todo o maquinário ser chinês: “o chinês fabricou sua própria fábrica”. Ao visitar uma cooperativa agrícola, disse não ter se impressionado com as instalações da mesma, “tudo indicando que o povo chinês, no momento, só se preocupa em realizar um programa objetivamente fixado.” O desembargador falou também sobre a liberdade religiosa que existia na China, onde visitaram uma Igreja Católica, a

¹⁸³ FINAMOUR, Jurema. Recepção de Chu En Lai às Delegações de Juristas do Brasil, Argentina e Chile. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 22 jul. 1956b. p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/108081/11516>>. Acesso em: 13 ago. 2018

¹⁸⁴ FINAMOUR, Jurema. Amistoso Debate de Chu En Lai Com Juristas do Brasil, Argentina e Chile. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1956c. p. 3 (grifo nosso). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/108081/11522>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

¹⁸⁵ CAICHIOLO, Ricardo. **Relações Brasil-China: do período quente da Guerra Fria à abertura da China ao Ocidente**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: 2001, p. 23.

Igreja de São Salvador. Sobre alguns padres presos na China, o pároco da Igreja disse que estavam presos “não por serem padres, mas por se haverem imiscuído em negócios políticos, fugindo às suas atribuições”¹⁸⁶. O desembargador encerrou seu relato num tom muito elogioso:

Quero terminar essas breves declarações sôbre a China que estamos visitando com a seguinte afirmação: a China é um país que está com as portas abertas a quem queria visitá-la, sem sectarismo, sem idéias preconcebidas. Quem tenha a felicidade de o fazer encontrará, além de um ambiente de alegria e esperança, o povo mais solícito e cortês do mundo.¹⁸⁷

A jornalista Jurema Finamour, após ter acompanhado a delegação brasileira à China, lançou um livro intitulado *China sem Muralhas*. Com mais de 400 páginas, o livro continha fotos e relatos da viagem. No prefácio do livro é possível perceber a admiração da jornalista pela China: “Bela, bela é a China! Pode-se ver facilmente, no entanto, o quanto sofreu seu povo. Mas, êle saiu dêste sofrimento com uma sabedoria profunda. E esta experiência lhe ajudará com certeza, a reconstruir sua nova Pátria, mais depressa e mais perfeita do que imagináramos”.¹⁸⁸

Ainda em 1956, em dezembro, outro grupo de parlamentares visitaram Pequim. O grupo era composto pelo senador Domingos Velasco e os deputados Ranieri Mazzilli, Emilio Carlos e Saturnino Braga. Durante a visita, o senador Domingos Velasco declarou que chegava o momento do Brasil e da China iniciarem as relações comerciais e que as sugestões que ele daria ao governo brasileiro “serão o primeiro passo para a normalização das relações entre os países”.¹⁸⁹ Velasco ainda afirmou que estava “muito mal informado” sobre a China e ficou admirado pelo fato dos chineses terem “realizado um trabalho espantoso no curso de apenas sete anos desde o triunfo da Revolução”. O grupo de parlamentares manteve conversas com autoridades chinesas e aproveitaram para visitar fábricas e instituições culturais.

A última visita à China na década de 1950, noticiada pela imprensa brasileira foi a do governador de Pernambuco, Cid Sampaio¹⁹⁰. O jornal *Diário de Notícias*, estampou a chamada “Regressou (entusiasmado com a China) o governador Cid Sampaio”.¹⁹¹ Nela, o jornal discorria sobre a viagem de Cid Sampaio na Europa, onde debateu com financistas e industriais sobre a

¹⁸⁶ FINAMOUR, Jurema. Juristas brasileiros visitam a China. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 18 jul. 1956a. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/108081/11490>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

¹⁸⁷ FINAMOUR, Jurema. loc. cit.

¹⁸⁸ UMA JORNALISTA Brasileira na China Popular. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1957. p. 10. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/108081/12677>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

¹⁸⁹ RELAÇÕES Comerciais Entre o Brasil e a China. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 7 dez. 1956. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/108081/12402>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

¹⁹⁰ As visitas feitas à China pelos comunistas brasileiros serão analisadas no próximo tópico.

¹⁹¹ REGRESSOU (entusiasmado com a China) o governador Cid Sampaio. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1959. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/79749>. Acesso em: 19 mar. 2019.

instalação, em Recife, de uma fábrica de proteínas com aproveitamento de resíduos. Cid Sampaio visitou também a Tchecoslováquia e a Rússia. Na China, foi recebido por Mao Tsé-tung, com quem conversou por três horas. Cid Sampaio se dizia entusiasmado com o progresso material da China.

Outro episódio envolvendo a RPC, ainda na década de 1950, foi relacionado à Companhia de Teatro de Pequim. Em julho de 1956, o Diplomata Augusto Estellita Lins enviou à Chefe da Divisão Política um memorando informando que a Embaixada da China nacionalista havia solicitado que fosse negada a entrada da Companhia de Teatro de Pequim no Brasil. O diplomata informou que possivelmente se tratasse do mesmo grupo que havia se apresentado na França, onde recebeu uma crítica positiva e que a Companhia “se absteve de fazer propaganda política além da que, acidentalmente, pode ocorrer por uma associação de idéias entre o seu alto valor artístico e a região de onde provém”.¹⁹² Ao final do memorando, Lins mostrou-se favorável a vinda da Companhia de Teatro de Pequim. A Chefe interina do Departamento Político e Cultural, Odette de Carvalho e Souza, não compactuava da mesma ideia. Aversa a vinda da Companhia de Teatro de Pequim, Carvalho e Souza argumentou em memorando enviado ao Secretário Geral, no dia 20 de agosto de 1956:

3. Trata-se, de fato, da mesma Companhia que se exibiu em alguns teatros da Europa, notadamente na França, onde a crítica lhe foi muito favorável.
4. [...] Trata-se assim, mais apropriadamente, de um valor artístico relativo e, ainda que se justificasse plenamente a crítica favorável da imprensa francesa, não há de negar que a finalidade da “tourné” da Ópera de Pequim na América do Sul obedece a fins de propaganda ideológica e política, e sua presença no Brasil pode causar certas dificuldades diplomáticas e outras, com consequências desagradáveis para o Brasil e seu Governo.¹⁹³

Após uma detalhada explanação quanto à inconveniência da vinda da Companhia de Teatro de Pequim, Odette de Carvalho e Souza finalizou o memorando de forma enfática:

14. As considerações acima expostas levam-nos a concluir, com base em fatos irrefutáveis, que nenhum interesse teria o Brasil em autorizar a entrada em seu território da Companhia da Ópera de Pequim, cujo eventual valor artístico não compensaria em absoluto os fins políticos a que a mesma se destina.¹⁹⁴

Contrariando a recomendação da Chefia do Departamento Político e Cultural, o Itamaraty concedeu o visto para os integrantes da Ópera de Pequim, conforme noticiado pelo

¹⁹² LINS, Augusto Estellita. **Relações culturais com a China Comunista. Companhia de Teatro de Pequim.** Rio de Janeiro, 23 jul. 1956. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial. Ano: 1956.

¹⁹³ CARVALHO E SOUZA, Odette de. **Memorandum para o Sr. Secretário Geral. Nº 19.** Rio de Janeiro, 20 ago. 1956, p. 1. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial. Ano: 1956.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 3-4.

jornal *Correio da Manhã*, edição do dia 29 de agosto de 1956¹⁹⁵. A Companhia de Teatro de Pequim se apresentou no Rio de Janeiro entre os dias 11 e 23 de setembro de 1956.

Para auxiliar as associações em cada país, foi criado em 1954 o Instituto do Povo Chinês para Assuntos Estrangeiros, que reunia representações de organizações chinesas com atuação internacional, “como a Federação Nacional de Sindicatos, a Federação das Mulheres da China, o Conselho Popular para a Paz Mundial, a Associação Nacional de Ciências Naturais e a Associação da Diplomacia do Povo”.¹⁹⁶ Outro método encontrado para ampliar os ideais e as conquistas da Revolução Chinesa para a América Latina foi a transmissão de programas de rádio. Em 1957, a Rádio Pequim iniciou suas transmissões em espanhol, e a partir de 1960, começaram as transmissões em português:

Desde a abertura da programação em português, a Rádio de Pequim contou com a participação numerosa de profissionais brasileiros. Além do serviço radiofônico, a China passou a produzir material impresso voltado para a América Latina. [...] Esses serviços de informação demandavam profissionais com qualificação em espanhol e português, algo de que a China desprovia. Para tanto, foi criado o primeiro curso completo de espanhol na Escola de Línguas Estrangeiras de Beijing (atual Universidade de Línguas Estrangeiras de Beijing) em janeiro de 1953, e o curso de português em 1961.¹⁹⁷

Já no início da década de 1960, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores enviou uma carta-telegrama para a Embaixada em Taipé, solicitando informações sobre a Associação de Amizade China Popular-América Latina, criada em Pequim com objetivo de estabelecer vínculos de amizade entre a China e os povos da América Latina.¹⁹⁸ Essa carta-telegrama demonstrava uma preocupação em buscar informações sobre as intenções da China para com a América Latina. As associações culturais e de amizade foram criadas em diversos países da América Latina e eram uma importante ferramenta para o incremento da diplomacia da China.

A [associação cultural] brasileira foi criada em setembro de 1953, sob a presidência do comunista Barão do Itararé, no Rio de Janeiro, e em 1954, em São Paulo[...]. No primeiro estatuto da Sociedade Cultural Sino-Brasileira registrado legalmente em 1959, são expostos os trabalhos que esta proporcionaria: “Visitas de delegações culturais do Brasil à China e da China ao Brasil; difusão da cultura chinesa no Brasil e da cultura brasileira na China, através de livros, revistas, artes e todas as formas de

¹⁹⁵ CONCEDIDO VISTO À ÓPERA DE PEQUIM. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1956. p. 13. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/66047>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹⁹⁶ FARES, Tomaz Mefano. A diplomacia chinesa e as relações com o Brasil (1949-1974). *Século XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM/Sul*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 28-47, mar. 2017, p. 33. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/134>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 32.

¹⁹⁸ ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE CHINA POPULAR-AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro, 11 abr. 1960. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

difusão cultural; concessão de bolsas de estudo para brasileiros na China e para chineses no Brasil”.¹⁹⁹

A Sociedade Cultural Sino-Brasileira foi fundada em novembro de 1959 e “tinha como objetivo estatutário ‘promover o intercâmbio cultural entre o Brasil e a República Popular da China’”.²⁰⁰ O intercâmbio se daria por meio de viagens de delegações da China para o Brasil, convites para que personalidades políticas, sociais e culturais conhecessem a China e também por meio da realização de exposições, palestras e divulgação de livros sobre a China. A Sociedade Cultural Sino-Brasileira era vinculada à Associação do Povo Chinês para a Amizade com Países Estrangeiros, concebida por Chu En-Lai em 1954 como uma maneira de buscar o relacionamento com países com os quais a China não tinha relações diplomáticas. Não sendo uma entidade oficial do governo chinês, a Associação adquiria o dinamismo pretendido por Chu En-Lai, para ampliar os contatos comerciais, algo pretendido pela China como uma forma de conseguir apoio político para o seu ingresso na ONU. Essa associação ainda existe e atua em 157 países.²⁰¹

Meses antes da criação da Sociedade Cultural Sino-Brasileira, em junho de 1959, a Associação enviou ao Brasil a primeira delegação de jornalistas chineses que ficaram no Brasil por dois meses e visitaram a construção de Brasília e São Paulo. Em agosto de 1960, já com o apoio da Sociedade Cultural Sino-Brasileira, chegou ao Brasil outra delegação de jornalistas. A terceira delegação de jornalistas veio ao Brasil em maio de 1962.²⁰²

As visitas à China prosseguiram pela década de 1950 e 1960, a maioria delas realizadas por parlamentares, artistas e empresários. Não faltaram relatos e impressões positivas quanto ao desenvolvimento da China comunista. As declarações feitas pelos brasileiros eram em tons lisonjeiros, uma vez que os brasileiros que iam a China eram, na maioria das vezes, simpatizantes da esquerda ou visitavam a China desprovidos de preconceitos ideológicos. Ao retornarem ao Brasil, esses parlamentares teciam generosos elogios à China, exaltando o sucesso da Revolução de 1949.

Apesar dos elogios e dos esforços por parte da China, não podemos considerar que esses “contatos entre pessoas” trouxeram resultados efetivos na aproximação entre Brasil e

¹⁹⁹ FARES, Tomaz Mefano. A diplomacia chinesa e as relações com o Brasil (1949-1974). **Século XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM/Sul**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 28-47, mar. 2017, p. 33. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/134>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

²⁰⁰ GUEDES, Cica; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 79.

²⁰¹ GUEDES, Cica; MELO, Murilo Fiuza de. loc. cit.

²⁰² Ibidem, p. 80.

China durante a década de 1950. Isso se deve principalmente à relação que o Brasil mantinha com os Estados Unidos. Cabe ressaltar que, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o Brasil buscou junto aos Estados Unidos recursos financeiros para o desenvolvimento nacional. Nesse período, o governo norte-americano era o principal importador de café e de outros produtos primários do Brasil. Mesmo buscando diversificar as parcerias comerciais durante a década de 1950²⁰³, o governo brasileiro não cogitou estabelecer contatos comerciais com a China.

Em 1961, quando Jânio Quadros assumiu a presidência da República, os rumos da Política Externa do Brasil mudaram de forma considerável a partir da adoção da Política Externa Independente, que visava, entre outras coisas, aproximar o Brasil dos países do bloco socialista. Tal aproximação possibilitou a viagem do vice-presidente do Brasil na época, João Goulart, que chefiou a Missão Comercial à RPC, e a consequente vinda de chineses comunistas para o Brasil.

2.2 A INFLUÊNCIA DO MAOÍSMO NO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

A partir da década de 1950, o Partido Comunista do Brasil (PCB) passou a estreitar relações com o Partido Comunista Chinês e vários comunistas brasileiros visitaram a China entre as décadas de 1950 e 1960, conforme veremos adiante. O PCB seguia as diretrizes do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), mas é possível perceber como se daria, já no início da década de 1950, a influência do PCC na reorganização pela qual o PCB passaria a partir da divulgação do *Manifesto de Agosto*.

Em 1950, com o início da Guerra da Coreia, a divulgação de notícias de que a ONU havia solicitado que o Brasil enviasse tropas para combater os norte-coreanos, incitou os comunistas brasileiros a se posicionarem contrários ao envolvimento do Brasil na guerra,²⁰⁴ promovendo a “Campanha Contra o Envio de Soldados Brasileiros para a Coreia”.²⁰⁵ A campanha contra o envio de soldados à Coreia durou todo o período do conflito (1950-1953).

²⁰³ Durante o governo de Juscelino Kubitschek houve uma tentativa de mudança na diplomacia brasileira, fato que culminou com a abertura de embaixadas e representações diplomáticas na Ásia (Ceilão, Coreia do Sul, Tailândia, Malásia, Filipinas, Vietnã do Sul) e na África (Gana, Angola e Moçambique). VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 162.

²⁰⁴ Sobre a participação do Brasil na Guerra da Coreia, Cf. ALVES, Vágner Camilo. **Da Itália à Coréia: decisões sobre ir ou não à guerra**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

²⁰⁵ Cf. RIBEIRO, Jayme Fernandes. O PCB e a Guerra Da Coréia: Memória, História e Imaginário Social. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 207-231, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19292/10392>>. Acesso em 19 mar. 2019.

Esse apelo para o não envio de soldados para a Guerra da Coreia faz parte de campanhas pela paz²⁰⁶. Aderir a essa campanha pela paz e se posicionar contra o envolvimento do Brasil na Guerra da Coreia não impediu que o PCB passasse por uma importante reorientação, ainda no início da década de 1950.

Cabe lembrar que em 1947, durante o governo Dutra, o PCB foi colocado na ilegalidade e os mandatos dos políticos eleitos pelo PCB foram cassados em janeiro de 1948. O partido então buscou uma outra linha de atuação, já que a via legal não lhes era mais permitida e “[n]esse mesmo mês [Luiz Carlos] Prestes lançou um manifesto rompendo com a política da união nacional e apresentando a nova orientação a ser seguida pelos comunistas”.²⁰⁷ Esse manifesto ficou conhecido como *Manifesto de Janeiro*.

O sucesso da proclamação da República Popular da China, em 1949, foi visto como um modelo a ser seguido, conforme evidenciado no telegrama enviado por Prestes a Mao Tsé-tung, por ocasião do primeiro aniversário da Proclamação da República Popular da China:

Em nome dos comunistas brasileiros saúdo o bravo povo chinês no 1º aniversário da República Popular. A vitória histórica da revolução, em consequência da heróica tenacidade do proletariado e do povo liderados pelo glorioso Partido Comunista da China inspira o povo brasileiro a redobrar sua luta pela paz e pela independência nacional contra o jugo imperialista ianque.²⁰⁸

O *Manifesto de Janeiro* foi reformulado em maio de 1949 e lançado em agosto do ano seguinte pelo jornal *Voz Operária*. No *Manifesto de Agosto*, o PCB consolida uma linha revolucionária, passa a conclamar a população para a tomada do poder pela via das armas e começa a organizar a sua militância:

²⁰⁶ De acordo com Jayme Ribeiro essas campanhas pela paz: “são oriundas do ‘Movimento Pela Paz’. Também chamado de ‘Luta pela Paz’, o movimento começou em agosto de 1948, quando se celebrou, na Polônia, o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz e, em novembro, na França, o Congresso Nacional dos ‘Combatentes da Paz’. [...] O ‘Movimento pela Paz’ incluía diversas campanhas. A primeira – e a mais importante – foi a ‘Campanha pela Proibição das Armas Atômicas’, de 1950. A partir desse ano, apelos e protestos contra a OTAN, contra a Guerra da Coreia (1950-53), pelo desarmamento geral, contra o envio de soldados brasileiros para a Coreia (1950-53), contra a guerra atômica (‘Apelo de Viena’, 1955), por um pacto de paz entre as cinco grandes potências – Estados Unidos, União Soviética, China, Inglaterra e França (‘Apelo de Berlin’, 1951) –, fizeram parte do ‘Movimento’. No Brasil, os militantes comunistas, sob a orientação do Partido Comunista do Brasil (PCB), organizaram e propagandearam as campanhas, objetivando mobilizar a sociedade em busca de assinaturas aos seus apelos pacifistas e obter respaldo social às suas ações”. RIBEIRO, Jayme Fernandes. Entre a China e o Brasil: o pensamento maoísta e Revolução Chinesa no Partido Comunista do Brasil na década de 1950. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, p. 5. Fortaleza: UFC, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_fbf7d1bec6d4fc3c9a2dfe4d419c98d0.pdf>. Acesso em 19 mar. 2019

²⁰⁷ ABREU, Alzira Alves de. CARNEIRO, Alan. Luiz Carlos Prestes. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prestes-luis-carlos>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

²⁰⁸ DE PRESTES a Mao Tse Tung. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 7 out. 1950. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/154512/855>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Avançamos com coragem e audácia no caminho das lutas revolucionárias de massa. É este o caminho que de nós exigem os superiores interesses nacionais. À medida que se agrava a situação do país e aumenta o perigo de guerra no mundo inteiro, aumentam a radicalização e a combatividade das massas trabalhadoras. À frente delas não devemos recear as formas de luta mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo Poder e à libertação nacional do jugo imperialista.²⁰⁹

O manifesto não recebeu apoio unânime e nos anos seguintes o partido iria contar com algumas dissidências. Nesse sentido, o caminho percorrido pelos chineses passou a servir de modelo para os comunistas brasileiros e é notável a influência que teve a Revolução Chinesa e o maoísmo no manifesto. De acordo com Jayme Ribeiro²¹⁰ esse fenômeno é atestado por diversas fontes: “[d]ocumentos do partido, memórias de militantes e ações práticas do Partido Comunista do Brasil permitem verificar ressonâncias do pensamento maoísta [...] no interior do partido, na década de 1950, e na elaboração de sua linha política radical”.²¹¹

Em fevereiro de 1956, foi realizado o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Nesse congresso, foi apresentado por Nikita Khrushchev²¹² um relatório que denunciava os crimes de Stalin e propunha a adoção de medidas, no plano internacional, de uma coexistência pacífica com os Estados Unidos e os demais países capitalistas.²¹³ Assim sendo, a ideia de uma luta armada para empregar a revolução socialista desapareceria. Surgia então a concepção de transição pacífica do capitalismo ao socialismo. Como consequência disso, as perspectivas políticas dos Partidos Comunistas mundiais alteraram a autonomia em relação ao Partido Comunista da União Soviética. O PCC indicava o crescente revisionismo do PCUS e afirmava que as críticas a Stalin e a tese da coexistência pacífica eram errôneas. O líder chinês, Mao Tsé-tung, defendia uma estratégia diferente da coexistência pacífica defendida por

²⁰⁹ PRESTES, Luiz Carlos. Prestes dirige-se ao povo. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 5 ago. 1950. p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/154512/755>>. Acesso em: 19 mar. 2019

²¹⁰ Jayme Lucio Fernandes Ribeiro defendeu sua tese de doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2008, sob o título *Guerra e Paz: a trajetória dos comunistas brasileiros nos anos 1950*. No resumo da tese, disponível na página da UFF na internet, é apontado o sucesso da Revolução Chinesa como um horizonte que foi seguido pelo PCB. Infelizmente a tese não está disponível para consulta online.

²¹¹ RIBEIRO, Jayme Fernandes. Entre a China e o Brasil: o pensamento maoísta e Revolução Chinesa no Partido Comunista do Brasil na década de 1950. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009. Fortaleza: UFC, 2009, p. 2. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_fbf7d1bec6d4fc3c9a2dfe4d419c98d0.pdf>. Acesso em 19 mar. 2019.

²¹² Nikita Khrushchev assumiu a liderança do PCUS em 1953, após a morte de Josef Stalin. Em 1956, ano da realização do XX Congresso do PCUS, Khrushchev se tornou o líder supremo da União Soviética e ficou no poder até 1964.

²¹³ O relatório foi apresentado ao final do Congresso aos delegados soviéticos e a alguns representantes dos partidos comunistas.

Khrushchev, porém o PCC não poderia se colocar contra o posicionamento de Khrushchev, pois os chineses dependiam dos soviéticos para desenvolver a sua indústria bélica.²¹⁴

A fim de expandir a influência do maoísmo, o PCC busca estabelecer contatos com representantes de partidos comunistas do mundo. Os partidos comunistas da América Latina mantinham-se subordinados ao PCUS, fato que dificultou a empreitada do PCC em influenciar tais partidos. O fato de o discurso proferido por Khrushchev não ter sido aceito com unanimidade, foi visto como uma oportunidade para o PCC se aproximar dos partidos comunistas. Para tal, o PCC convidou representantes de partidos comunistas latino-americanos para acompanhar o VIII Congresso do Partido Comunista Chinês, realizado também em 1956. O convite foi aceito por lideranças da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai e Peru.²¹⁵ A delegação brasileira foi chefiada por Diógenes Arruda Câmara e chegou a ser recebida por Mao Tsé-tung.²¹⁶ Diógenes Arruda Câmara era então secretário-geral do PCB e ao voltar da viagem (que se passou na Rússia e depois na China) relatou que, tanto ele, quanto os outros delegados da América Latina, ficaram impressionados com o comunismo chinês, principalmente por terem sido recebidos pessoalmente por Mao Tsé-tung, enquanto que na Rússia eles não haviam sido recebidos por nenhum membro do Comitê Central,²¹⁷ fato que marcou positivamente os comunistas brasileiros.

Cabe nesse momento fazermos uma breve análise dos impactos do discurso de Khrushchev no PCB, que causou uma divisão no partido, fato esse que culminou no rompimento de partidários do PCB, que em 1962 formariam o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido de orientação maoísta.

Mesmo à revelia da direção, integrantes do PCB iniciaram debates internos, apoiados por órgãos da imprensa comunista. Além de discutirem os problemas relatados por Khrushchev, intensificava-se o debate sobre como a direção do PCB iria conduzir a reorganização do partido. O posicionamento dos integrantes do partido estava dividido: o grupo liderado por Prestes, composto por Diógenes Arruda, João Amazonas, Carlos Marighella, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros, defendia uma discussão limitada ao interior do partido (até porque expor as

²¹⁴ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 493

²¹⁵ CAICHIOLO, Ricardo. **Relações Brasil-China: do período quente da Guerra Fria à abertura da China ao Ocidente**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: 2001, p. 49.

²¹⁶ FARES, Tomaz Mefano. A diplomacia chinesa e as relações com o Brasil (1949-1974). **Século XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM/Sul**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 28-47, mar. 2017, p. 34. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/134>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

²¹⁷ CAICHIOLO, Ricardo. op. cit., p. 49.

denúncias feitas por Khrushchev, significaria dar munição para aumentarem as críticas ao partido comunista). Esse grupo ficou conhecido como “fechadista” ou stalinista, de orientação mais conservadora. Outro grupo defendia o amplo debate, aberto ao público. Esse grupo, “abridista” ou renovador, liderado por Agildo Barata, era composto por André Vítor, Áidano do Couto Ferraz, Osvaldo Peralva, além de jornalistas e intelectuais.²¹⁸

Teve início então um amplo debate, opondo os dois grupos. O grupo “abridista” fomentava o debate e a contestação à direção do partido, lançando artigos nos jornais da imprensa partidária, principalmente no jornal *Voz Operária*²¹⁹. O redator do *Voz Operária*, João Batista de Lima e Silva, publicou na edição do dia seis de outubro de 1956 um artigo dizendo que as discussões no seio do partido já haviam começado e elas eram necessárias. O redator confirmava a autenticidade do relatório apresentado por Khrushchev e defendia que os debates eram necessários para corrigir os erros do partido, inclusive criticando a direção do partido. João Batista afirmava que vários partidos comunistas já haviam iniciado os debates decorrentes do discurso de Khrushchev no XX Congresso do PCUS e estavam debatendo ampla e democraticamente. O redator defendia que, não só deveriam ser realizados os debates, mas que eles deveriam ser feitos inclusive através da imprensa, algo criticado pelo grupo “fechadista”:

Não sei se há, entre nós, unanimidade sobre a conveniência de se travar um debate assim, amplo e público. O passado e a rotina são uma força poderosa da inércia. E desta força de inércia resulta a "teoria" de que é prejudicial a exposição franca, às massas, das opiniões divergentes que surjam entre os comunistas. A luta de opiniões deveria ficar somente intramuros para que o inimigo não a utilize contra nós. Não há dúvida: o inimigo existe, mas sempre lhe é mais fácil, para tentar desmoralizar-nos, aproveitar-se dos erros que não se revelem às massas do que dos erros que apontarmos pública e honradamente.²²⁰

A direção do PCB não viu com bons olhos a publicação do artigo de João Batista, “[e]nquanto alguns de seus membros vociferaram contra a indisciplina evidente, outros se rejubilaram com a abertura do debate”.²²¹ O Comitê Central do PCB publicou um documento em resposta ao artigo de João Batista, reconhecendo o retardo para dar início às discussões e

²¹⁸ ABREU, Alzira Alves de. CARNEIRO, Alan. Luiz Carlos Prestes. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prestes-luis-carlos>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

²¹⁹ O jornal *Voz Operária* reunia partidários do grupo dos “abridistas”, enquanto o *Imprensa Popular* era o porta-voz do grupo “fechadista”.

²²⁰ SILVA, João Batista de Lima e. Não se poderia adiar uma discussão que já se iniciou em tôdas as cabeças. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 6 out. 1956, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/154512/3900>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

²²¹ FALCÃO, Frederico José. **O “Relatório Secreto” de Khrushchev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e crise**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, p. 3. Rio de Janeiro: UFF, 2006. Disponível em: <<http://snh2013.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Frederico%20Jose%20Falcão.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2019.

recomendando “que o estudo e a discussão das principais questões levantadas no XX Congresso do PCUS sejam feitas simultaneamente com o exame crítico aprofundado das posições e atividades”²²² do partido. O documento ainda informava que o Comitê Central designara uma comissão incumbida de elaborar documentos para a convocação do V Congresso do Partido.

Abertos oficialmente os debates, o jornal *Voz Operária* passou a publicar críticas à política da URSS e à direção do PCB. Para controlar o que era publicado nos jornais, Prestes enviou ao comitê central uma carta determinando as regras a serem seguidas para que os debates pudessem ter continuidade: “ficavam proibidas críticas à União Soviética e ao PCUS, assim como ao marxismo-leninismo e aos princípios do PCB”.²²³ O documento foi publicado tanto pelo jornal *Imprensa Popular* (em 20 de novembro de 1956) quanto pelo *Voz Operária*²²⁴ (em 24 de novembro de 1956). Prestes justificava que as críticas ao PCB não seriam permitidas, pois esse partido atuava na clandestinidade e, num contexto em que predominavam “ideologias estranhas ao proletariado”, era necessário serem vigilantes, não permitindo ataques abertos ao Partido. O documento ficou conhecido como “Carta Rolha”, pois, segundo seus críticos, impedia a liberdade de expressão dos comunistas.

Na edição do dia dois de fevereiro de 1957, o jornal *Voz Operária* publicou dois artigos, apresentando o ponto de vista de cada grupo. O artigo de Agildo Barata, do grupo “abridista”, intitulado *Pela democratização do Partido*²²⁵, escrito em dezembro de 1956, só foi publicado no ano seguinte por conta da censura da direção do PCB.²²⁶ Nele, Barata usou várias vezes a expressão “novo” e “velho”. Novo, em relação ao novo rumo que o partido deveria tomar; o novo estava associado ao futuro, a uma reorganização que levaria o partido adiante. Já o “velho” fazia referência à direção do Partido ou mais especificamente a Prestes, que com a

²²² PROJETO de Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 19 out. 1956. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/108081/12082>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

²²³ ABREU, Alzira Alves de. CARNEIRO, Alan. Luiz Carlos Prestes. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prestes-luis-carlos>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

²²⁴ PRESTES, Luiz Carlos. Importante Carta de Luiz Carlos Prestes ao CC do PCB. Sobre o Debate Político. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1956. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/154512/3982>>. Acesso em: 19 mar. 2019. Optamos por utilizar a publicação do *Voz Operária*, apenas porque esta apresenta uma melhor legibilidade do que a versão do *Imprensa Popular*.

²²⁵ BARATA, Agildo. Pela democratização do Partido. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1957. p. 6 e 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/154512/4098>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

²²⁶ “Uma carta de Aydano do Couto Ferraz, diretor da Voz Operária ao C.C. do PCB, revelava a existência de vetos à publicação de certas cartas por uma Comissão de Censura criada pela direção. Além disso, artigos retidos eram, depois, autorizados, com evidente prejuízo para sua atualidade”. FALCÃO, Frederico José. **O “Relatório Secreto” de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e crise**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, p. 5. Rio de Janeiro: UFF, 2006. Disponível em: <<http://snh2013.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Frederico%20Jose%20Falcão.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2019.

“Carta Rolha” tentou cercear a liberdade de expressão. O “velho” deveria ser substituído pelo “novo”. Barata indagou: “qual será o grupo, camada ou classe que, no Brasil, está em melhores condições de realizar o debate, de descobrir o 'novo'?”. Indagação à qual Barata respondeu, “o novo surgirá da intelectualidade”. Na sequência, Barata fez uma crítica direta à direção do partido: “A arrogância e auto-suficiência de um pequeno grupo dirigente, [...] matava o nascedouro de qualquer embrião de idéia nova”. Barata ainda defendia a urgente necessidade “de fazer modificações no Presidium e no Secretariado, afastando desses organismos os camaradas mais categorizados nos métodos arbitrários e mandonistas” e a mudança do método e da orientação política do partido, sem as quais não poderia surgir uma orientação política justa.

O artigo de João Amazonas, do grupo “fechadista”, cujo título, *Salvaguardar a unidade do partido, primeiro dever do comunista*²²⁷, remetia a uma divisão interna do partido, divisão essa que estaria sendo estimulada por Agildo Barata, em seu artigo:

Barata, [...] forneceria munição a seus adversários no Partido, pois a questão de métodos remetia a mudanças na direção partidária, o que gerava acusações de golpismo. Quanto aos intelectuais, que Barata buscou valorizar, foram eles os responsáveis pelo início do debate, algo imperdoável para os dirigentes do PCB. Amazonas diria que Agildo queria separar os intelectuais dos operários, criando uma divisão dentro do Partido. E isso era intolerável.²²⁸

O duelo entre fechadistas/conservadores e abridistas/renovadores se intensificou nos dias que se seguiram a publicação dos artigos. Agildo Barata e seu grupo foram acusados de incitar a divisão do partido. O grupo liderado por Agildo Barata rompeu com o PCB em maio de 1957. Em setembro de 1957, o *Voz Operária* publicou uma resolução em que o Comitê Central decidiu, após as atividades divisionistas e a deserção, expulsar Agildo Barata dos quadros partidários.²²⁹ Além da expulsão de Agildo Barata, o Comitê Central decidiu afastar Diógenes Arruda, João Amazonas e Maurício Grabois da comissão executiva, por serem considerados adeptos da linha stalinista.²³⁰

²²⁷ AMAZONAS, João. *Salvaguardar a unidade do partido, primeiro dever do comunista*. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 2 fev. 1957. p. 6 e 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/154512/4098>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

²²⁸ FALCÃO, Frederico José. **O “Relatório Secreto” de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e crise**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, p. 5. Rio de Janeiro: UFF, 2006. Disponível em: <<http://snh2013.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Frederico%20Jose%20Falcão.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2019.

²²⁹ RESOLUÇÃO do Comitê Central do PCB sobre a atividade antipartidária de Agildo Barata. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 7 set. 1957. p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/154512/4445>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

²³⁰ ABREU, Alzira Alves de. CARNEIRO, Alan. Luiz Carlos Prestes. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prestes-luis-carlos>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

No XXI Congresso do PCUS, realizado em 1958, os soviéticos reafirmaram a tática de transição pacífica ao socialismo e a coexistência pacífica com os países capitalistas. Tal postura serviu para acentuar o processo que conduziria à ruptura entre os comunismos soviético e chinês, que passou a defender a luta armada para implementação do comunismo. O Comitê Central do PCB, em apoio às diretrizes do PCUS, lançou também em 1958, a *Declaração de março*. O documento, dividido em oito tópicos, modificou a linha política do partido estabelecida na *Declaração de agosto* de 1950. Destacam-se dois tópicos: V - A Frente Única e a Luta Por um Governo Nacionalista e Democrático e VI - O Caminho Pacífico da Revolução Brasileira. No tópico V, a declaração expressava que nenhuma força social conseguiria, isoladamente, garantir o desenvolvimento do país, para tanto seria necessário unir todas as forças interessadas em combater o imperialismo norte-americano e criar uma Frente Única de atuação, podendo “efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuam contradições com o imperialismo norte-americano”.²³¹ Já no tópico VI, foi defendida a real possibilidade de se conduzir uma revolução anti-imperialista por meios pacíficos. “O caminho pacífico significa a atuação de tôdas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização das massas”. Para tal, o povo brasileiro deveria conquistar um governo nacionalista e democrático, que poderia ser efetuado através dos seguintes meios:

1 Pela pressão pacífica das massas populares e de tôdas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento [...]

2 Através da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais.

3 Pela resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativas de golpe por parte dos entreguistas e reacionários[...].²³²

O documento apontava também a contradição existente entre a burguesia e o proletariado, mas isso não exigia nenhuma solução radical, pois o momento não era o de transição para o socialismo. Naquele momento, o mais importante era combater o imperialismo e conseguir um governo democrático e nacionalista. Com o grupo interno de oposição ao PCB desmantelado, a crise iniciada com o discurso de Khrushchev parecia resolvida. Luís Carlos Prestes mantinha a sua liderança no PCB e, como líder do partido, foi convidado para participar

²³¹ DECLARAÇÃO Sobre a Política do PCB. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1958. p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/154512/4771>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

²³² Ibidem, p. 7.

das comemorações do décimo aniversário da Revolução Chinesa, realizadas em outubro de 1959.

Prestes aproveitou a permissão da viagem²³³ para visitar também a URSS, a Polônia, a Tchecoslováquia e a República Democrática Alemã. Acompanhado por Ramiro Luchesi, líder sindical de São Paulo e Carlos Agnelli, Prestes partiu do Brasil com destino à China no dia 23 de setembro de 1959. A comitiva brasileira ficou na China até 17 de novembro, quando então partiram para Moscou. Diferentemente do que acontecera em Pequim, onde Prestes e os demais foram recebidos por Mao Tsé-tung, em Moscou, os brasileiros não foram recebidos por Khrushchev, sob alegação de que estava doente e teve de ser retirado de Moscou dias antes da chegada dos comunistas brasileiros.

Tal fato não passou despercebido pela imprensa e foi relatado com tom sarcástico pelo colunista Gustavo Corção, no jornal *Diário de Notícias*, que disse para acreditarem na enfermidade de Khrushchev, “para não sermos forçados a reconhecer que o chefe comunista brasileiro foi tido na Rússia como um visitante de terceira ordem, um chato, um sujeito a quem a gente manda dizer que o dono da casa está acamado...”.²³⁴ Prestes retornou ao Brasil no dia dez de dezembro, sendo recebido no aeroporto por um grupo de apoiadores políticos. Ainda no aeroporto, Prestes disse que na Rússia não havia problemas de classe e que a situação econômica era a melhor possível, e quanto à China, não poupou elogios ao governo estabelecido.²³⁵

No início da década de 1960, o PCC visava angariar novos aliados em defesa do marxismo-leninismo, para combater o revisionismo que afetava os partidos comunistas desde o discurso secreto de Khrushchev, em 1956. A reorientação pela qual passou o PCC enfatizava que o potencial revolucionário dos camponeses era superior ao do proletariado.²³⁶ Nesse sentido, aproveitando-se da insatisfação causada pelo discurso de Khrushchev, Mao Tsé-tung:

²³³ Em 1950, foi expedido um mandado de prisão preventiva para Luís Carlos Prestes, que passou a viver na ilegalidade. O pedido de prisão preventiva foi revogado em 1958, pelo juiz José Epaminondas Monjardim Filho. Para conseguir viajar, Prestes precisou pedir uma autorização para o juiz da 3ª Vara Criminal, em que respondia ao processo por ter cometido crime contra a Segurança Nacional. A autorização para a viagem foi concedida por 90 dias. Cf.: ABREU, Alzira Alves de. CARNEIRO, Alan. Luiz Carlos Prestes. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prestes-luis-carlos>>. Acesso em: 19 mar. 2019. Cf.: CARLOS Prestes pediu licença para viajar. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 set. 1959. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/85701>. Acesso em: 20 mar. 2019.

²³⁴ CORÇÃO, Gustavo. Duas notícias alvissareiras. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1959. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/88271>. Acesso em: 20 mar. 2019.

²³⁵ LUÍS Carlos Prestes regressou ao Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1959. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/112750>. Acesso em: 20 mar. 2019.

²³⁶ CAICHILO, Ricardo. **Relações Brasil-China: do período quente da Guerra Fria à abertura da China ao Ocidente**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: 2001, p. 52.

escolheu o aniversário de noventa anos de Lênin, em abril de 1960, e lançou um manifesto intitulado “Viva o leninismo!”, em que sustentava que defender uma via pacífica para o socialismo era inaceitável - “revisãoismo”, no jargão de Pequim - e que, se os comunistas quisessem tomar o poder, teriam de recorrer à violência. [...] Mao tentou ocupar o centro do palco ao convidar mais de setecentos simpatizantes do Terceiro Mundo para a comemoração do Dia Internacional do Trabalho. A intenção era transformar a cerimônia no momento fundador do campo maoísta.²³⁷

Enquanto o PCC defendia a luta armada para se alcançar o poder, no Brasil, o PCB seguia a ideia do caminho pacífico defendida pelo PCUS. No V Congresso do PCB, realizado em 1960, as diretrizes adotadas pela *Declaração de março* foram reafirmadas (a proposta de formação de uma Frente Única de atuação contra o imperialismo e a via pacífica para se alcançar a revolução brasileira) e o partido iniciou uma empreitada para conquistar a legalidade novamente. O jornal *Novos Rumos* (imprensa oficial do PCB após a extinção do *Voz Operária*, em 1959) divulgou, no dia onze de agosto de 1961, o Manifesto do Partido Comunista Brasileiro²³⁸, no qual o Comitê Central do partido alterava os estatutos e passava a utilizar o nome Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. A mudança do nome decorreu da crítica segundo a qual o Partido Comunista do Brasil seria apenas uma filial da Internacional Comunista. A alteração foi feita buscando ressaltar o caráter nacional do Partido. As mudanças não foram aceitas por todos os membros do partido e um grupo de dissidentes divulgou uma carta dirigida ao Comitê Central, assinada por cem membros, “protestando contra a violação dos princípios partidários e exigindo a convocação de um novo congresso”.²³⁹ Em represália, esses elementos perderam os cargos que ocupavam e foram expulsos do partido. Em nota, do dia 29 de dezembro de 1961, o *Novos Rumos* divulgou a expulsão de João Amazonas, Guido Enders, Mauricio Grabois, Manoel Ferreira, Calil Chade, Valter Martins, Pedro Pomar, Angelo Arroio, José Duarte, Lincoln Oest, Alzira Grabois e Ary Gonçalves, todos acusados de praticar atividades fracionistas e antipartidárias.²⁴⁰

Reunidos, os dissidentes, liderados por João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, realizaram em 18 de fevereiro de 1962, a Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), “reafirmando os fundamentos do marxismo-leninismo,

²³⁷ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 570-571.

²³⁸ PARTIDO Comunista Brasileiro. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, 11 ago. 1961 à 17 ago. 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/122831/1688>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

²³⁹ COSTA, Marcelo. João Amazonas. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-amazonas-de-sousa-pedroso>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

²⁴⁰ FRACIONISTAS expulsos do movimento comunista. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, 29 dez. 1961 à 4 jan. 1962. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/122831/1895>>. Acesso em: 20 mar. 2019

do internacionalismo proletário, do confronto com as potências imperialistas e da guerra revolucionária para a tomada do poder”.²⁴¹ A Conferência marcou a cisão entre o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Por continuar utilizando o antigo nome do partido, o PCdoB se declarava o verdadeiro partido comunista do Brasil e o partido indicava o ano de 1922 como ano de seu fundamento. O PCdoB se colocava contrário as resoluções apresentadas no XX Congresso do PCUS, criticavam o revisionismo soviético, o processo de desestalinização e o abandono do marxismo-leninismo. Era o primeiro partido comunista a seguir a influência maoísta. O reconhecimento por parte da China viria no ano seguinte, em 1963, quando o PCdoB passou a ser visto como partido irmão do PCC.

Vemos assim, que o PCdoB adotou como referencial de seu Manifesto-Programa, aprovado na referida Conferência Extraordinária, as teses do Programa do Quarto Congresso do partido. Sua estratégia consistia na conquista de um *governo popular revolucionário*, que seria um *"inimigo irreconciliável do imperialismo e do latifúndio"* e também dos *"grupos monopolistas"*. O novo regime político seria alcançado através da violência revolucionária visto que naquela conjuntura na qual se encontraria o Brasil, *"as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução"*, e tão somente *"a luta decisiva e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão poder ao povo"*.²⁴²

A Revolução Cubana, em 1959, e a adesão dos cubanos ao socialismo, em 1961, foram vistas pelos partidários do PCdoB como uma vitória que ia contra os postulados do XX Congresso do PCUS, que zelava pela via pacífica para superação do capitalismo. O PCdoB se apresentava como uma antítese do PCB, defendendo a luta armada para alcançar o socialismo, “inclusive propugnando a derrocada de João Goulart”.²⁴³ Quando os militares assumiram o governo do Brasil, em abril de 1964, o PCdoB abandonou definitivamente a tese de transição pacífica, que ficaria explícito com a “publicação do documento *O golpe de 1964 e seus ensinamentos (1964)*, no qual estaria clara a decisão do PC do B pela adoção da luta armada”.²⁴⁴ Após o golpe de 1964, ficou clara a influência exercida por Cuba e pela China.²⁴⁵

²⁴¹ COSTA, Marcelo. João Amazonas. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-amazonas-de-sousa-pedroso>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

²⁴² SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1967-1974)**. 294 f. p. 38. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-102720/fr.php>>. Acesso em 20 mar. 2019.

²⁴³ Ibidem, p. 39.

²⁴⁴ SANTANA, Cristiane Soares de. O Maoísmo na esquerda brasileira: a trajetória do Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, p. 1. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300482780_ARQUIVO_ANPUHARTIGO2011.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

²⁴⁵ A influência do maoísmo se estendeu também à Ação Popular, grupo da esquerda liderado por militantes da Juventude Universitária Católica (JUC). Cf. RIDENTI, Marcelo. **O romantismo revolucionário da Ação**

Dias antes do golpe civil-militar, no dia 29 de março de 1964, uma turma de dez militantes do PCdoB viajou para a China para realizar um treinamento político e militar. Esse grupo chegou à China quase no mesmo dia em que os nove chineses foram presos pelos militares no Brasil. Até 1966, mais duas turmas foram enviadas para fazer o curso.²⁴⁶ Entre os militantes do PCdoB enviados para o treinamento na China destacam-se Oswaldo Orlando da Costa, João Carlos Haas, José Humberto Bronca, Divino Ferreira de Souza, Miguel Pereira dos Santos, Micheas Gomes de Almeida e Ângelo Arroyo,²⁴⁷ que se tornariam membros da Guerrilha do Araguaia.²⁴⁸ Informações sobre o envio desses militantes para China não eram veiculadas nos documentos oficiais do partido.

O envio de militantes para treinamento da China, se cercou de sigilo no seio do Partido Comunista do Brasil e nenhum documento oficial partidário veio a tratar do tema na época. A questão da luta armada que estava sendo preparada pelo PCdoB constituía um tema que ficava completamente velado à sua militância, cuja grande maioria possuía, como já se destacou, uma visão de ingressar para o partido para praticar a violência revolucionária contra o Regime Autoritário, com o objetivo de derrubá-lo e substituí-lo por um democrático-burguês antiimperialista, a primeira etapa para a transição ao socialismo.²⁴⁹

Não havendo documentos nem divulgação sobre os treinamentos realizados pelos militantes do PCdoB na China, muitos questionamentos começaram a surgir, no tocante a luta armada, “como e quando começaria um trabalho efetivo que viabilizasse as ações de violência revolucionária contra o Regime Autoritário brasileiro”, uma vez que o partido já tinha feito a sua opção pela luta armada e já havia adotado medidas concretas para organizá-la. Entre final de 1963 e início de 1964, foi organizada uma Comissão Militar, cujo objetivo era determinar onde seria deflagrada a luta armada – guerrilha. Inicialmente, “pensou-se na criação de várias

Popular: do cristianismo ao maoísmo. In: LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, set. 1998. Chicago. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Ridenti.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2019; DIAS, Reginaldo Benedito. O maoísmo da Ação Popular e sua intervenção no noroeste do Paraná. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, v. 9, n. 101, p. 55-70, out. 2009. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/8401/4693>>. Acesso em: 20 mar. 2019; SANTANA, Cristiane Soares de. **Maoísmo na Bahia (1967-1970)**. 135 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11241/1/Dissertacao%20Cristiane%20Santanaseg.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019;.

²⁴⁶ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada**. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 107.

²⁴⁷ A GUERRILHA do Araguaia. In: BRASIL. Relatório Comissão Nacional da Verdade. v. 1. p. 682. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em 20 mar. 2019.

²⁴⁸ Desse grupo, Micheas Gomes de Almeida e Ângelo Arroyo sobreviveram à Guerrilha. No entanto, Ângelo Arroyo foi morto no confronto conhecido como “Massacre da Lapa”. Micheas ainda está vivo.

²⁴⁹ SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1967-1974)**. 294 f. p. 47. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-102720/fr.php>>. Acesso em: 20 mar. 2019, p. 47.

frentes de luta para depois fixar-se em três, das quais restaria apenas a do Araguaia”. O motivo do sigilo sobre a organização da guerrilha se estendia inclusive aos militantes que eram enviados à China, que “não tinham conhecimento do local onde seria realizada a guerrilha”.²⁵⁰ O motivo do sigilo sobre a organização da guerrilha era, de certo modo, compreensível: que as articulações do PCdoB não fossem descobertas pelos órgãos de repressão. O que não isentava os militantes de se manterem insatisfeitos com a ausência de informações e clareza sobre a organização da luta armada.

Ao regressarem de seus estágios nas academias políticas e militares chinesas, Élio Cabral e Tarzan de Castro voltaram questionadores, à vista do embasamento teórico que lá receberam [...] e passaram a ter uma visão mais centrada nas acepções maoístas, como a da guerra popular prolongada. As novas perspectivas que se revelaram para ambos na China levantavam questões acerca da linha política adotada pelo Partido Comunista do Brasil, bem como sua própria estrutura organizativa.²⁵¹

Em 1966, o PCdoB iniciou a organização de núcleos de guerrilha no sertão do país, enviando seus melhores militantes para a região do Araguaia, entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás, onde as disputas pela posse da terra chegaram a um nível mais agudo. Na passagem de 1966 para 1967, João Amazonas foi à China “com o objetivo de observar a chamada Revolução Cultural chinesa, então em sua fase inicial. Após seu retorno ao Brasil, transferiu-se em 1968 para a região do Araguaia, estabelecendo-se como lavrador e participando da preparação da guerrilha”.²⁵²

Organizada a partir de 1967, a Guerrilha do Araguaia²⁵³ atuou na região próxima ao Rio Araguaia, na divisa dos estados do Pará, do Maranhão e de Goiás (região do atual Tocantins). O objetivo da guerrilha era mobilizar os camponeses a lutarem pela reforma agrária e ser o ponto de partida da revolução socialista no Brasil, nos moldes da Revolução Chinesa, de 1949. Em 1972, o governo iniciou as operações para destruir a guerrilha, concluídas em

²⁵⁰ SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1967-1974)**. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-102720/fr.php>>. Acesso em 20 mar. 2019, p. 47-48.

²⁵¹ Ibidem, p. 50.

²⁵² COSTA, Marcelo. João Amazonas. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbetes). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-amazonas-de-sousa-pedroso>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

²⁵³ Não cabe aqui fazermos uma análise sobre a Guerrilha do Araguaia, dado que este tema, deveras importante, foge do recorte temporal da nossa pesquisa. Como sugestão de leitura sobre o tema, conferir o relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade. Cf. A GUERRILHA do Araguaia. In: BRASIL. Relatório Comissão Nacional da Verdade. v. 1. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em 20 mar. 2019.

meados de 1974. A repressão a esse movimento foi brutal.²⁵⁴ Até hoje não foram encontrados os corpos de mais de setenta guerrilheiros mortos em combate. É interessante ressaltar que a Guerrilha do Araguaia, um movimento de influência maoísta, foi brutalmente encerrada quase concomitantemente ao estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China.

A influência que o maoísmo exercia sobre o PCdoB atemorizava as alas mais conservadoras da política e os militares, pois os chineses haviam se colocado claramente a favor da luta armada. Fato é que, dois dias após o golpe civil-militar, os militares prenderam nove chineses que estavam no Brasil legalmente. Os chineses foram acusados de subversão e foram usados como exemplo de que a China estaria influenciando movimentos de insurreição no Brasil. Mesmo sem ter provas concretas desse plano revolucionário para instaurar o comunismo no país, os chineses ficaram presos por quase um ano, até serem expulsos do país, em abril de 1965 (ver capítulo 3).

2.3 MISSÃO COMERCIAL À RPC

Conforme visto anteriormente, durante a vigência da PEI o Brasil buscou estreitar relações com países socialistas. Durante seu breve mandato, o presidente Jânio Quadros mostrou-se favorável ao reconhecimento da República Popular da China:

Convicto de que o continuado desconhecimento de uma situação política e jurídica estável não propicia a redução das tensões internacionais, determinou o Governo que a Delegação do Brasil à Assembleia Geral das Nações Unidas vote, na primeira oportunidade que se apresentar, pela aceitação das credenciais dos representantes da República Popular da Hungria e pela inclusão, na ordem do dia, da questão da representação da República Popular da China.²⁵⁵

Jânio Quadros, ainda, solicitou ao Ministério das Relações Exteriores, através de um bilhete (algo característico de seu mandato) que fosse organizado um grupo de trabalho que se designasse, com exclusividade, a examinar os problemas internacionais do Brasil com relação, entre outras coisas, à China Popular.²⁵⁶ Ainda durante seu breve mandato, foi organizada a Missão Comercial do Brasil à República Popular da China, em agosto de 1961:

2. A visita à China se fez, por assim dizer, em retribuição à realizada ao Brasil, em maio de 1961, por uma Missão chinesa chefiada pelo Senhor Nan-Han-Chen,

²⁵⁴ Elio Gaspari narra, na quarta parte do seu segundo livro, como a Guerrilha do Araguaia foi exterminada, Cf: GASPARI, Elio. A gangrena. In: _____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁵⁵ GARCIA, Eugênio Vargas (org.). **Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos** (1493-2008). Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 504.

²⁵⁶ Ibidem, p. 511.

Presidente do Comitê chinês para a Promoção do Comércio Internacional, que aqui esteve com a finalidade de explorar as possibilidades de intercâmbio comercial Brasil-República Popular da China.²⁵⁷

Em bilhete enviado ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Indústria e Comércio, no dia 19 de maio de 1961, o presidente Jânio Quadros pedia que fosse organizada uma “missão de alto nível” para visitar a China e sugeria que o embaixador João Augusto de Araújo Castro, creditado em Tóquio, fosse incluído como conselheiro.²⁵⁸ Em memorando enviado ao Secretário Geral das Relações Exteriores, no dia 24 de julho de 1961, o Chefe do Departamento Político e Cultural, Carlos S. de Ouro Preto, destacava que a Missão deveria manter o caráter estritamente comercial e econômico, evitando abordar assuntos políticos com os chineses.²⁵⁹ A partir desses dois documentos, é possível concluir que o presidente do Brasil queria organizar uma Missão notória, de reconhecida importância. Para tal, nomeou o vice-presidente da República, João Goulart, para chefiá-la. Já o Itamaraty canalizava seus esforços para que a Missão mantivesse seu caráter comercial, sem adotar tons políticos, uma vez que o Brasil ainda mantinha relações diplomáticas com a China Nacionalista e qualquer missão de caráter político poderia ser vista como um desrespeito à autoridade de Taiwan.

Um importante documento consultado foi o relatório redigido pelo diplomata João Augusto de Araújo Castro, subchefe da Missão Comercial brasileira à China, datado de 4 de setembro de 1961. O arquivo tem um carimbo de secreto, e assim ficou guardado por cerca de 50 anos. Esse documento traz uma descrição minuciosa de importantes momentos que antecederam a viagem à China, como a correspondência enviada por Jânio Quadros ao diplomata Araújo Castro, em 20 de maio de 1961, o encontro do diplomata com Jânio Quadros, em 21 de junho de 1961, a viagem à Paris para o encontro com vice-presidente João Goulart, que chefiaria a Missão Comercial, a viagem para Moscou em julho de 1961, e finalmente os detalhes sobre a viagem à China. O documento é dividido em 42 tópicos e encerra-se com a declaração de Araújo Castro a respeito da amizade desenvolvida entre ele e João Goulart, que

²⁵⁷ DINIZ, Celso. **Vinda ao Brasil de Missão comercial da República Popular da China**. Rio de Janeiro, 28 ago. 1962c, p. 1. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, Ano: 1962 (jul a dez).

²⁵⁸ BILHETES DO PRESIDENTE JÂNIO QUADROS AO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. In: **Cadernos do CHDD**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, ano V, n. 8, p. 313-484, 2006, p. 408. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/333-Cadernos do CHDD N 08.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/333-Cadernos_do_CHDD_N_08.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2018

²⁵⁹ OURO PRETO, Carlos S. de. **Missão Comercial à China**. Rio de Janeiro, 24 jul. 1961. Seção de Correspondência Especial, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memoranda. Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano: 1961/62. Caixaº 33.

independentemente do posicionamento político e ideológico sempre tratou Araújo Castro com “afabilidade, generosidade e compreensão”.²⁶⁰

Araújo Castro deixava transparecer em seu relatório a dificuldade em manter o caráter comercial da Missão, pelo fato de ela ser chefiada pelo vice-presidente do Brasil, o que dava a Missão um caráter cada vez mais político:

Chegamos a Pequim à tarde do dia 13 [de agosto]. O vice-presidente [João Goulart] foi recebido pelo vice-presidente Pi-Wu, em nome de quem havia sido feito o convite. Grande aparato no aeroporto. Profusão de bandeiras chinesas e brasileiras entrelaçadas. Honras militares. Hino Nacional Brasileiro e Hino Nacional chinês. [...] Troca de discursos oficiais, terminando o vice-presidente [João Goulart] sua declaração com um "Viva a China Popular". [...] Nunca um acôrdo interbancário, acôrdo de rotina sem maior significação econômica imediata, foi negociado com tanto aparato e tanta encenação.²⁶¹

Em outro trecho, Araújo Castro destacava que eram os chineses que buscavam dar a maior solenidade possível à abertura das negociações comerciais, enquanto ele tentava, em vão, manter o caráter comercial da Missão:

Fiz, sem qualquer êxito, o impossível para levar o Vice-Presidente a pedir aos chineses que evitassem dar forma tão solene a coisa tão simples: a negociação de um acôrdo de pagamentos, entre o Banco do Brasil e o Banco Popular da China. [...] E, assim, as conversações foram abertas com a presença de um Vice-Presidente da República e de um Vice-Primeiro Ministro. Poucos Tratados internacionais receberam tratamento tão exaltado.²⁶²

A viagem resultou na assinatura do Ajuste Interbancário entre o Brasil e a China, que apresentava os fatos relativos à possibilidade e viabilidade de um fluxo regular de comércio entre China e Brasil, através do Banco Popular da China e o Banco do Brasil. De acordo com Vizontini,²⁶³ o Brasil exportaria matérias-primas como café, cacau, algodão, couro e lã; óleos vegetais, madeira, bens industriais de consumo e a China, em contrapartida, exportaria máquinas-ferramentas, perfuratrizes, carvão, chumbo, zinco, aço, matérias-primas farmacêuticas, bens industriais de consumo, artesanato, etc.

5. Na mesma data da assinatura do Ajuste, foram trocadas cartas entre o representante do Banco do Brasil e o Presidente do Banco Popular da China estabelecendo um sistema de troca de missões comerciais entre os dois países,

²⁶⁰ CASTRO, João A. de Araújo. **Relatório Político da Missão Comercial do Brasil à República Popular da China**. Hong Kong, 4 set. 1961b, p. 26. Seção de Correspondência Especial, Ofícios: Consulados e Delegações (1950/59) Consulados A-I (1960/63), Ano: 1950/63, Caixa nº 18.

²⁶¹ Ibidem, p. 15-16.

²⁶² Ibidem, p. 17-18 (grifo no original).

²⁶³ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 215.

anualmente, para consultas e análise do intercâmbio, bem como exploração de novas possibilidades de comércio.²⁶⁴

A viagem de João Goulart à China teve de ser interrompida em virtude da renúncia de Jânio Quadros, que renunciou justamente no período em que Goulart, visto como adepto dos ideais comunistas, visitava a República Popular da China. Jânio Quadros acreditava que sua renúncia não seria aceita, e isso ampliaria seus poderes. No entanto, a renúncia foi aceita e a direita civil e militar que almejava conquistar o poder, desde 1954, manifestou-se contrária à posse do vice, João Goulart.²⁶⁵ Os ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, o marechal Odílio Denys, o vice-almirante Sílvio Heck e o brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moss, respectivamente, organizaram um manifesto lançado em 30 de agosto de 1961 e articularam um golpe para impedir que João Goulart assumisse a presidência.²⁶⁶

Para resolver o impasse sobre a posse ou não de João Goulart, foi adotado o sistema parlamentarista e Tancredo Neves assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Com essa solução, a direita esperava limitar os poderes de João Goulart e evitar que o Brasil caminhasse rumo ao socialismo. Durante o governo de Goulart, a PEI passou a sofrer cada vez mais limitações. Mas as relações com a China, ainda que tímidas, eram mantidas. Segundo Cervo,²⁶⁷ em 1962, o Brasil recebeu a visita de uma delegação do Banco da China e, em 1963, foi autorizada a abertura de um escritório comercial chinês no Brasil.

2.4 A REPRESENTAÇÃO DA CHINA NAS NAÇÕES UNIDAS

Conforme visto anteriormente, tão logo a República Popular da China foi proclamada, iniciou-se o movimento para o reconhecimento do novo governo de Pequim. Além do reconhecimento dos países, a China pleiteava o ingresso na ONU. A China Nacionalista era membro fundador da ONU e também membro permanente do Conselho de Segurança. Tanto a ONU como a maioria dos países do Ocidente, reconheciam Taiwan como o governo que representava toda a China.

²⁶⁴ DINIZ, Celso. **Vinda ao Brasil de Missão comercial da República Popular da China**. Rio de Janeiro, 28 ago. 1962c, p. 2. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, Ano: 1962 (jul a dez).

²⁶⁵ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 25-26.

²⁶⁶ Cf. MENDONÇA, Daniel de. O golpe civil-militar de 1961: Crítica a uma explicação hegemônica. In: **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis. v. 8, n. 14, 2009. p. 407-446. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p409>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

²⁶⁷ CERVO, Amado Luiz. (org.). **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 334.

O primeiro movimento da China em busca da aceitação na ONU se deu ainda em 1949. Em novembro, Chu En-Lai, na condição de primeiro-ministro e ministro do Exterior, enviou um telegrama ao secretário-geral das Nações Unidas “reafirmando que só o governo da RPC constituía o representante legal de toda a China”.²⁶⁸ No telegrama, Chu En-Lai ainda insistia que os diplomatas acreditados pelo Kuomintang não fossem reconhecidos.

A imprensa brasileira já abordava o caso da representação China na ONU, no início de 1950. Na edição do dia 12 de janeiro, o jornal *Correio da Manhã* tinha uma posição clara sobre o assunto. Não havia dúvidas de que o representante da China era o governo nacionalista e que isso não mudaria, ainda que todos os países reconhecessem a RPC. Isso porque, segundo o jornal, o processo de reconhecimento era um gesto individual, do indivíduo-nação, “mas o mundo não tem nada com isso, que não afeta a qualidade inata do indivíduo-nação com quem um ou vinte outros indivíduos-nação cortaram relações”.²⁶⁹ O jornal ainda criticava o fato de que, nesse caso, o delegado da China Nacionalista não tivesse o poder de veto:

O Conselho de Segurança não pode resolver absolutamente nada contra a vontade d'êle [do delegado da China Nacionalista]. E é especiosa a pobre argumentação dos que dizem que o veto não se aplica ao caso. Seria mais que paradoxal, pois seria patusco, que um delegado tivesse o poder de vetar quaisquer resoluções relativas a terceiros, mas não tivesse o de vetar resoluções relativas a êle próprio, quando tal é no fim de contas o verdadeiro fundamento do veto.²⁷⁰

Como forma de pressionar o Conselho de Segurança a aceitar as credenciais da RPC, a Rússia se retirou das reuniões realizadas nos Conselhos da ONU. No dia 13 de janeiro, o delegado soviético, Jacob Malik apresentou o projeto de resolução que exigia a saída imediata da delegação da China Nacionalista do Conselho de Segurança. A resolução não foi aceita e, em decorrência disso, Malik abandonou a reunião do Conselho de Segurança declarando que não participaria dos trabalhos desse organismo e nem reconheceria decisão alguma do Conselho, até que a delegação nacionalista chinesa fosse obrigada a se retirar do mesmo.²⁷¹ No dia 18 de janeiro, o *Correio da Manhã* noticiava que a Rússia planejava abandonar de vez a ONU, uma vez que os delegados soviéticos já tinham abandonado “os Comitês Econômico e Social, o de Regulamento, o Comitê *ad-hoc* dos sem-pátria e a sub-comissão de Prevenção à

²⁶⁸ ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 36.

²⁶⁹ IMPASSE. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1950. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/215>. Acesso em: 23 jul. 2018.

²⁷⁰ IMPASSE. loc. cit.

²⁷¹ A CHINA Nacionalista não será expulsa. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1950. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/247>. Acesso em: 23 jul. 2018.

Discriminação e Proteção das Minorias”.²⁷² Os soviéticos apresentaram a todos esses organismos pedidos de expulsão dos delegados da China Nacionalista. Os pedidos foram rejeitados.

No dia 19 de janeiro, Jacob Malik abandonou também a Comissão de Energia Atômica, composta de seis membros permanentes – Rússia, Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, China Nacionalista e França. Malik havia apresentando à Comissão a seguinte resolução: “Os seis membros permanentes da Comissão de Energia Atômica, da ONU, reunidos em consulta, resolveram excluir do seu meio o representante do grupo Kuomintang”.²⁷³ Não sendo aceita a resolução, o delegado soviético abandonou a reunião. No mesmo dia, 19 de janeiro de 1950, o governo de Pequim apresentava as credenciais de Zhang Wentian, que havia sido nomeado como chefe da Delegação Permanente da RPC nas ONU. As credenciais não foram aceitas. Outras organizações internacionais recusaram a indicação de Pequim:

A União Internacional de Telecomunicações, a FAO, a Unesco, a Organização Mundial da Saúde, a Organização Meteorológica Mundial, a Organização Internacional da Aviação Civil, a Organização Internacional do Trabalho, o FMI, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), a Cruz Vermelha Internacional e a União Postal Universal recusaram as credenciais de representantes da RPC.²⁷⁴

Diante das investidas da Rússia, a representação de Taiwan na ONU resolveu reagir. Durante a sessão do Conselho Econômico e Social, realizada no dia 7 de fevereiro de 1950, os russos apresentaram a moção para expulsar os representantes da China Nacionalista. A proposta foi rejeitada por dez votos contra, três a favor e cinco abstenções. A Rússia e os satélites votaram a favor. Se abstiveram, Inglaterra, França, Índia, Paquistão e Dinamarca. Votaram contra, Estados Unidos, Canadá, Chile, China, Irã, México, Peru, Austrália, Bélgica e Brasil. Alegando que não aceitaria qualquer decisão tomada na sua ausência, a Rússia retirou-se da sessão. Nesse contexto, o delegado da China Nacionalista resolveu agir e pediu a expulsão da Rússia da ONU, alegando que os Russos tentaram desmembrar as províncias setentrionais da China, e aproveitou para lembrar os atos russos na Mongólia e na Manchúria. Diante disso, o delegado chinês pediu que a Rússia fosse expulsa da ONU e que fossem aplicadas as medidas previstas no capítulo 7º da Carta das Nações Unidas. “Ciente de que a ONU não está disposta a medida

²⁷² A RÚSSIA se retirará de todas as Comissões. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 jan. 1950. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/319>. Acesso em: 23 jul. 2018.

²⁷³ TRUMAN desfaz rumores. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1950. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/351>. Acesso em: 23 jul. 2018.

²⁷⁴ ABI-SAD, Sérgio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 36.

tão drástica, [...] minha delegação se contentou com pedir que um simples julgamento moral seja pronunciado contra a Rússia”.²⁷⁵ O delegado chinês finaliza argumentando que isso seria o mínimo que a ONU poderia fazer.

A cada ano, contando com o apoio de países não alinhados, a China apresentava reivindicações para debater o seu ingresso na ONU, mas de 1951 a 1960 a proposta de discussão foi rejeitada. Em um relatório redigido em 1962, o secretário da Missão do Brasil junto à ONU, Arrhenius de Freitas, apresentou os antecedentes da questão da representação da China na ONU, que vinha sendo debatida desde a IV sessão da Assembleia, realizada ainda em 1949. Na V sessão da Assembleia Geral, realizada em 1950, a proposta de debater a questão da representação da China na sessão seguinte foi rejeitada. Da VII (1952) à X (1955) sessão da Assembleia Geral, ficou decidido que nenhuma decisão seria tomada no sentido de excluir os representantes da China Nacionalista, para dar assento aos representantes da RPC. Entre as sessões XI (1956) e XIV (1959), a Índia solicitou que fosse incluído na agenda da Assembleia o debate sobre a representação da China. A Assembleia Geral adotou uma medida protelatória quanto a essa questão:

[Q]uando a Comissão Geral, que decide da inclusão ou não dos itens na agenda, examinava a agenda provisória, os Estados Unidos da América apresentavam projeto de resolução pelo qual a Assembléia Geral rejeitava pedido de inscrição do item relativo à representação chinesa. O projeto de resolução era aprovado pela Comissão Geral e, em seguida, pelo plenário.²⁷⁶

Em outubro de 1960, a Assembleia Geral da ONU aprovou a proposta dos Estados Unidos de adiar por mais um ano os debates sobre o ingresso da China na ONU. O resultado da votação foi o seguinte: 42 votos a favor, 34 contra e 22 abstenções. Era o décimo ano consecutivo que os Estados Unidos conseguiam adiar o debate. Mas na votação de 1960 já se percebeu uma queda no número de países que se opunham ao debate. Na votação de 1959, o resultado da proposta dos Estados Unidos em adiar o debate tinha recebido 44 votos a favor, 29 contra e 9 abstenções, ou seja, o número de votos contra diminuíram, e os votos a favor do debate, aumentaram. Em 1960, a votação contou com a participação de 17 novos membros e os países africanos recém-emancipados se abstiveram de votar.²⁷⁷ Na edição do dia 19 de outubro

²⁷⁵ PEDIDA na O.N.U. a expulsão da Rússia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1950. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/718>. Acesso em: 23 jul. 2018.

²⁷⁶ FREITAS, Arrhenius Fábio Machado. **Restauração dos direitos legítimos da República Popular da China nas Nações Unidas**. Nova York, dez. 1962, p. 2. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

²⁷⁷ ASSEMBLÉIA da O.N.U. adiou por um ano o ingresso da China. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 out. 1960. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/10696>. Acesso em: 18 out. 2018.

de 1960, o jornal *Correio da Manhã* fez uma análise ponderada sobre o ingresso da China na ONU:

Ninguém poderá provas que a admissão da China Popular à ONU prejudica nossa segurança, ou qualquer dos nossos compromissos com a defesa coletiva continental. Repudiamos da forma mais veemente a doutrina comunista, mas não vemos como possa o mundo manter uma Organização *universal* com a exclusão de uma potência cuja população representa a quarta parte do mundo habitado.²⁷⁸

Esse modo de encarar o ingresso da China na ONU foi um dos pressupostos norteadores da Política Externa Independente, que preconizava, como visto anteriormente, manter contato com todos os países, independentemente de ideologias e sistemas políticos.

O Brasil, que após a eleição de Jânio Quadros mudara drasticamente os rumos da política externa, passou a apoiar a inclusão do item na sessão seguinte. Três dias após a posse, Jânio Quadros determinava “o reexame da posição do Brasil na ONU sobre as credenciais da China Continental”.²⁷⁹ Em fevereiro de 1961, o primeiro secretário das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, redigiu um memorando destinado ao chefe da Divisão Política, solicitando orientações sobre quais atitudes deveriam ser tomadas, “considerando que houve mudança de governo no país, seria conveniente que as mais altas autoridades decidissem sobre nossa atitude nas reuniões desses órgãos e agência até setembro de 1961”.²⁸⁰ No memorando, o primeiro secretário explorava as posições que poderiam ser tomadas na XVI sessão da Assembleia Geral:

a) manter a política anterior contrária à discussão da questão da representação chinesa; b) manter a política a, mas, se não tiver êxito a manobra preliminar, votar, no mérito, a favor da admissão dos representantes de Pequim; c) votar pela discussão da questão, e, se o item for incluído na agenda, votar contra o mérito; d) abster-se em qualquer das fases; e) votar em favor da República Popular da China em toda a linha; f) combinações de d e, se houver ocasião.²⁸¹

Guerreiro ainda sugeria que as delegações brasileiras no Conselho Econômico e Social poderiam se abster de qualquer votação para acompanhar a evolução internacional da questão chinesa. E ressaltava que uma “mudança na atitude do Brasil poderia influenciar

²⁷⁸ POLÍTICA para a independência. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 out. 1960. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/11094>. Acesso em: 18 out. 2018.

²⁷⁹ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Afonso Arinos de Melo Franco: atualidade e paradoxo. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. v. 3. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 969. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/3-Pensamento-Diplomatico-Brasileiro-Vol3.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018

²⁸⁰ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Representação da China nas Nações Unidas*. Rio de Janeiro, 11 fev. 1961, p. 2. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial. Ano: 1961 (jan a jun).

²⁸¹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. loc. cit. (grifo no original).

consideravelmente alguns países latino-americanos”.²⁸² A evolução da política internacional poderia propiciar a progressiva aceitação da RPC, dado que:

- a) os novos Estados africanos francófilos que, em 1960, se abstiveram, poderão encaminhar-se, de futuro, para posição neutralista mais definida; mas não é provável que isto se dê na segunda parte da XV Sessão da Assembleia Geral, ou talvez, nem mesmo na XVI;
- b) o próprio Senhor Kennedy já declarou que seria necessário eventualmente negociar com a China comunista, pelo menos em matéria de desarmamento; seu governo é menos violentamente oposto a um possível reconhecimento, gradual, da situação verdadeira no Extremo Oriente; há tendência nos Estados Unidos da América a considerar a conveniência de pôr fim ao isolamento de Pequim, com vistas a estimular possíveis contradições de interesses entre China e União Soviética; mas seria ocioso pensar que os Estados Unidos da América pudessem subitamente mudar de posição, sem antes resolver o problema de Formosa e sem um entendimento geral, de maior amplitude, com o bloco sino-soviético.²⁸³

Finalizando o memorando, Guerreiro analisa que a questão da representação da China na ONU e o reconhecimento, no âmbito bilateral, do governo de Pequim não exigiam as mesmas soluções jurídicas ou políticas, julgando que o estabelecimento de relações bilaterais teriam maior repercussão internacional, e que dada a gravidade do “problema” não cabia analisá-lo no presente memorando.²⁸⁴

Em entrevista concedida à imprensa, no dia 24 de fevereiro de 1961, o ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, declarou com relação à entrada da China na ONU, que não se tratava, para o Brasil, “de uma escolha entre dois países – a China Continental ou Formosa – mas da ‘concessão de credenciais a um Estado, hoje dividido, por motivos que não nos compete abalizar’”.²⁸⁵ Afonso Arinos, quando perguntado sobre como ficaria a situação do Brasil com relação aos Estados Unidos, respondeu:

A posição norte-americana tem sido a de adiar sempre o exame da questão, entretanto, o número de votações por abstenção e o número de votos pró-discussão do problema têm aumentado consideravelmente. E, nos próprios Estados Unidos, encontramos opiniões autorizadas que acham ter chegado o momento de se discutir sobre a entrada da China nas Nações Unidas. Uma dessas opiniões partiu, inclusive, do atual representante dos Estados Unidos na ONU.²⁸⁶

²⁸² GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Representação da China nas Nações Unidas**. Rio de Janeiro, 11 fev. 1961, p. 3. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial. Ano: 1961 (jan a jun).

²⁸³ Ibidem, p. 3-4.

²⁸⁴ Ibidem, p. 4.

²⁸⁵ FRANCO, Alvaro da Costa (org.). **Documentos da política externa independente**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007a, p. 41. v. 1. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/410-Documents_da_Politica_Externa_Independente_-_Vol.1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

²⁸⁶ FRANCO, Alvaro da Costa (org.). loc. cit.

Mesmo se posicionando a favor do debate sobre a aceitação da China na ONU, Afonso Arinos afirmou que não havia instruções para o estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC. Enquanto estava na China, João Goulart declarou que era a favor do ingresso da RPC na ONU. Ele disse a um jornalista em Hong Kong, “[o] meu governo é favorável a debates sobre a admissão da China Comunista nas Nações Unidas, na próxima reunião da Assembléia-Geral daquela organização internacional”.²⁸⁷ Dessa forma, se o presidente Jânio Quadros advogava pelo debate sobre a inclusão da China na ONU, seu vice, João Goulart, ia mais longe e se posicionava a favor da aceitação da China na ONU.

Em setembro de 1961, foi realizada a XVI sessão da Assembleia Geral da ONU. Nessa sessão, os Estados Unidos não se opuseram a inclusão na agenda do item relativo à representação da China e, depois de dez anos sem debater o assunto, a proposta feita pela União Soviética pôde ser discutida. Foram então apresentados dois pedidos, um da Nova Zelândia, intitulado “Questão da representação da China nas Nações Unidas”, e outro da União Soviética, “Restauração dos direitos legais da República Popular da China nas Nações Unidas”. De acordo com Freitas “ambos os pedidos foram aceitos e inscritos na agenda da XVI sessão da Assembléia Geral sob os números 90 e 91”.²⁸⁸ Durante a sessão dois projetos foram apresentados:

7. [...] O primeiro, (documento A/L.372), patrocinado pela Austrália, Colômbia, Itália, Japão e Estados Unidos decidia, de acordo com o artigo 18 da Carta das Nações Unidas, considerar qualquer proposta no sentido de mudar a representação da China como **uma questão importante**. O segundo, (documento A/L.360), patrocinado pela União Soviética, decidia retirar todos os representantes da China Nacionalista das Nações Unidas e de todos os seus órgãos, e admitir, em seu lugar, os representantes da China Comunista.

8. O projeto de resolução soviético usava linguagem bastante agressiva, o que motivou emenda apresentada pelo Camboja, Ceilão e Indonésia, (documento A/L.375), pela qual ficariam suprimidas, no primeiro parágrafo operativo daquele projeto as palavras “representatives of the Chiang-Kai-Shek clique”. A emenda facilitaria a aprovação do projeto soviético por maior número de votos.²⁸⁹

A proposta dos Estados Unidos sobre considerar qualquer debate sobre a representação da China como uma questão importante, demandaria 2/3 dos votos para ser aprovada, o que

²⁸⁷ JOÃO Goulart favorável ao ingresso de Pequim na ONU. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 24 ago. 1961. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/21638>. Acesso em: 18 out. 2018.

²⁸⁸ FREITAS, Arrhenius Fábio Machado. **Restauração dos direitos legítimos da República Popular da China nas Nações Unidas**. Nova York, dez. 1962, p. 2. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

²⁸⁹ Ibidem, p. 3 (grifo nosso).

dificultaria o ingresso dos comunistas chineses na ONU. O projeto dos Estados Unidos foi aprovado por 61 votos a favor, 21 contra e 20 abstenções.²⁹⁰

A proposta da União Soviética foi rejeitada. Foram 36 votos a favor, 48 votos contra e 20 abstenções. O resultado da votação corroborou o que fora dito por Afonso Arinos, em entrevista citada anteriormente: que crescia o número de abstenções da mesma maneira que crescia o número de votos a favor da discussão do item. O Brasil e os demais países latino-americanos, exceto Cuba, votaram contra. O voto contrário do Brasil explica-se da seguinte forma: a proposta da União Soviética era retirar os representantes da China Nacionalista da ONU; para o Brasil não se tratava de escolher entre Pequim e Taiwan, e sim de garantir a representação de Pequim na ONU, sem, contudo, retirar a representação de Taiwan.

O Brasil votou a favor da inclusão do Item 92 da Agenda, sobre a Restauração dos Direitos Legítimos da República Popular da China nas Nações Unidas. O item foi incluído na agenda da XVII sessão da Assembleia Geral, mediante solicitação da União Soviética, que propunha:

A Assembleia Geral.

Considerando que é necessário restabelecer os direitos legais da República Popular da China nas Nações Unidas, tendo em mente que apenas os representantes do governo da República Popular da China são competentes para ocupar o lugar da China nas Nações Unidas e em todos os seus órgãos,

Resolve:

Remover os representantes de Chiang-Kai-Shek de todos os órgãos das Nações Unidas;

Convidar representantes do governo da República Popular da China para ocupar o lugar da China nas Nações Unidas e em todos os seus órgãos.²⁹¹

Em 1962, o item foi debatido a partir da exposição de vinte e nove oradores que falaram a favor do projeto e vinte que falaram contra. Os argumentos apresentados, segundo Freitas, podiam ser divididos em argumentos políticos e jurídicos. Os argumentos políticos apresentados a favor da admissão da China eram:

- a) a legitimidade do Governo da República Popular da China é incontestável: controla todo o território continental chinês e a maioria dos chineses;
- b) o apoio do povo chinês do Governo é geralmente admitido;
- c) o realismo da representação das Nações Unidas não permite que um quarto da população mundial permaneça sem delegados na Organização;
- d) aproximadamente metade dos países membros da ONU mantêm relações comerciais com a República Popular da China, e mais de trinta mantêm relações diplomáticas;

²⁹⁰ A CHINA na ONU. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 dez. 1961, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/24945>. Acesso em: 18 out. 2018.

²⁹¹ FREITAS, Arrhenius Fábio Machado. **Restauração dos direitos legítimos da República Popular da China nas Nações Unidas**. Nova York, dez. 1962, p. 4. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1. tradução nossa.

e) é necessária a participação da China para a solução dos problemas internacionais, especialmente para a questão do desarmamento.²⁹²

O argumento jurídico mais utilizado era o da “universalização das Nações Unidas”, o que tornaria a admissão da China Popular desejável. Os argumentos políticos contrários à adesão da RPC na ONU foram os seguintes:

- a) a China Comunista lutou contra as Nações Unidas na Coreia;
- b) a China Comunista recorre habitualmente à força para resolver seus problemas internacionais, seguindo política agressiva contra vários Estados membros da Organização;
- c) o Governo da China Continental eliminou muitos milhões de chineses e mantém inúmeros outros em prisões, e isto revela a falta de apoio popular ao regime.²⁹³

Entre os argumentos jurídicos contrários a admissão destaca-se: “b) a China Comunista não poderia tomar o lugar de um país que colaborou na criação da ONU, e é membro permanente do Conselho de Segurança”.²⁹⁴

O representante da União Soviética argumentava que era impossível resolver os problemas internacionais sem a participação da China e se oponha categoricamente a existência de duas Chinas na ONU, uma vez que a doutrina soviética só reconhecia a existência de uma China, a RPC, e que Taiwan era parte integrante da China, sendo a questão de Taiwan um problema interno. O representante soviético finalizava sua argumentação afirmando que, uma vez na ONU, a China poderia contribuir para a coexistência pacífica dos Estados.²⁹⁵ Os demais países socialistas apresentaram argumentos muito semelhantes aos da União Soviética, sendo raramente apresentada uma nova razão para aceitação da China na ONU.

Como argumentos contra o projeto apresentado pela União Soviética, Freitas destacou duas intervenções do delegado da China Nacionalista feitas na primeira e na última reunião de debate sobre a questão. Na primeira reunião, o representante da China Nacionalista destacou o caráter tirânico dos comunistas, que ceifou milhões de vidas; já na última reunião, o representante chinês negou a necessidade de participação da RPC na resolução dos problemas internacionais, argumentando que:

Êsses problemas têm origem na guerra fria, e esta, por sua vez, resulta do expansionismo comunista. Até que o comunismo internacional não abandone seus objetivos de dominação mundial, a guerra fria continuará, e conseqüentemente, os problemas internacionais serão sempre urgentes e insolúveis. A admissão da China

²⁹² FREITAS, Arrhenius Fábio Machado. **Restauração dos direitos legítimos da República Popular da China nas Nações Unidas**. Nova York, dez. 1962, p. 5. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

²⁹³ Ibidem, p. 5-6.

²⁹⁴ Ibidem, p. 6.

²⁹⁵ Ibidem, p. 6-7.

comunista nas Nações Unidas em nada auxiliaria a solução daqueles problemas e ainda poderia provocar a destruição da ONU.²⁹⁶

O representante da China Nacionalista concordava com apenas um ponto apresentando pela União Soviética: que a China deveria ter apenas um representante na ONU. Antes de começar a votação, várias delegações explicaram os seus votos, fossem eles abstenções ou contrários ao projeto soviético. A proposta soviética foi rejeita por 56 votos contra, 39²⁹⁷ a favor e 12 abstenções, conforme a Tabela 3.

TABELA 3 – RESULTADO DA VOTAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO PROPOSTO PELA UNIÃO SOVIÉTICA – 1962

Votos a favor	Votos contra	Abstenções
Bulgária, Birmânia, Burundi, Bielorússia, Camboja Ceilão, Cuba, Tchecoslováquia, Dinamarca, Etiópia, Finlândia, Gana, Guiné, Hungria, Índia, Indonésia, Iraque, Laus, Mali, Mongólia, Marrocos, Nepal, Noruega, Paquistão, Polônia, Rumênia, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suécia, Síria, Tanganica, Tunísia, Uganda, Grã-Bretanha, Iugoslávia, Afeganistão, Albânia, Argélia.	Bélgica, Bolívia, Brasil, Camarões, Canadá, República Centro-africana, Tchad, Chile, China, Colômbia, Congo (Brazzaville), Congo (Leopoldville), Costa Rica, Daomé, República Dominicana, Equador, El Salvador, França, Gabão, Grécia, Guatemala, Haiti, Honduras, Irã, Irlanda, Itália, Costa do Marfim, Jamaica, Japão, Jordânia, Libéria, Líbia, Luxemburgo, Madagascar, Maurítânia, México, Nova Zelândia, Nicarágua, Niger, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Ruanda, Senegal, África do Sul, Espanha, Tailândia, Turquia, Estados Unidos da América, Alto Volta, Uruguai, Venezuela, Iêmen, Argentina, Austrália.	Áustria, Chipre, Federação da Malaia, Islândia, Israel, Líbano, Holanda, Nigéria, Portugal, Arábia Saudita, Togo, Trinidad e Tobago.

FONTE: Adaptada de FREITAS, Arrhenius Fábio Machado. **Restauração dos direitos legítimos da República Popular da China nas Nações Unidas**.²⁹⁸

NOTA: A grafia original foi mantida.

Novamente, o Brasil, juntamente com os demais países da América Latina, com exceção de Cuba, votou contra. A Grã-Bretanha votou a favor, alegando que o governo da China era a República Popular da China e que, portanto, esta deveria ter o assento na ONU como única representante da China. O representante britânico considerou indeterminada a soberania sobre Taiwan, tendo, portanto, sua representação indeterminada na ONU. O representante da União

²⁹⁶ FREITAS, Arrhenius Fábio Machado. **Restauração dos direitos legítimos da República Popular da China nas Nações Unidas**. Nova York, dez. 1962, p. 9. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

²⁹⁷ O documento original aponta que foram 42 votos a favor, no entanto, no mesmo documento há uma anotação a caneta com o número 39, ao lado dos países que votaram a favor.

²⁹⁸ FREITAS, Arrhenius Fábio Machado. op. cit., p. 11.

Soviética lamentou o resultado da votação, observando, contudo, o crescente número dos Estados favoráveis à aceitação da RPC na ONU.

Em 1963, a Albânia solicitou que a discussão sobre a inclusão da China na ONU fosse incluída no temário da XVIII Assembleia Geral das Nações Unidas.²⁹⁹ A proposta da Albânia foi derrotada por 57 votos contra, 41 votos a favor e 12 abstenções. Em 1964 foi a vez do Camboja solicitar que a questão do ingresso da China na ONU fosse reexaminada na próxima assembleia. Vários países africanos e a França, que havia estabelecido relações diplomáticas com a China em janeiro de 1964, passaram a apoiar o ingresso da China na ONU.³⁰⁰

Uma mudança significativa na votação aconteceu na Assembleia Geral de 1965. Em fevereiro, o ex-primeiro-ministro da França, Edgar Faure, pediu, em discurso na ONU, que a China fosse admitida na ONU. O apoio da França pareceu preocupar o chefe da delegação brasileira na ONU, o embaixador Sette Câmara, que se mostrou temeroso de que os partidários da causa chinesa conseguissem mais votos a favor. Lembrou ele que o presidente francês, Charles de Gaulle, era favorável ao ingresso da China na ONU e reafirmou que o Brasil permaneceria contrário.³⁰¹ O temor de Sette Câmara mostrou-se real. Na XX Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 1965, a votação ficou empatada, 47 votos a favor e 47 contra.³⁰² O assento da ONU permaneceria com Taiwan, pois eram necessários 2/3 dos votos para que a China fosse aceita.

Finalmente, a China foi admitida como membro do Conselho de Segurança da ONU na XXVI Sessão da Assembleia Geral da ONU, realizada em novembro de 1971, em sua vigésima primeira tentativa. O resultado da votação foi: 76 votos a favor, 35 contrários e 17 abstenções, conforme a Tabela 4.

²⁹⁹ ALBÂNIA quer China na ONU. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 set. 1963. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/43884>. Acesso em: 6 nov. 2018.

³⁰⁰ CHINA na ONU. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 out. 1964. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/56689>. Acesso em: 6 nov. 2018.

³⁰¹ SETTE teme China na ONU. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 set. 1965. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/66311>. Acesso em: 6 nov. 2018.

³⁰² ONU vota ingresso de Pequim. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1970, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_08/14128>. Acesso em: 6 nov. 2018.

TABELA 4 – RESULTADO DA VOTAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO PROPOSTO PELA ALBÂNIA – 1971

Votos a favor	Votos contra	Abstenções
Afganistão, Albânia, Argélia, Áustria, Bélgica, Butan, Botswana, Bulgária, Birmânia, Burundi, Bielo-Rússia, Camarões, Canadá, Ceilão, Chile, Congo-Brassaville, Cuba, Dinamarca, Egito, Equador, Etiópia, Finlândia, França, Gana, Grã-Bretanha, Guiana, Guiné, Guiné Equatorial, Hungria, Iêmen do Sul, Índia, Irã, Iraque, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Iugoslávia, Kuwait, Laos, Líbia, Malásia, Mali, Marrocos, Mauritânia, México, Mongólia, Nepal, Nigéria, Noruega, Países Baixos, Paquistão, Peru, Polônia, Portugal, Quênia, România, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Singapura, Síria, Somália, Sudão, Suécia, Tanzânia, Tcheco-Eslováquia, Togo, Trinidad-Tobago, Tunísia, Uganda, União Soviética, Ucrânia e Zâmbia.	África do Sul, Alto Volta, Arábia Saudita, Austrália, Bolívia, Brasil, Camboja, República Centro-Africana, Chade, Congo-Kinshasa, Costa do Marfim, Costa Rica, Daomé, Estados Unidos, República Dominicana, El Salvador, Filipinas, Gabão, Gâmbia, Guatemala, Haiti, Honduras, Japão, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malavi, Malta, Nova Zelândia, Nicarágua, Níger, Paraguai, Suazilândia, Uruguai e Venezuela.	Argentina, Barbados, Barein, Colômbia, Chipre, Espanha, Fiji, Grécia, Indonésia, Jamaica, Líbano, Luxemburgo, Maurício, Panamá, Qatar e Tailândia, Oman e Ilhas Maldivas.

FONTE: Jornal *Correio da Manhã* de 27 de outubro de 1971.³⁰³

NOTA: A grafia original foi mantida

Alguns pontos merecem destaque quanto à votação, se comparados com a votação de 1962 (Tabela 3). Primeiro, o aumento do número de países que votaram. Na Assembleia de 1962 foram 107 países; na votação de 1971, foram 128. Dos países que se tornaram independentes depois de 1962, Quênia (1963), Zâmbia (1964), Singapura (1965), Botswana (1966), Guiana (1966), Guiné Equatorial (1968), votaram a favor da China em 1971. Já, Ilhas Maldivas (1965), Barbados (1966), Maurício (1968), Fiji (1970) e Barein (1971) se abstiveram de votar. Dos “novos” países, somente quatro votaram contra: Malavi (1964), Malta (1964), Lesoto (1966), Suazilândia (1968). Isso demonstra que a política externa chinesa que buscava se aproximar dos países que tinham recém conquistado suas independências rendeu frutos positivos. Mas não podemos exagerar esse fato e colocá-lo como responsável pela aceitação da China na ONU.

O Camboja votou a favor do ingresso da China na ONU em 1962 e em 1964 oficializou o pedido para o reexame da causa chinesa no Conselho de Segurança, mas em 1971 votou contra. Em 1970, um golpe de Estado depôs o rei Norodom Sihanouk e o general Lon Nol assumiu o governo, apoiado pelos Estados Unidos. O rei cambojano nutria simpatia pelo comunismo e o fato de o Camboja fazer fronteira com o Vietnã, que estava em guerra, alarmava os Estados Unidos.³⁰⁴ Para não desagradar o seu aliado, o novo governo do Camboja votou contra o ingresso da China em 1971.

³⁰³ PEQUIM afinal conseguiu a maioria de dois terços. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 out. 1971. p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_08/25513>. Acesso em: 6 nov. 2018.

³⁰⁴ Sobre a guerra civil cambojana, Cf. MIRANDA, Fernando Silveira Melo Plentz. Genocídio no Camboja, a Instalação de um Tribunal Penal Internacional Inócuo e a Preservação da Memória. **Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania**, São Roque, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: <http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes_pdf/direito/v5_n1_2014/Fernando.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

Ainda com relação a votação, é importante destacar como votaram os países latino-americanos. Na votação de 1962, com exceção de Cuba, todos os demais países latino-americanos votaram contra a adesão da China à ONU. Já, na votação de 1971, Argentina, Colômbia e Panamá se abstiveram de votar, enquanto, Chile, Cuba, Equador, México e Peru votaram a favor. Bolívia, Brasil, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela votaram contra. Isso demonstra que os Estados Unidos ainda exerciam influência na América Latina, mas ela não era mais tão hegemônica quanto fora no início da década de 1960.

A China ingressou no Conselho de Segurança da ONU num momento em que, internamente, o país ainda sofria os efeitos da Revolução Cultural. Isso, no entanto, não impediu a aproximação da China com os países ocidentais, como foi o caso dos Estados Unidos. Conforme visto, os países africanos do Movimento dos Não-Alinhados acabaram, em sua maioria, votando a favor do ingresso da China na ONU. Mas não foi esse o fator decisivo na questão:

a mudança na ONU não decorreu tanto da habilidade da diplomacia chinesa, mas das circunstâncias políticas de uma Guerra Fria em que o afastamento entre a URSS e a China tornou-se central para os EUA. Washington deixou de bloquear, em 1971, o acesso da RPC à cadeira permanente do Conselho de Segurança e iniciou um processo de aproximação bilateral que culminaria nas visitas dos Presidentes Nixon (1972) e Ford (1975) à China.³⁰⁵

A viagem de Nixon, em 1972, só foi possível graças a viagem feita anteriormente por Henry Kissinger, Secretário de Estado (cargo equivalente ao de Ministro das Relações Exteriores do Brasil), tanto de Nixon, quanto de Ford. Kissinger e a delegação estadunidense chegaram à Pequim em julho de 1971, ou seja, meses antes da China ser aceita na ONU. Durante a viagem, Kissinger tratou com Chu En-Lai sobre Taiwan. Através de Kissinger, Nixon havia prometido abandonar o apoio a Taiwan, deixando de lado o Tratado de Ajuda Mútua, assinado em 1954, e prometeu conceder o reconhecimento diplomático à China em janeiro de 1975, caso fosse reeleito, o que acabou não acontecendo, pois Nixon renunciou à presidência em 1974. Além da promessa de reconhecimento, “Nixon se ofereceu para pôr Pequim na ONU de imediato”.³⁰⁶ Mesmo votando contra, podemos dizer que a China só foi aceita no Conselho de Segurança da ONU, porque os Estados Unidos quiseram assim.

³⁰⁵ LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, p. 219. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/902-Ascensao_da_China_como_Potencia_A.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

³⁰⁶ CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 711.

3 O CASO DOS 9 CHINESES

O golpe civil-militar de 1964, que depôs João Goulart, significou a interrupção no processo de aproximação das relações sino-brasileiras. Em setembro de 1964, o Congresso Nacional rejeitava o acordo comercial com a RPC. Mas o ponto mais crítico nas relações com a China foi a prisão de nove chineses, detidos no dia 3 de abril de 1964, dois dias depois do golpe militar. Os nove chineses que estavam aqui no Brasil eram: dois jornalistas, Wang Wei-Chen e Chu Ching-Tung, que estavam no Brasil desde 29 de dezembro de 1961; quatro membros da Missão encarregada de organizar uma exposição de objetos chineses, Su Tzu-Ping, Hou Fa-Tseng, Wang Chih e Chang Pao-Sheng, que chegaram em junho de 1963; e três membros de uma missão comercial, Wang Yao-Ting, Ma Yao-Tseng e Sung Kuei-Pao, que chegaram ao Brasil em janeiro de 1964.

Presos pelos militares, os chineses foram julgados e condenados a dez anos de prisão. Ficaram presos no Brasil até 1965, quando foram expulsos do país. O caso ganhou repercussão internacional e chamou a atenção de vários países, que passaram a acompanhar e noticiar o caso dos nove chineses presos pelos militares. O caso foi analisado pela Comissão Nacional da Verdade, em 2014, que recomendou que a expulsão dos chineses, pós-condenação, fosse revogada e os mesmos fossem considerados inocentes. Fato esse que não aconteceu, e nem se vislumbra um cenário em que isso possa acontecer num futuro próximo. A prisão dos nove chineses não foi esquecida pela China que, sempre que tem oportunidade, volta a falar sobre o triste acontecimento que marcou profundamente as relações sino-brasileiras na década de 1960.

3.1 A CHEGADA DOS CHINESES

A vinda dos jornalistas chineses foi negociada durante a viagem de João Goulart à China. Um dia antes de encerrar a visita oficial à RPC, no dia 23 de agosto de 1961, João Goulart solicitou que Araújo Castro enviasse um telegrama à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, para que fossem tomadas as medidas necessárias para a concessão dos vistos para Wang Wei-Chen e Chu Ching-Tung.³⁰⁷

No dia 26 de agosto de 1961, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores enviou um telegrama para o Consulado Geral em Zurique, concedendo visto oficial válido por 30 dias

³⁰⁷ CASTRO, João A. de Araújo. **Visto em passaporte. Wang Wei Shung. Chu Cing Sung.** Pequim, 23 ago. 1961a. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

para os jornalistas Wang Wei-Chen e Chu Ching-Tung.³⁰⁸ Em decorrência da renúncia do presidente Jânio Quadros, o Itamaraty solicitou ao Conselho Geral de Zurique que aguardasse novas instruções quanto ao visto dos jornalistas. Por fim, no dia 26 de novembro de 1961, a Secretaria de Estado enviou novas instruções para o Consulado de Paris, para que fosse concedido aos jornalistas chineses visto temporário, válido por um ano.³⁰⁹ Os vistos foram autorizados pelo então Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas. Chegava assim, o primeiro grupo de chineses ao Brasil.

Os jornalistas desembarcaram no Brasil no dia 29 de dezembro de 1961, e tão logo chegaram foram ao encontro do assessor de imprensa do Itamaraty, Dario de Castro Alves, no início de janeiro de 1962, requerer a credencial de jornalistas estrangeiros. Essa credencial era normalmente concedida aos jornalistas apresentados pelas Embaixadas dos países de onde eram naturais. Seguindo essa regra, a credencial não poderia ser concedida aos jornalistas, uma vez que o Brasil e a China não mantinham relações diplomáticas. Dario de Castro Alves apresentou uma exceção à regra, o caso do correspondente da Agência Telegráfica da União Soviética (TASS, sigla em russo), sr. Artiushenkov, que recebeu a credencial antes do restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética. Mas, no caso dos chineses, conceder as credenciais poderia prejudicar as relações com Taiwan. Posto isso, Castro Alves argumentou que seria ilógico conceder visto de um ano e não conceder as credenciais de jornalistas para os chineses atuarem no país. O mais sensato teria sido negar os vistos a esses jornalistas.³¹⁰ Em resposta, o Ministro Paulo Leão de Moura, Secretário Geral Adjunto para Assuntos de Europa Oriental e Ásia argumentou:

5. A meu ver, a um representante de Agência noticiosa oficial de um país com o qual não mantemos, nem, como tudo indica, esperamos estabelecer relações diplomáticas, deveria ser negada a credencial solicitada, que certamente poderia servir a seus beneficiários como primeiro passo ao estabelecimento de tal agência em território nacional, que me parece indesejável por motivos políticos óbvios.³¹¹

Ocorria aqui uma divergência entre o que postulava o Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, e os demais funcionários do Itamaraty. Ao argumentar que teria sido mais sensato negar os vistos aos jornalistas chineses, Castro Alves se colocava contrário à

³⁰⁸ VISTO OFICIAL. WANG WEI SHUNG. CHU CING SUNG. Rio de Janeiro, 26 ago. 1961. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

³⁰⁹ OLIVEIRA, Antônio Camilo de; CAVALCANTI, Themistocles B.; FRIEDRICH, Liberato da Cunha. **Missões comerciais e jornalistas da China Continental (Comunista). Relatório.** Rio de Janeiro, 17 jun. 1964, p. 3-4. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

³¹⁰ ALVES, Dario de Castro. **Memorandum para o Sr. Chefe do Gabinete.** Rio de Janeiro, 3 jan. 1962, p. 1-2. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

³¹¹ Ibidem, p. 3-4.

decisão que foi tomada por San Tiago Dantas, que autorizou os vistos dos chineses. Essas divergências ocorreram diversas vezes no tocante às decisões relacionadas à China, conforme pontuado em situações já mencionadas. O Ministro do MRE, San Tiago Dantas, concordou em não conceder as credenciais aos jornalistas, para evitar imbróglis com a China Nacionalista. A presença dos jornalistas chineses passa a ser monitorada pelo Conselho de Segurança Nacional, conforme sugeriu Celso Diniz, chefe da DAO, em memorando do dia 7 de agosto de 1962:

5. [...] O Conselho de Segurança Nacional e a Divisão de Polícia Política do Departamento Estadual de Segurança Pública, do Estado da Guanabara, que foram oportunamente notificados pelo Itamaraty da concessão dos vistos e da chegada ao Brasil dos chineses, devem ter, presumivelmente, controle daquelas atividades.³¹²

Ainda no mesmo memorando, Celso Diniz informava sobre o recebimento de um “*aide-mémoire*” (sem número e sem data)” que fora entregue para o Secretário-Geral pelo embaixador da China Nacionalista, no dia 27 de julho de 1962. No documento em questão, o embaixador chinês relatava que o objetivo dos jornalistas chineses era organizar uma reportagem sobre o Brasil, mas que os mesmos jornalistas não falavam português, nem inglês, espanhol ou francês, logo não estariam aptos a cumprir o objetivo da missão para a qual foram designados.³¹³ Ao final do *aide-mémoire*, o embaixador chinês dava orientações de como o Itamaraty deveria proceder quanto a renovação dos vistos dos jornalistas:

6. É fato estabelecido que os comunistas nunca fazem nenhuma reportagem sobre qualquer país democrático sem torcê-la. Assim sendo, esses chineses não querem evidentemente arriscar suas vidas para fazer uma reportagem sobre a democracia verdadeira que gozam no Brasil. Por conseguinte, não se justifica sua permanência no país.

7. Pede-se que a solicitação dos chamados jornalistas do regime comunista chinês para estender [sic] sua estada no Brasil, seja rejeitada em prol do melhor interesse tanto do Brasil como do mundo livre.³¹⁴

O *aide-mémoire* não foi bem recebido pelo chefe da DAO, Celso Diniz, nem pelo Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, Aluysio Regis Bittencourt, que consideraram a atitude do embaixador da China Nacionalista uma intromissão nos assuntos de exclusiva competência do governo brasileiro. Segundo Celso Diniz:

³¹² DINIZ, Celso. **Jornalistas chineses no Brasil. Wang-Wei Chen e Chu-Ching Tung**, Rio de Janeiro, 7 ago. 1962a, p. 1-2. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, Ano: 1962 (jul a dez).

³¹³ O jornalista Chu Ching-Tung falava espanhol e aprendeu o português ao chegar no Brasil. GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 58-59.

³¹⁴ AIDE-MEMOIRE. Rio de Janeiro, [jul. 1962?]. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2 (grifo nosso).

7. Não é esta, aliás, a primeira vez que a Embaixada da China, seja verbalmente, seja por meio de documentos escritos, se dá ao desplante de procurar opinar sobre assuntos de exclusiva competência da autoridade brasileira, ou de “fiscalizar”, numa “colaboração” não solicitada com os órgãos de Segurança nacional, os passos de alienígenas que entraram no Brasil com plena autorização e responsabilidade da administração.³¹⁵

Regis Bittencourt concordava com Celso Diniz em não responder ou dar maiores explicações ao embaixador chinês. Comenta também que o ministro que o antecedeu já fizera uma reclamação pessoal ao Embaixador chinês, na ocasião do recebimento de um documento semelhante. Regis Bittencourt argumentava que o embaixador possuía “o mau hábito de opinar e tentar, às vezes, uma intromissão intolerável em nossas relações com seus irmãos socialistas, através de gestões diplomáticas que assumem, não raro, em tom inconveniente e descortês”.³¹⁶

Um importante ponto de apoio aos jornalistas chineses, logo que chegaram ao Brasil, foi a Sociedade Cultural Sino-Brasileira. Através da Sociedade, os jornalistas entraram em contato com Amarílio Vasconcellos, que fazia parte do Conselho Deliberativo, e sua esposa Raquel Cossoy, secretária-geral da Sociedade. Amarílio acabaria se tornando mais próximo dos jornalistas e chegou a ser convidado para visitar a China, o que fez no final de 1962, permanecendo lá por dois meses. Integrante do PCB, Amarílio faria parte da dissidência que aconteceu no partido em 1962, quando rompeu com o partido. Da mesma dissidência, saíram também João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar que fundariam o PCdoB. Apesar de não se filiar ao PCdoB, Amarílio era simpatizante do partido.³¹⁷ Amarílio Vasconcellos, Raquel Cossoy e Adão Pereira Nunes, escolhido presidente da Sociedade Cultural Sino-Brasileira em 1964, foram arrolados como corréus no processo de acusação dos nove chineses.

Outros brasileiros tornaram-se próximos dos chineses, como o jornalista João Etcheverry, diretor do jornal *Última Hora*, que conhecera Wang Wei-Chen durante a Missão Comercial do Brasil à China, realizada em agosto de 1961. Wang Wei-Chen foi designado como seu intérprete em inglês. Apparício Torelly, conhecido também como Barão de Itararé, foi receber os jornalistas no aeroporto, em dezembro de 1961 e fez o mesmo quando os quatro integrantes responsáveis por montar a exposição comercial chegaram ao Brasil, em junho de

³¹⁵ DINIZ, Celso. **Jornalistas chineses no Brasil. Wang-Wei Chen e Chu-Ching Tung**. Rio de Janeiro, 7 ago. 1962a, p. 2. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, Ano: 1962 (jul a dez).

³¹⁶ Ibidem, p. 3.

³¹⁷ GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 80.

1963.³¹⁸ Apparício, assim como João Etcheverry, moravam a poucas quadras dos jornalistas chineses. A proximidade entre Apparício e os chineses, “permitia encontros frequentes entre eles, para além dos eventos sociais patrocinados pela Sociedade Cultural Sino-Brasileira”.³¹⁹ O general Henrique Cordeiro Oest, deputado federal pelo Partido Social Progressista, que era um dos vice-presidentes da Sociedade Cultural Sino-Brasileira, com passagem pela China em 1962, apresentou aos chineses o seu irmão, Lincoln Oest, tabelião de São Gonçalo, de quem os chineses esperavam ajuda para o “desembaraço dos produtos que seriam exibidos na feira comercial”.³²⁰ Lincoln Oest apresentou aos chineses Joel Murinelly de Carvalho, despachante da Alfândega da Guanabara, que não poderia ajudar os chineses, pois a feira aconteceria em Niterói, conforme veremos adiante. Os chineses foram então apresentados ao advogado Danilo Santos, que foi contratado pelos chineses para fazer a classificação de cerca de 5 mil itens de acordo com as normas da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil. Destes brasileiros citados, alguns foram interrogados no processo contra os chineses e Lincoln Oest foi arrolado como corréu.

A Embaixada em Berna encaminhou à Secretaria de Estado, no dia 4 de abril de 1963, o pedido de concessão de visto para o segundo grupo de chineses que vieram ao Brasil, encarregados de organizar a Exposição Comercial da China no Brasil. O grupo era composto por Hou Fa-Tseng, líder da comitiva, Su Tzu-Ping, Wang Chih e Chang Pao-Sheng, sendo o último o mais novo entre os nove e intérprete do grupo, pois falava fluentemente o português. A Secretaria de Estado respondeu no dia seguinte, 5 de abril, que a exposição era considerada inoportuna, portanto, os vistos deveriam ser negados.³²¹

Concomitantemente, o jornalista Wang Wei-Chen entregou à João Goulart uma carta do presidente do Conselho Chinês para o Fomento do Comércio Internacional, Nan Han Chen, “na qual encarecia a importância da Exposição e solicitava a tomada de providências concretas para realizá-las”. Em resposta à carta, “João Goulart deu o seguinte despacho, dirigido ao Ministro San Tiago Dantas: ‘Peço todo o apoio ao prezado amigo.’ João Goulart, 5.1.62.”³²² Mesmo com a interseção de João Goulart, o pedido para realização da exposição foi negado.

³¹⁸ GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 83

³¹⁹ Ibidem, p. 92.

³²⁰ Ibidem, p. 84.

³²¹ EXPOSIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. PEDIDO DE VISTOS. Rio de Janeiro, 5 abr. 1963a. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

³²² OLIVEIRA, Antônio Camilo de; CAVALCANTI, Themistocles B.; FRIEDRICH, Liberato da Cunha. **Missões comerciais e jornalistas da China Continental (Comunista). Relatório**. Rio de Janeiro, 17 jun. 1964, p. 5-6. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

Inconformados com a decisão, outro telegrama foi enviado à Secretaria de Estado solicitando a concessão dos vistos. Outra resposta negativa: o telegrama, do dia 3 de maio de 1963, informava que não se havia alterado a posição do governo brasileiro quanto à exposição. Na terceira tentativa, sem saber como negar novamente os vistos, uma vez que a Exposição havia sido autorizada tanto por Jânio Quadros, como por João Goulart, a Secretaria de Estado do MRE tomou uma medida incomum. Em telegrama enviado para a Embaixada de Berna, no dia 22 de maio de 1963, o Itamaraty concedeu vistos temporários aos chineses, mas ainda mantinha a posição contrária à realização da Exposição.³²³ Ou seja, os membros do grupo encarregado de organizar a Exposição Comercial de produtos da China, poderiam vir ao Brasil, mas não poderiam montar a Exposição. Esse segundo grupo chegou ao Brasil no dia 6 de junho de 1963. A chegada do segundo grupo de chineses foi noticiada pelo jornal *Correio da Manhã*:

Missão comercial da China Comunista, chefiada pelo vice-diretor do Departamento do Conselho para o Fomento do Comércio Exterior, sr. Hu Fa Xong [Hou Fa-Tseng], desembarcou à tarde no Galeão. A Missão veio entrar em contacto com autoridades do govêrno brasileiro para fixar as datas e locais das exposições comerciais que serão realizadas no Rio, São Paulo e Brasília. Fazem parte da missão os srs. Uang Chin [Wang Chih], Tang Páu Snong [Chang Pao-Sheng] e Satza Ping [Su Tzu-Ping].³²⁴

Foi evocando o acordo Interbancário, assinado durante a viagem de João Goulart à China, que o jornalista Wang Wei-Chen procurou o Chefe da Divisão de Ásia e Oceania (DAO), Armindo Branco Mendes Cadaxa, para interceder em favor da realização da exposição comercial de produtos da China, rogando que a realização da exposição seria de grande valia para fomentar o comércio entre os dois países. Além disso, as autoridades chinesas tinham a intenção de manter um representante do comércio exterior chinês, para facilitar os contatos entre importadores e exportadores. O Chefe da DAO mostrou-se favorável à realização da exposição, bem como à manutenção de um representante comercial chinês no Brasil, conforme o memorando enviado para Aluysio Regis Bittencourt, Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, em 14 de junho de 1963:

5. No tocante à Exposição comercial e industrial como é do conhecimento de Vossa Excelência, superiores autoridades brasileiras haviam considerado inoportuna, por enquanto, a sua realização. Permito-me opinar no sentido de que, uma vez despercebida tal inoportunidade, seria útil que a Exposição tivesse lugar [...]. Essa ordem de razões seria aplicável à permanência de um agente comercial das organizações chinesas de comércio exterior.³²⁵

³²³ EXPOSIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. PEDIDO DE VISTO. Rio de Janeiro, 22 mai. 1963b. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

³²⁴ EMBAIXADOR da Síria e missão comercial da China chegam ao Rio. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1963. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/40484>. Acesso em: 8 mai. 2019.

³²⁵ CADAXA, Armindo Branco Mendes. **Relações econômicas Brasil-República Popular da China**. Brasília, 14 jun. 1963, p. 2. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, 1963.

Considerada inoportuna diversas vezes, a Exposição foi autorizada pelo presidente João Goulart no dia 31 de janeiro de 1964. O Ministro do MRE, João Augusto de Araújo Castro, enviou ao Ministro da Indústria e do Comércio um memorando informando que o presidente autorizaria a realização da Exposição, que poderia ser nas cidades Niterói-RJ e/ou Belo Horizonte-MG.³²⁶ A Exposição, que deveria acontecer em maio do mesmo ano, não foi realizada em decorrência do golpe civil-militar, deflagrado em abril de 1964.

Em 20 de novembro de 1963, a Embaixada do Brasil em Londres concedeu os vistos para Wang Yao-Ting, vice-diretor da Companhia Chinesa para Exportação e Importação de Têxteis (China Tex), chefe da equipe, Ma Yao-Tseng, classificador de algodão e Sung Kuei-Pao, intérprete fluente em inglês. Esse último grupo seria responsável por comprar algodão no Brasil.³²⁷ Wang Yao-Ting já tinha estado no Brasil em 1956 para comprar um lote de algodão de uma empresa paulista, mas a transação não chegou a se concretizar. Em 1964, a compra do algodão esbarrou num problema cambial:

O acordo interbancário assinado em agosto de 1961, em Pequim, havia estabelecido uma taxa de câmbio fixa para as trocas comerciais em libras esterlinas que, por conta da inflação, se desvalorizou rapidamente. Em 1964, o preço negociado pela taxa do câmbio convênio, como relata Wang Yoating em seu depoimento à Justiça Militar, era 50% menor do que o do câmbio livre da libra esterlina na época, o que inviabilizou as negociações com as empresas privadas.³²⁸

Os chineses conseguiram negociar a compra de 4 toneladas de algodão, mas para finalizar a transação faltavam 20 mil dólares, para fazer o transporte do algodão para o porto onde seria embarcado o produto. Wang Yao-Ting solicitou ao jornalista Wang Wei-Chen que trouxesse o dinheiro, uma vez que este se encontrava na China e retornaria ao Brasil no início de março de 1964.³²⁹ Assim como a Exposição dos produtos chineses, a compra do algodão não chegou a se concretizar em decorrência do golpe civil-militar de 1964.

3.2 A PRISÃO

Os militares assumiram o governo do Brasil no dia 1º de abril de 1964. João Goulart havia se retirado de Brasília em direção à Porto Alegre. O presidente da Câmara dos Deputados,

³²⁶ CASTRO, João A. de Araújo. **Exposição da República Popular da China**. Rio de Janeiro, 31 jan. 1964. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

³²⁷ GUEDES, Cica; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses**: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 65-66.

³²⁸ Ibidem, p. 66.

³²⁹ GUEDES, Cica; MELO, Murilo Fiuza de. loc cit.

Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência do Brasil, “[m]as o poder já não estava nas mãos dos civis e sim dos comandantes militares”.³³⁰ Em pouco dias, cerca de 4 mil pessoas foram presas sob a suspeita de serem comunistas. Acusados de atividades subversivas, os chineses foram presos no dia 3 de abril de 1964.

O prédio em que viviam os jornalistas Wang Wei-Chen e Chu Ching-Tung, e os comerciantes Ma Yao-Tseng e Su Tzu-Ping começou a ser vigiado no dia 2 de abril. Os policiais cercaram o prédio e no início do dia 3 de abril invadiram o apartamento e prenderam os quatro chineses. Em um depoimento gravado para a Comissão Nacional da Verdade, em 2014, o jornalista Chu Ching-Tung relata que os chineses foram espancados pelos policiais ainda no apartamento.³³¹ Concomitantemente, outra equipe policial seguia para o prédio onde moravam os outros cinco chineses, que foram presos e levados às dependências do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Numa coletiva de imprensa, realizada ainda no dia 3 de abril, o secretário de Segurança Pública da Guanabara,³³² coronel Gustavo Borges, dava detalhes dos planos dos chineses:

Para subverter a ordem política do país, os chineses contavam, dizia ele, com armas pouco usuais: agulhas envenenadas, comprimidos letais e pipas com “bombas teleguiadas em forma de pássaros”. As tais pipas, apelidadas por Borges de “Dragão de Fogo”, eram montadas com “pequenos foguetes levando bananas de dinamite”.³³³

No dia seguinte à prisão dos chineses, o jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, dava informações mais detalhadas de como se daria a atuação dos chineses no plano de tomar o controle político do Brasil e implementar o comunismo:

A China de Mao Tsé mandou ao Brasil nove homens com a incumbência de assassinar o sr. Carlos Lacerda e os generais Amauri Kruel e Castelo Branco. Iam usar no crime o chamado “processo chinês”: uma injeção indolor que fulmina instantaneamente, e que seria aplicada no momento em que o criminoso se aproximasse da vítima simulando um encontro.³³⁴

³³⁰ FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 255.

³³¹ CHING-TUNG, Chu. **Depoimento concedido à Comissão Nacional da Verdade**. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Um7lgv9e5HA>>. Acesso em 30 abr. 2019. A transcrição pode ser acessado através do link: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/Depoimento_Ju_Quingdong.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

³³² A cidade do Rio de Janeiro era a capital do Brasil desde 1763. Quando Brasília foi inaugurada, em 1960, a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser a capital federal e tornou-se o Estado da Guanabara, que existiu até 1975, quando o Estado da Guanabara foi extinto e a cidade do Rio de Janeiro voltou a ser a capital do Estado do Rio de Janeiro.

³³³ GUEDES, Cica; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 92.

³³⁴ MAO Tse mandou matar à chinesa. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1964. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/37684>. Acesso em: 28 jun. 2018.

As “armas” descritas pelos policiais do DOPS, eram na verdade agulhas de acupuntura e o “Dragão de Fogo” era um desenho antigo de um foguete chinês. Na mesma edição do dia 4 de abril, do jornal *Diário de Notícias*, era informado que os chineses possuíam a quantidade de Cr\$110 milhões em dólares e libras.³³⁵ O valor informado na guia de recolhimento ao Banco do Brasil, no entanto, era bem menor. Um mês depois do recolhimento do valor, os valores informados ao Banco do Brasil foram assim descritos: “189.022 cruzeiros, 49.277 dólares americanos, 2.260 francos suíços, 138 libras, 3 rublos, e 3 kopekas, além de um cheque da Union Bank of Switzerland de 2.500 francos suíços. Corrigido, o dinheiro representaria hoje R\$ 877.756,61”.³³⁶ Os chineses contestaram, alegando que eles possuíam mais dinheiro do que o valor discriminado, conforme a Tabela 5:

TABELA 5 – VALORES INFORMADOS PELOS CHINESES

	Jornalistas	Membros do Grupo da Exposição	Membros da Missão Comercial	Total
Dólar	6.050,00	14.500,00	30.520,00	51.070,00
Libra esterlina			138,00	138,00
Franco da Suíça	2.250,00	45,00 + 2.500,00 (em cheque)		4.795,00
Rublo	3,00	1,00		4,00
Cruzeiro	190.000,00	140.000,00		330.000,00

FONTE: Adaptada de BRASIL, 1964.³³⁷

Segundo eles, a diferença seria de pouco mais de R\$ 40.000,00. Descontando cerca de R\$ 12.000,00, usados para cobrir despesas de alimentos, cigarros e medicamentos dos chineses presos, mais parte da hospedagem das esposas dos chineses que vieram visitá-los, o restante do valor não foi devolvido para os chineses.³³⁸

³³⁵ ESPIÕES chineses iam assassinar Lacerda, Kruehl e Castelo Branco. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1964. p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/37693>. Acesso em: 28 jun. 2018.

³³⁶ Os autores Ciza Guedes e Murilo Fiuza de Melo contrataram peritos contábeis para fazerem a conversão das moedas, que foi realizada no dia 31 de março de 2014, com base na inflação norte-americana no período. GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 93-94.

³³⁷ As páginas citadas da Ação Penal serão informadas de acordo com o número do arquivo digital, e não necessariamente o número da página do processo. BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 1810. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5767>. Acesso em: 13 ago. 2018

³³⁸ GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 94.

A prisão dos nove chineses pareceu deixar o coronel Gustavo Borges tão eufórico, que ele só avisou ao Ministro da Guerra sobre a prisão dois dias depois. Considerando que os chineses foram presos logo na manhã do dia 3, uma sexta, não era justificável que a carta só tenha sido enviada para o ministro no dia 5, um domingo. Na carta, Borges argumenta que os chineses foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, pois portavam explosivos e fotos explicando táticas de guerrilha. Nota-se que os nomes dos chineses foram grafados errados:

Tenho a honra de informar a V. Ex^a que foram presos, por funcionários desta Secretaria, Wang Yang Ling, Wang Chek, Kue Pao, Pao Cheno, Sayane Dak, Wang Chih, Chue Tong, Weichon e Su Tse, que se diziam jornalistas a serviço da imprensa da China Continental, mas era [sic] portadores de farto material de propaganda subversiva, explosivos e fotografias explicativas de sua utilização em guerrilhas, e vultuosa quantia em moedas estrangeiras, totalizando importância de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros). Comprovando-se que exerciam espionagem e atividade subversiva, nos termos do que prevê a Lei de Segurança Nacional, determinei que fossem detidos e submetidos a interrogatório na Delegacia de Ordem Política e Social, onde se encontram para aquele fim.³³⁹

Presos desde o dia 3 de abril, o inquérito policial contra os chineses foi instaurado somente dez dias após a prisão do grupo. Durante esses dez dias, não houve investigação oficial sobre as acusações que recaíam sobre os chineses. A instauração do inquérito policial foi determinada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara e para tal foi nomeado o delegado Eros de Moura Estevão, diretor da Escola de Polícia Civil do Rio de Janeiro. A acusação era de que os chineses “vinham praticando crimes contra a segurança Nacional com a participação de filiados ou adeptos do Partido Comunista que obedece a orientação da República Popular da China”.³⁴⁰ A Portaria que estabelece a instauração do inquérito alerta que, por medida de segurança, deveria o mesmo ser processado na sede Quartel do Primeiro Batalhão de Polícia do Exército.

No dia 13 de abril, Hou Fa-Tseng, Su Tzu-Ping e Ma Yao-Tseng foram transferidos para o 1º Batalhão de Guardas, em São Cristóvão; Wang Wei-Chen, Wang Yao-Ting, Chang Pao-Sheng e Wang Chih foram levados ao 1º Batalhão de Polícia do Exército; Chu Ching-Tung e Sung Kuei-Pao permaneceram no DOPS.³⁴¹

Os primeiros interrogatórios oficiais foram realizados entre os dias 20 de abril e 8 de maio. No dia 20 de abril de 1964, Chang Pao-Sheng, o intérprete de 25 anos, que fazia parte do

³³⁹ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 10. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/3967>. Acesso em: 13 ago. 2018.

³⁴⁰ Ibidem, p. 11. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/3968>.

³⁴¹ GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuza de. op. cit., p. 101.

grupo destinado a organizar a feira de produtos chineses, foi interrogado.³⁴² Chang Pao-Sheng foi submetido a mais dois interrogatórios nos dias 23³⁴³ e 30³⁴⁴ de abril. O segundo chinês a ser interrogado foi o jornalista Chu Ching-Tung, no dia 27 de abril,³⁴⁵ e na sequência, Wang Yao-Ting, no dia 28 de abril,³⁴⁶ Ma Yao-Tseng³⁴⁷ e Su Tzu-Ping,³⁴⁸ no dia 29 de abril, Wang Wei-Chen, nos dias 1³⁴⁹ e 4 de maio,³⁵⁰ Sung Kuei-Pao no dia 5 de maio,³⁵¹ Hou Fa-Tseng, no dia 6 de maio³⁵² e por fim, Wang Chih, no dia 8 de maio.³⁵³ Nos interrogatórios, perguntou-se basicamente quando e com qual objetivo vieram ao Brasil, com quais pessoas mantinham contatos no Brasil, se conheciam o Partido Comunista do Brasil e participavam das reuniões, e como se declaravam perante as acusações.

Tão logo os chineses foram presos, a China tratou de organizar um movimento de defesa dos seus compatriotas, ação que mobilizou mais de mil políticos, jornalistas, empresários, artistas, acadêmicos e religiosos de 87 países diferentes. O Ministério dos Negócios Estrangeiros da China intercedeu aos embaixadores do Paquistão e da Indonésia (países com os quais mantínhamos relações diplomáticas), para que estes obtivessem informações sobre a prisão dos chineses. Recorrendo ao Acordo Interbancário assinado em agosto de 1961, o Banco Popular da China ainda tentou conseguir informações junto ao Banco do Brasil.³⁵⁴ Sem lograr êxito, o governo chinês apelou ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, representado no Brasil por Eric Haegler, que entregou ao então Ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, uma carta enviada por Mao Tsé-tung, que reiterava o pedido para que os chineses fossem libertados o quanto antes.³⁵⁵ A resposta do Itamaraty foi retratada na edição do dia 22 de abril de 1964, do *Jornal do Brasil*, conforme se segue:

Respondendo ao Governo da República Popular da China, o Itamaraty informou ontem que os nove chineses de Pequim detidos no Rio estão sendo acusados de crime contra

³⁴² BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 22. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/3979>. Acesso em: 6 mai. 2019.

³⁴³ Ibidem, p. 29. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/3986>.

³⁴⁴ Ibidem, p. 160. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4117>.

³⁴⁵ Ibidem, p. 133. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4090>.

³⁴⁶ Ibidem, p. 138. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4095>.

³⁴⁷ Ibidem, p. 144. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4101>.

³⁴⁸ Ibidem, p. 146. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4103>.

³⁴⁹ Ibidem, p. 165. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4122>.

³⁵⁰ Ibidem, p. 205. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4162>.

³⁵¹ Ibidem, p. 263. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4220>.

³⁵² Ibidem, p. 267. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4224>.

³⁵³ Ibidem, p. 276. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4233>.

³⁵⁴ GUEDES, Cica; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses**: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 119-120.

³⁵⁵ Ibidem, p. 120.

a segurança nacional e vão responder a inquérito, não havendo, antes disso, possibilidade de atender ao pedido de libertação do grupo.³⁵⁶

A nota segue dizendo que o Itamaraty não aceitaria “qualquer intimidação por parte do Governo de Pequim”, uma vez que a prisão dos chineses estava de acordo com as leis brasileiras, que previa a prisão de qualquer estrangeiro que atentasse contra a ordem ou a segurança do país.

No dia 22 de abril, os presos chineses receberam a visita do Embaixador paquistanês, Syed Mawbuli Murshed, do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Carlos Povina Cavalcanti, e do representante da Cruz Vermelha no Brasil, Eric Haegler, para constatar as condições físicas dos chineses, que confirmaram não haver indícios de maus-tratos aos presos. Após essa visita, os chineses ficaram juntos no 1º Batalhão de Guardas, por quase sete meses, até serem separados em três grupos novamente em 11 de novembro de 1964.

A União Soviética poderia servir como uma importante aliada da China, na tentativa de pressionar o governo brasileiro a libertar os chineses, uma vez que o Brasil e a União Soviética haviam restabelecido relações diplomáticas em 1961. No entanto, o governo de Pequim não pôde contar com o apoio da União Soviética nesse contexto, uma vez que, conforme visto anteriormente, nesse período as relações sino-soviéticas já estavam desgastadas. Isso explica “por que a União Soviética não apenas se esquivou de defender os chineses presos no Brasil [...] como se opôs à campanha internacional deflagrada pelo governo chinês”.³⁵⁷ O governo chinês continuou a sua mobilização na busca por apoio internacional:

O movimento deflagrado por Pequim encontrou eco imediato nos países alinhados à revolução maoísta, como Albânia e Vietnã do Norte. Mas não demorou a angariar apoio também em países capitalistas com os quais a China mantinha relações diplomáticas, como Inglaterra, Suécia e França, e com outros países com que se relacionava ao mesmo comercialmente, como o Japão.³⁵⁸

O diretor da Corporação de Importação e Exportação de Produtos têxteis Nacionais da China (China Tex), Chen Cheng-Chung, enviou de Pequim um telegrama destinado à diretoria da empresa suíça Luzalpes, com a qual a China mantinha relações comerciais. No telegrama, o diretor da China Tex argumenta que Wang Yao-Ting, vice-diretor da Corporação, já havia

³⁵⁶ ITAMARATI responde ao pedido da China. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1964, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/52328>. Acesso em: 28 jun. 2018 (material protegido por direitos autorais).

³⁵⁷ GUEDES, Cica; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 121.

³⁵⁸ Ibidem, p. 122.

realizado uma viagem ao Brasil, em 1956, para comprar algodão, e visitado a Europa nos anos de 1962 e 1963, buscando expandir as relações comerciais da China. Em tom de indignação e revolta, Chen Cheng-Chung discorre sobre a prisão de Wang Yao-Ting e dos demais chineses, alegando que os mesmos haviam sido presos injustamente e haviam sido torturados:

O fato da Junta Militar Brasileira ter injustamente preso e mesmo interrogado sob tortura o pessoal chinês é uma conspiração raramente vista em relações internacionais. O fato foge mesmo, aos princípios da Lei Internacional, pois além de destruir a boa fé que deve ser mantida nos assuntos de ordem internacional viola os direitos humanos fundamentais. Mr. Wang-Yao Ting e outros foram ao Brasil com vistos e papéis de permanência obtidos conforme os requisitos legais exigidos pelo governo brasileiro. Desta forma, a entrada e estada no Brasil, dessas pessoas são inteiramente legais. Tôdas as suas atividades no Brasil visam o desenvolvimento das relações econômicas e comerciais entre a China e o Brasil para fomentar o entendimento e amizade mútuos.³⁵⁹

O diretor da China Tex afirmava que eram invenções e calúnias os pretextos usados para prender os chineses e que tal situação causou a inquietação de pessoas ligadas ao comércio internacional, assim como de jornalistas. Na sequência, em tom de apelo, ele solicita que “todo povo honesto em comércio internacional” proteste contra a prisão dos chineses e encerra o telegrama assinalando que “qualquer ato tomado pela vossa companhia para a manutenção da justiça será apreciado com sinceros agradecimentos”.³⁶⁰ Uma cópia do referido telegrama foi enviada pelo cônsul brasileiro em Genebra, Carlos A. de Carvalho e Souza, ao Ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha. No telegrama confidencial, intitulado “Campanha chinesa contra o Brasil”, de 24 de abril de 1964, o cônsul informava que de imediato tratou de desmentir a informação de que os chineses haviam sido vítimas de torturas e maus-tratos. Ele ressaltava que o objetivo do telegrama seria desacreditar o governo brasileiro perante os meios comerciais e financeiros. Dessa forma, o governo chinês almejava conseguir apoio de países que tivessem relações com o Brasil, numa tentativa de pressionar o governo brasileiro a libertar os chineses.

Advogados japoneses se dispuseram a vir até o Brasil para defender os chineses. De acordo com notícia publicada no *Correio da Manhã*, no dia 30 de abril de 1964, quatro entidades japonesas estavam dispostas a enviar, “com a maior urgência possível”, seis advogados para virem defender os nove chineses. Na mesma notícia, é mencionada a campanha internacional promovida pela China para libertar os nove chineses.³⁶¹ Na mesma edição, o

³⁵⁹ CARVALHO E SOUZA, Carlos A. de. **Campanha chinesa contra o Brasil**. Genebra, 24 abr. 1964. p. 2. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

³⁶⁰ CARVALHO E SOUZA, Carlos A. de. loc. cit.

³⁶¹ GRUPO japonês vem defender os 9 chineses. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30 abr. 1964. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/51079>. Acesso em: 6 mai. 2019.

jornal *Correio da Manhã* informa que a Associação Comercial do Rio de Janeiro recebeu telegramas da Câmara de Comércio da República de Cuba e do Sindicato de Comerciantes e Exportadores de Algodão de Alepo, na Síria, “pedindo providências para que as autoridades governamentais brasileiras reconsiderem a prisão dos nove chineses”.³⁶² Em telegrama enviado à Embaixada do Brasil em Tóquio, no dia 14 de maio de 1964, as instruções eram as seguintes:

Além de recusar visto aos advogados japoneses, Vossa Senhoria deverá, se julgar, oportuno, fazer declarações à imprensa dizendo que o Governo brasileiro está certo de que a campanha de difamação ora promovida contra o Brasil, motivada pela prisão dos espões chineses, não poderá alterar as excelentes relações nipo-brasileiras. Conviria, igualmente, que a Embaixada tentasse obter de organizações japonesas amigas declarações favoráveis à posição adotada pelo Brasil.³⁶³

Além do exemplo do caso dos advogados japoneses, inúmeras outras declarações de apoio aos chineses detidos foram realizadas pela comunidade internacional.

No dia primeiro de maio de 1964, o Coronel Luiz de França Oliveira expediu dois mandados de busca e apreensão, um para o apartamento da Rua Almirante Tamandaré, número 53, onde moravam Wang Yao-Ting, Wang Chih, Sung Kuei-Pao, Chang Pao-Sheng, Hou Fa-Tseng, Su Tzu-Ping e Ma Yao-Tseng.³⁶⁴ O outro mandado foi para o apartamento da rua Senador Vergueiro, número duzentos, onde moravam Wang Wei-Chen e Chu Ching-Tung.³⁶⁵ Ambos os apartamentos localizados na cidade do Rio de Janeiro. Procederam aos mandados os oficiais Tenente-Coronel João Rosa da Silva Filho, Major Annibal de Mello Henriques e o Major Fernando Mercil Guimarães Gomez. O mandado determinava que fosse feita:

busca e apreensão de livros, documentos, publicações e todo material subversivo; e bem assim MANDO que se proceda a tôdas as diligências necessárias e se empreguem, os meios indispensáveis como sejam, arrombamentos de portas e móveis, de modo a ser feita a apreensão de tôda documentação de caráter subversivo, usando de todos os meios permitidos em lei para execução do presente MANDATO [sic], inclusive prisão em flagrantes para quem oferecer resistência ou quiser [sic] impedir o cumprimento do mesmo.³⁶⁶

Nos autos de busca e apreensão foram registrados que “após proceder a mais minuciosa busca, examinando todas as salas, quartos, armários e móveis e malas, abrindo portas, gavetas, armários” foram encontrados “certa quantidade de livros, panfletos,

³⁶² ENTIDADES defendem chineses. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 abr. 2019. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/51083>. Acesso em 6 mai. 2019.

³⁶³ COMUNISTAS chineses detidos no Brasil. Vinda de advogados japoneses. 14 mai. 1964. Rio de Janeiro, 5 mai. 1964. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

³⁶⁴ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 168. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/4125>. Acesso em: 6 mai. 2019.

³⁶⁵ Ibidem, p. 170. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/4127>.

³⁶⁶ Ibidem, p. 168. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/4125>.

divulgações”.³⁶⁷ Eram esses os materiais considerados subversivos, que “provavam” que os chineses eram espiões enviados por Pequim.

Passados 35 dias da prisão, nem o DOPS nem o Exército tinham quaisquer documentos que pudessem incriminá-los. Mas, de repente surgiram novas peças: um envelope azul contendo uma pequena lanterna, na qual estariam escondidos dois documentos escritos em chinês, e uma pistola 7.65 com silenciador.³⁶⁸

Essas novas provas “cabais” foram encontradas no porta-luvas do carro que pertencia à Wang Wei-Chen no dia 8 de maio de 1964, conforme notícia do jornal *Correio da Manhã*, do dia 9 de maio de 1964. Duas notícias dessa edição chamam atenção. Primeiro a notícia que trazia trechos da entrevista concedida pelo Coronel Luiz de França Oliveira, que informou que “investigações efetuadas pelo Exército teriam culminado, ontem, com a descoberta de uma carta dirigida ao sr. Wang-Chin, chefe da missão comercial da China, em que são reveladas ‘ligações comprometedoras’ com cidadãos brasileiros”.³⁶⁹ Na sequência da fala do coronel, foi divulgada a tal carta já traduzida para o português. Cabe ressaltar que o próprio coronel afirmou na entrevista que as “investigações prosseguem, lentamente, dadas as dificuldades de tradução do idioma chinês”, mas a carta de duas páginas e meia, havia sido traduzida de um dia para o outro.

Essas novas provas descobertas que foram veiculadas pela imprensa no dia 9 de maio, com fotos inclusive, só foram juntadas no processo no dia 12 de maio de 1964. Ainda na edição do dia 9 de maio, estampada na capa do seu segundo caderno, estava a foto da carta escrita em chinês e da pistola, seguida de uma mensagem carregada de ironia que dizia:

As autoridades militares revelaram, ontem, o material subversivo encontrado em poder dos chineses recentemente detidos. Pela mostra, fazem péssimo juízo, na China, sobre a estabilidade de nossas instituições. Uma simples arma de defesa pessoal veio de Pequim com a finalidade de derrubar nossas tradições cristãs-ocidentais. A carta cuja fac-símile publicamos, contém alguns nomes perfeitamente compreensíveis a quem não é chinês. Mas resta a pergunta: grafar o nome de brasileiros em português pode ser muito compreensível a nós, mas será compreensível a um chinês que não sabia português? Esta e outras perguntas ficarão a espera de uma resposta.³⁷⁰

A reportagem ironizava o fato de ter sido encontrada apenas uma arma, e que esta, sozinha, seria responsável por “derrubar nossas tradições cristãs-ocidentais”. A pistola foi

³⁶⁷ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 174. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/4131>. Acesso em: 6 mai. 2019.

³⁶⁸ GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 109.

³⁶⁹ CORONEL divulga “carta de chinês”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 mai. 1964. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/59734>. Acesso em: 6 mai. 2019.

³⁷⁰ NEGÓCIO da China. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 mai. 1964. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/59734>. Acesso em: 6 mai. 2019.

apresentada nos autos do processo como uma arma terrorista. A carta, encontrada dentro de uma lanterna, escrita no dia 20 de março de 1963, foi toda redigida em chinês, com exceção dos nomes dos líderes comunistas brasileiros. Na sequência da carta, estava escrito, também em chinês, as instruções para o uso da “tinta segredo”, que serviria para tornar sigilosa a comunicação entre “espiões”. Nada melhor que uma “tinta secreta” para endossar a ideia de que os chineses atuavam como espiões, que faziam parte de uma organização secreta que tinha como objetivo promover uma revolução comunista no país. A tradução das instruções de uso da tinta encontra-se logo após a tradução da carta. Vejamos a seguir a tradução da referida carta:

Camarada WANG:

Disseram-me, que em abril, você viria a SUISSA para tratar da continuação de meus trabalhos no BRASIL. Desejava muito que pudéssemos ficar juntos por muito tempo para conversarmos sobre o trabalho lá no BRASIL, inclusive como intensificar todos os métodos para conseguirmos êxito na nossa LINHA. O Camarada MAI planejou um encontro de duas semanas entre eu e você, antes de sua ida para o BRASIL, mas isto não foi possível. Por esse motivo deixo para você esta carta explicando a situação e atividade no BRASIL.

Vou dar agora os nomes, em língua local, dos principais elementos do lá para facilitar a você. Na nossa luta conjunta e de trabalho subterrâneo, uma das missões importantes é continuar como camaradas, mantendo ligações com os líderes comunista brasileiros. No BRASIL, mantínhamos amizades particulares e íntimas, bem como relações de trabalho muito satisfatórias, com os seguintes comunistas ortodoxos: JOÃO AMAZONAS, LINCOLN OESTE e MAURÍCIO GRABOIS. Êstes são personalidades importantes de projeção para a REVOLUÇÃO. Êles não nos pediram nada, mas estão dispostos a seguir nossa orientação.

Devido às contribuições deles ao nosso trabalho, sugeri [à] nossa organização que os mandassem para nosso País a fim de serem treinados como AGENTES ESPECIAIS. Porém, eu já saí do Brasil faz mezes e, não sei se a sugestão foi aprovada ou não. Caso negativo, peço ao camarada fazer o máximo de seu esforço em tal sentido. Antes da minha partida, falei com eles sobre você e eles estão à sua espera. Dê-lhes minhas lembranças.

No trabalho principal da luta conjunta, o sargento GARCIA FILHO e o sargento PAULO PRESTES e MAX DA COSTA SANTOS são nossas relações importantes. GARCIA FILHO é um elemento de boa posição e pode fazer novas relações no GOVÊRNO BRASILEIRO para nós. MAX DA COSTA SANTOS tem feito muito, mas, algumas vezes falar com indiscrição. Contudo, êle é um forte apoio para nós e sua opinião a favor da REVOLUÇÃO VIOLENTA pode atrair o POVO. PAULO PRESTES é a nossa relação mais importante. Êle é um líder nato, por isso, às vêzes é muito difícil compreendê-lo. Quando trabalhar com êle, tome cuidado, pois não desejamos que talento se volte um dia contra a nossa LINHA.

Deixei tudo ajeitado. Espero que você não vá desapontar em sua missão no BRASIL, pois a vitória será nossa.

Esperando o dia de revê-lo. SAUDAÇÕES, Camarada CHEN - BERNA, SUISSA - 20-3-1963.³⁷¹

A tradução da carta foi juntada ao processo no dia 13 de maio de 1964. As palavras foram transcritas da forma como aparecem no documento juntado ao processo, incluindo as palavras e expressões grafadas com letras maiúsculas. De acordo com a carta, os líderes

³⁷¹ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 326. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/4283>. Acesso em: 6 mai. 2019.

comunistas citados ajudariam os chineses no processo de implementação de uma revolução. O “camarada Chen” refere-se a João Amazonas, Lincoln Oest e Maurício Grabois como comunistas ortodoxos, o que se pode entender como os adeptos da linha marxista-leninista, defensores da luta armada, que não aderiram à ideia de coexistência pacífica. A carta ainda menciona o sargento Garcia Filho, que seria um importante elo de ligação com o governo brasileiro, Max da Costa Santos, um defensor da revolução violenta (expressão grafada com letras maiúsculas na tradução juntada ao processo) e o sargento Paulo Prestes³⁷², como a relação mais importante para os chineses. As frases: “inclusive como intensificar todos os métodos para conseguirmos êxito na nossa LINHA”, “Êstes são personalidades importantes de projeção para a REVOLUÇÃO”, “Espero que você não vá desapontar em sua missão no BRASIL, pois a vitória será nossa”, foram empregadas na carta com objetivo de enfatizar que as atividades dos chineses no Brasil tinham o intuito de promover uma revolução comunista.

O jornalista Antônio Callado, em publicação no *Jornal do Brasil*, na edição do dia 12 de julho de 1964 ironiza o fato de a carta ter sido escrita com caracteres em desuso na China:

A ortografia, as letras de ambas as instruções equivaleriam a escrevermos agora que, por exemplo: O elephante teve acessos de cholera na pharmacia phosphorecente e arremeteu contra Camillo Castello Branco. [...] Haverá, sem dúvida, alguns ex-mandarins empregando ainda os caracteres antigos. Mas os espíões de Mao e Chu En-lai? Pois tanto a carta como as instruções estão à moda antiga. Ou vieram de Formosa, que não adotou a reforma, ou, mais provavelmente, de Bauru, onde há chins entre os nipônicos.³⁷³

O delegado Eros de Moura, que respondia pelo processo dos chineses quando a carta foi encontrada, enviou uma carta aberta ao jornalista Antônio Callado, que foi juntada ao processo³⁷⁴ e publicada na edição do dia 21 de julho de 1964, no *Jornal do Brasil*.³⁷⁵ Em tom de ironia, Eros de Moura inicia sua carta falando sobre o sobrenome do jornalista “Callado”, que o uso do duplo L caíra em desuso no Brasil com a reforma ortográfica de 1938, mas que o jornalista ainda usava o duplo L “por questão de gôsto, comodidade ou tradição”. Eros de Moura rebate as investidas de Callado de que a carta e outras provas contra os chineses eram forjadas. E em tom laborioso declara que “[i]nstaurado o inquérito, iniciei a coleta de provas e

³⁷² O nome verdadeiro do sargento é Antônio de Prestes Paula. O fato de o nome estar grafado de forma errada fez com que o sargento fosse retirado do julgamento.

³⁷³ CHINESES agitavam Gramática escrevendo elefante com ph. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1964. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/55596>. Acesso em: 6 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

³⁷⁴ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. *Brasil Nunca Mais*, 1964, p. 783-787. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.br/DocReader/BIB_01/4740>. Acesso em: 6 mai. 2019.

³⁷⁵ CARTA ao leitor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1964. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/56001>. Acesso em 6 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

desenvolvimento de investigações. Durante alguns dias, varando madrugadas, estudei um por um, vários documentos encontrados em poder dos chineses”. Ao finalizar a carta, o delegado “sugeria” ao jornalista que este um dia fosse à China, como anticomunista, e lá chegando tentasse subverter o governo, incitando os chineses a mudar a ordem política, e “que me conte depois, se puder, o que lhe aconteceu”, deixando dito nas entrelinhas que foi isso que os chineses fizeram, vieram ao Brasil para mudar a forma de governo.

Ainda em maio de 1964, os chineses passaram a ser defendidos por Heráclito Fontoura Sobral Pinto, um dos maiores juristas do Brasil, descrito por Thomas Skidmore como o “maior aliado das vítimas da repressão”.³⁷⁶ Sobral Pinto já tinha uma trajetória muito conhecida e respeitada no Brasil quando aceitou fazer a defesa dos chineses, sem cobrar nada. Nos autos de defesa, apresentado por Sobral Pinto, em 10 de dezembro de 1964, a descoberta dessas provas foram profundamente questionadas.

No dia 29 de maio de 1964, os nove chineses redigiram uma carta endereçada ao Ministro das Relações Exteriores. Na carta, os chineses alegam ter entrado no Brasil com vistos expedidos pelo MRE, com objetivo de promover o intercâmbio comercial entre o Brasil e a China, exercer atividades jornalísticas e organizar uma exposição econômica e comercial. A carta tinha como objetivo narrar ao ministro as torturas e maus-tratos que os chineses vinham sofrendo:

As atuais autoridades brasileiras podem concordar ou não em desenvolver relações amigas e comerciais com a República Popular da China, e consentir ou não a permanência continua de dois correspondentes chineses no Brasil, mas, não tem absolutamente, motivo algum de permitir autoridades concernentes a praticar prisão ilegal, detenção e interrogatório segredos [sic] contra nós, 9 cidadãos chineses e, muito menos, a espancar 4 de nós – são eles: Wang Wei-Chen, Chu Ching-tung, Su Tse-ping e Ma Yao-tseng - duas vezes, sendo que a segunda vez eles sofreram o espancamento com corpo nu e mais tarde, Sung Kuei-pao e Wang Wei-chen foram espancados mais uma vez. Tudo isso são atos extremamente desumanos.³⁷⁷

Cabe ressaltar que, cerca de um mês antes, os chineses haviam recebido a visita do embaixador paquistanês no Brasil, do representante da Cruz Vermelha no Brasil e do presidente da OAB, que atestaram que os chineses estavam em boas condições e não havia indícios de maus-tratos. Essa posição de que os chineses não haviam sido torturados e/ou maltratados foi amplamente defendida pelo governo brasileiro enquanto os chineses estiveram presos. Os

³⁷⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 262.

³⁷⁷ YAO-TING, Wang et al. **Carta dos nove chineses detidos para o Ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha**. Rio de Janeiro, 29 mai. 1964, p. 2-3. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

chineses voltaram a repetir, em outras ocasiões, que foram espancados ainda no apartamento, no dia da prisão e enquanto estavam presos.

No decorrer da carta, os chineses elaboram quatro itens de protesto: 1) contra a prisão ilegal e detenção sem prazo; 2) protesto contra as torturas e maus-tratos; 3) protesto contra a perseguição realizada pelas autoridades brasileiras, que, segundo os chineses, estariam atuando em conluio com elementos de Chiang Kai-shek; e 4) protestos contra as provas falsificadas e contra a intenção de serem julgados pelo Tribunal Militar. A carta é encerrada com apelo ao Ministro Vasco Leitão da Cunha:

Pedimos às autoridades pertinentes brasileiras que respeitem os princípios do Direito Internacional, parem, desde já, de nos perseguir, garantam absolutamente a nossa segurança pessoal e justos direitos do Homem, ponham-nos todos, imediatamente, em liberdade, devolvam-nos os nossos passaportes e todos os documentos, bens e objetos, para que, com a ajuda da Embaixada da Indonésia no Brasil, que foi incumbida pelo Governo da República Popular da China de cuidar do nosso interesse, possamos, ao máximo breve, regressar à nossa Pátria e reunir-mos com os nossos familiares.³⁷⁸

Sem obterem qualquer resposta do Ministério das Relações Exteriores, os chineses pretendiam iniciar uma greve de fome. Durante o período em que estiveram detidos, os chineses realizaram duas greves de fome. A primeira foi feita logo no início da detenção, no dia 4 de abril e durou três dias. Essa greve começou quando um general anunciou que os chineses seriam enviados no dia 6 de abril para Taiwan.³⁷⁹ A greve terminou quando foi anunciado publicamente que os chineses não seriam enviados para Taiwan. A segunda greve de fome durou do dia 13 de novembro ao dia 16. Essa greve decorreu da separação dos presos que aconteceu, conforme dito anteriormente, no dia 11 de novembro. Para acabar com a greve, o advogado Heráclito Sobral Pinto se comprometeu a fazer protestos junto às autoridades e mobilizar os meios de comunicação. A greve de fome não deu resultados positivos e os nove chineses ficaram separados até o momento que foram expulsos do Brasil.

Durante o período em que ficaram detidos no Brasil, as esposas de alguns dos chineses puderam visitá-los, em duas ocasiões. O Auxiliar do Chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos, Guido Fernando Silva Soares, redigiu um relatório sobre o período em que aconteceram as primeiras visitas. De acordo com o relatório, o primeiro grupo de visita era composto por esposas de três chineses, acompanhadas pelo representante da Sociedade Chinesa

³⁷⁸ YAO-TING, Wang et al. **Carta dos nove chineses detidos para o Ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha**. Rio de Janeiro, 29 mai. 1964, p. 4-5. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

³⁷⁹ GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 99.

da Cruz Vermelha, senhor Yi Chengsin. Os chineses chegaram ao Brasil em 24 de agosto de 1964, dia em que foi realizada a primeira visita. As visitas eram acompanhadas por Eric Haegler, representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Guido Fernando Silva Soares, representante do Departamento de Assuntos Jurídicos, e autoridades do Exército. Foram realizadas, no total, 10 visitas, sendo 8 delas feitas individualmente entre os casais e 2 delas feitas em conjunto com os outros 6 presos. As visitas aconteceram entre os dias 24 de agosto e 8 de setembro, dia em que os chineses partiram do Aeroporto do Galeão com destino a Genebra. Guido Soares conclui o relatório da seguinte maneira:

132. [...] pode dizer-se que as visitas tiveram os resultados queridos: deixar às claras, tanto em relação à Cruz Vermelha Chinesa quanto à Cruz Vermelha Internacional, que o tratamento dos detidos é, no Brasil, conforme as regras de qualquer país civilizado do mundo, o que vem a desmentir, de frente, os boatos tendenciosos e distorsivos da imprensa internacional.³⁸⁰

Guido Soares ainda ressalta que a neutralização das notícias “falaciosas” poderiam, de alguma maneira, acarretar resultados positivos para as relações internacionais do Brasil, uma vez que os próprios representantes da Cruz Vermelha atestaram as boas condições em que se encontravam os presos chineses.

O segundo grupo chegou para visitar os chineses no dia 29 de janeiro de 1965. Eram as esposas de quatro prisioneiros, Wang Min, representante da Sociedade Chinesa da Cruz Vermelha, e um intérprete. Guido Soares também redigiu um relatório sobre as visitas. Foram um total de onze visitas, na totalidade das quais estavam presentes Eric Haegler, representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, e o próprio Guido Soares, como representante do Itamaraty. Das onze visitas, os senhores Wang Min e o intérprete só participaram de cinco. Isso se deveu ao acontecido na terceira visita, realizada no dia 4 de fevereiro, quando Wang Min fez um discurso que não agradou as autoridades presentes. Em um dos trechos do discurso, que depois de ser traduzido³⁸¹ foi enviado ao Itamaraty, Wang Min afirmava que o tratamento dispensado aos chineses detidos era injusto e ilegal, por estes serem inocentes. Dado o tom político do discurso e das acusações proferidas por Wang Min, ele e o intérprete foram impedidos de participar das demais visitas. Guido Soares finaliza o relatório buscando mostrar a benevolência do governo brasileiro, conforme segue:

³⁸⁰ SOARES, Guido Fernando Silva. **Visita de 3 senhoras chinesas que, acompanhadas de um representante da Cruz Vermelha chinesa vieram ver seus maridos, presos e à disposição da Justiça Militar**. Rio de Janeiro, 14 set. 1964, p.21. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

³⁸¹ As visitas eram gravadas e depois enviadas para um tradutor indicado pelo DOPS para que fosse feita a tradução.

61. De seis visitas previstas, foram realizadas onze, a fim de atender ao pedido do representante da Cruz Vermelha Chinesa. Da duração de meia hora, estendeu-se o prazo para uma hora inteira, igualmente para acceder [sic] a pedido daquela pessoa. E de tudo isso foi informado o Senhor Wang Min, que o que se fazia era por liberalidade, e em atenção à Cruz Vermelha, cujas finalidades o Brasil muito respeitara.³⁸²

O segundo grupo que viera visitar os presos chineses deixou o Brasil em 12 fevereiro de 1965. O Itamaraty havia concedido visto de mais quinze dias para as esposas dos chineses detidos, mas o mesmo não foi concedido ao intérprete nem à Wang Min. As quatro chinesas optaram por não permanecer no Brasil sem a presença do intérprete e do representante da Sociedade Chinesa da Cruz Vermelha.

3.3 A DENÚNCIA, O JULGAMENTO E A EXPULSÃO

A denúncia contra os nove chineses foi apresentada no dia 19 de agosto de 1964, pelo promotor militar Rubens Pinheiro de Barros. Além dos nove chineses, os brasileiros citados na carta em chinês (João Amazonas, Lincoln Cordeiro Oest, Maurício Grabois, Antônio Garcia Filho, Max José da Costa Santos e Antônio Prestes de Paula) foram acusados e também Adão Pereira Nunes, Amarílio Vasconcelos e Raquel Cossoy, como vimos anteriormente.

Com relação aos jornalistas Wang Wei-Chen e Chu Ching-Tung, o promotor apontava que vieram com a tarefa de incrementar a cultura entre o Brasil e a China e atuaram, “aparentemente”, como tais, transmitindo e recebendo notícias da China. “Entretanto”, ressalta o promotor, “a finalidade precípua era a de fomentar o comunismo chinês [sic] no Brasil”. O promotor apontava também que, durante o período em que os jornalistas atuaram como tais, enviavam para China notícias relacionadas “às atividades comunistas locais, às agitações das mesmas, às deficiências brasileiras, aos antagonismos classistas, aos aspectos da miséria e à tendência governamental, de então, para aceitar em futuro próximo, as relações diplomáticas com a China Comunista”.³⁸³ Sobre o segundo grupo, do qual fazia parte Hou Fa-Tseng, Wang Chih, Su Tzu-Ping e Chang Pao-Sheng, que vieram para montar a exposição de produtos chineses, o promotor alegava:

Embora tenham os seus componentes procurado mostrar trabalho para a realização da mencionada exposição, no entanto, o que de mais eficiente realizaram foi aprofundarem-se na doutrinação comunista, para a obtenção do mesmo fim, isto é, a

³⁸² SOARES Guido Fernando Silva. **Visita de 4 senhoras chinesas acompanhadas de um representante da Sociedade chinesa da Cruz Vermelha e um intérprete**. Rio de Janeiro, 8 mar. 1965, p. 17. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

³⁸³ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 2-3. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/3959>. Acesso em: 6 mai. 2019.

mudança do regime, com a ajuda de seu país, então iniciada pelos representantes da Agência Nova China, constituindo o primeiro grupo, e a eles se unindo.³⁸⁴

O último grupo, liderado por Wang Yao-Ting, chegou no Brasil em janeiro de 1964, junto com Ma Yao-Tseng e Sung Kuei-Pao. Segundo o promotor, este grupo teria vindo com o pretexto de estabelecer a troca de produtos brasileiros e chineses, mas em relação a isso nada teriam feito de efetivo, pois o objetivo real desses “espiões” era “prosseguir com os seus companheiros, na tentativa de implementar o comunismo no Brasil, e, em consequência, a mudança do regime, com a ajuda evidente de seu país”. O promotor continua:

Na realidade, se verifica dos autos do IPM que os indiciados chineses [sic] realizaram diversas reuniões fechadas com membros comunistas e entre si, numa demonstração evidente de que mantinham um serviço secreto destinado à espionagem, o que vem provar perfeitamente, que as suas atividades no Brasil, não se limitaram, apenas, às missões que traziam como escudo, mas, também, às fundamentais de conseguirem com auxílio de comunistas brasileiros, os demais denunciados, campo propício para uma futura revolução[...].³⁸⁵

As alegações do promotor Rubens Pinheiro de Barros endossavam a justificativa, muito defendida ainda hoje, de que o golpe civil-militar foi necessário para impedir que os comunistas assumissem o governo. Na verdade, o processo contra os chineses foi um ótimo exemplo, amplamente divulgado pela imprensa, de que havia uma conspiração comunista para tomar o controle do país. As alegações do promotor de que os chineses realizavam reuniões fechadas com comunistas brasileiros “numa demonstração evidente de que mantinham um serviço secreto destinado à espionagem”, nada têm de fora do comum. Os chineses vinham de um país governado por um partido comunista, ora, não poderia haver nada mais natural do que se encontrarem com militantes do partido comunista no Brasil. E atuando o Partido Comunista do Brasil na ilegalidade, também era natural que os encontros entre os chineses e os militantes do PCdoB fossem “reuniões fechadas”. Estranho seria se os chineses não se encontrassem com os membros do PCdoB.

O promotor citou então as inúmeras provas contra os chineses, dos livros e folhetos de divulgação, até a carta e a arma de fogo encontradas no carro de Wang Wei-Chen, à qual o promotor se referiu como tendo “nítidas características de arma terrorista”. A denúncia enquadrava os chineses como tendo infringido os artigos 2º, inciso III e artigo 25º da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, na qual lê-se:

³⁸⁴ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 2-3. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/3959>. Acesso em: 6 mai. 2019.

³⁸⁵ Ibidem, p. 3-4. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/3960>.

Art. 1º São crimes contra o Estado e a sua ordem política e social os definidos e punidos nos artigos desta lei, a saber:

Art. 2º Tentar:

[...]

III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;

Art. 25. Promover ou manter, no território nacional, serviço secreto destinado à espionagem.³⁸⁶

Como testemunhas no processo, foram indicadas Hermínia Maria de Sena, doméstica, que também foi presa no dia 3 de abril, e ficou nas dependências do DOPS por 21 dias; Pedro Maria da Conceição, porteiro e Anésio Castro, administrador do prédio onde viviam os jornalistas Wang Wei-Chen e Chu Ching-Tung; Theodore D. Wu, tradutor da China nacionalista; José Luiz de Souza Filho, comerciante; e Daysi Santos de Carvalho Rêgo, vizinha dos chineses que moravam na rua Almirante Tamandaré, nº 53. O delegado Eros de Moura Estevão era indicado como informante.

A fase de instrução, quando as testemunhas foram ouvidas, teve início em 12 de outubro de 1964. Logo no início da audiência, o juiz-auditor Lima Torres pediu a palavra para:

lançar seu formal protesto contra certas entrevistas do Dr. SOBRAL PINTO sobre o caso dos chineses, em os [sic] quais vem procurando criticar atos da Promotoria, bem assim desrespeitar a Justiça Militar, quando, no *Jornal do Brasil* do dia onze do corrente,³⁸⁷ declarou que “as testemunhas de acusação arroladas pelo Promotor não passam de fantasia”, e que os chineses estavam sendo vítimas de “uma farsa de violência e de perseguições”. Disse [...] que o Dr. SOBRAL PINTO devia limitar-se a fazer a defesa de seus constituintes aqui na Justiça Militar e não utilizar-se [sic] da imprensa para esse fim, mormente quando o processo se encontra em andamento nesta Auditoria.³⁸⁸

A Promotoria parecia querer para si o monopólio do uso da imprensa, visto que desde que os chineses foram presos, em abril, os detalhes do processo foram amplamente divulgados, inclusive antes de serem juntados ao processo, como foi o caso da descoberta da carta em chinês e da pistola, em maio de 1964. Sobral Pinto rebateu “com energia e veemência” a alegação da promotoria, negando ter dado uma entrevista para o *Jornal do Brasil*, que havia falado pelo telefone com um repórter, a quem teria dito que era uma farsa o que alegavam contra os chineses. Logo na sequência, Sobral Pinto apresentou um requerimento alegando

³⁸⁶ BRASIL. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Rio de Janeiro, DF, 5 jan. 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1802.htm>. Acesso em: 6 mai. 2019.

³⁸⁷ SUMÁRIO dos chineses será iniciado amanhã. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1964. p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/59313>. Acesso em: 6 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

³⁸⁸ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 777. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.br/DocReader/BIB_01/4734>. Acesso em: 6 mai. 2019.

incompatibilidade do tradutor Theodore D. Wu, arrolado como testemunha, e que este havia atuado como tradutor em todas as fases do processo e havia sido responsável por fazer a tradução da carta encontrada dentro da lanterna. Segundo Sobral Pinto, Theodore D. Wu não poderia atuar como tradutor pois, sendo da China Nacionalista, ele não preencheria “as condições de isenção, insuspeição e serenidade que são exigidas daqueles que são chamados a desempenhar a função de auxiliares da Justiça”.³⁸⁹ Assim, no requerimento, o advogado dos chineses pedia que Theodore D. Wu fosse excluído do rol de testemunhas. O requerimento de Sobral Pinto foi indeferido, o Promotor declarou que Theodore D. Wu era de inteira confiança da Promotoria e que poderia continuar com a sua dupla função, de testemunha e tradutor no processo contra os chineses.³⁹⁰

As seis testemunhas de acusação foram ouvidas, inclusive o tradutor Theodore D. Wu. O primeiro a testemunhar foi o administrador do prédio onde moravam os jornalistas, Anésio Castro, que disse em seu depoimento, entre outras coisas, “que jamais qualquer chinês [sic] manifestou em conversa com o depoente qualquer intenção ou propósito de fazer ou de tomar parte em revolução ou que mantivesse serviço secreto de espionagem”.³⁹¹ Além disso, o administrador do prédio confirmou que sabia que o apartamento dos chineses era vigiado e que se recordava do detetive Aloisio Russo, que era um dos policiais que vigiavam o apartamento, e que o detetive pedia para Anésio que colaborasse com o seu trabalho. No testemunho de Anésio, nada do que foi dito comprovava que os chineses praticavam atividades subversivas. Da mesma forma, o porteiro Pedro Maria da Conceição, o segundo a testemunhar, informou “que nunca ouviu falar que os chineses [sic] tivessem praticado qualquer ato de subversão ou revolucionário dentro ou fora do edifício”.³⁹² O terceiro a testemunhar foi o comerciante José Luiz de Souza Filho, que afirmou não saber da existência da Delegação Comercial da China e que nunca tinha tido contato com nenhum dos nove chineses. Apesar disso, o comerciante afirmou que sua opinião era:

que a delegação do Governo Chinês [sic] Comunista que veio para o Brasil não tinha na realidade os propósitos que a intitulava e ainda que não fôsse de propósito nitidamente subversivo, seriam, pelo menos propósitos de preparar e agitar o ambiente brasileiro a modificação do regime estabelecido com a predominância de sua ideologia.³⁹³

³⁸⁹ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 742. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/4699>. Acesso em: 6 mai. 2019.

³⁹⁰ Ibidem, p. 777. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4734>.

³⁹¹ Ibidem, p. 748. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/4705>.

³⁹² Ibidem, p. 750. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/4707>.

³⁹³ Ibidem, p. 752. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/4709>.

O testemunho de Hermínia Maria de Sena, empregada que trabalhava no apartamento dos jornalistas, corroborava o que havia dito o administrador do prédio, bem como o porteiro, “que jamais viu qualquer ato dos chineses que tivessem praticado e que pudesse ser entendido como preparação de uma revolução ou espionagem”.³⁹⁴ A quinta testemunha foi Daisy Santos de Carvalho Rego, vizinha dos chineses que moravam na rua Almirante Tamandaré, seguiu na mesma linha dos demais que conviviam com os chineses, dizendo que nunca percebeu nada de suspeito nos chineses e que, na verdade, nunca tinha ouvido falar nos chineses antes de eles serem presos, e “pode afirmar que eram eles excelentes vizinhos”.³⁹⁵

O último a ser ouvido foi o chinês Theodore D. Wu, registrado como testemunha informante. Durante seu testemunho, duas perguntas feitas pelos advogados de defesa foram indeferidas, sendo elas: “se a testemunha [...] leu na imprensa que a carta [...] era de procedência duvidosa em virtude de sua redação em termos e caracteres que não mais se usavam na República Popular da China?”. Essa pergunta foi indeferida “porque não é dado perguntar a testemunha se sabe ou não as razões com as quais a defesa orienta seu trabalho”; a segunda pergunta foi “qual a forma habitual dos chineses de transcreverem os caracteres ocidentais. Pelo Conselho, por unanimidade, foi indeferida a pergunta porque a mesma submete a testemunha a exame”. Mas o fato mais intrigante do testemunho do tradutor/perito foi o seguinte: questionado sobre quando começou a colaborar com as autoridades do inquérito, disse não se recordar da data, mas teria sido “em fins de Maio ou princípios de Junho”.³⁹⁶ Disse também que a tradução foi feita por ele, mas que a acentuação de algumas palavras, o tempo verbal e a pontuação foram corrigidas pelo Major. No entanto, conforme visto anteriormente, a carta foi encontrada no interior da lanterna no dia 8 de maio e no dia seguinte o jornal *Correio da Manhã* já divulgava a carta traduzida. Ou o tradutor se equivocou na data em que começou a colaborar com o inquérito, ou não foi ele quem traduziu a carta.

Dos nove brasileiros apontados no processo como corrêus, somente o ex-sargento Antônio Prestes de Paula, defendido também por Sobral Pinto, compareceu à audiência de instrução. Os demais brasileiros não compareceram. Raquel Cossoy, Amarílio Vasconcellos, Adão Pereira Nunes e o sargento Antônio Garcia Filho, foram defendidos pelo advogado Raul Lins e Silva Filho. Lincoln Cordeiro Oest, João Amazonas e Maurício Graboís foram

³⁹⁴ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 759. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/4716>. Acesso em: 6 mai. 2019.

³⁹⁵ Ibidem, p. 761. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/4718>.

³⁹⁶ Ibidem, p. 764-765. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/4721>.

defendidos por Evaristo de Moraes Filho. Já, Max Jose da Costa Santos foi defendido por Oswaldo Mendonça.³⁹⁷

Ao longo dos meses de outubro e novembro, os chineses foram interrogados. Terminados os interrogatórios, no dia primeiro de dezembro, o promotor Rubens Pinheiro de Barros deu o parecer de acusação,³⁹⁸ resumido em uma lauda e meia, de teor muito semelhante à denúncia apresentada no dia 19 de agosto. No parecer, os chineses eram acusados de tentar subverter a ordem política do país e alegava-se haver provas suficientes para provar que eles agiram como espões.

No dia 10 de dezembro de 1964, os advogados de defesa apresentaram suas alegações finais. Sobral Pinto entregou um documento com pouco mais de 50 páginas, contendo 182 tópicos. Logo no início da alegação, Sobral Pinto declara:

Nesses autos não se processa a pessoa dos Defendentes. O processo, em realidade, passando por cima da pessoa de cada um dos 9 cidadãos da República Popular da China, vai atingir, efetivamente, o ex-presidente da República, Dr. João Goulart e o Governo de Pekim, que com ele mantivera relações de amizade, tendo em vista o estabelecimento, posterior, de uma convivência internacional amistosa entre as duas Repúblicas: a do Brasil e a da China.

O que se pretendeu alcançar, verdadeiramente, com o inquérito policial, primeiramente, e, logo depois com o inquérito policial-militar instaurado contra os Defendentes, foi apregoar, por toda a parte e em todos os tons, que o Brasil se tornara a presa fácil do comunismo internacional, de que a China Comunista é, presentemente, umas das expressões mais autênticas, e que encontrara, nos atos governamentais do Sr. João Goulart, um dos aliados mais eficientes.³⁹⁹

Sobral Pinto resume de forma brilhante a conjuntura pré e pós golpe. O temor de que o Brasil seria acometido por uma revolução comunista, estimulada pela China. A alegação, que de modo algum se mostra sucinta, como descreve Sobral Pinto, é uma minuciosa análise das relações sino-brasileiras, desde junho de 1959, quando ocorreu a vinda de uma delegação de jornalistas chineses para o Brasil, percorrendo a Missão Comercial do Brasil à China, liderada por João Goulart, em agosto de 1961, até a vinda dos chineses. Sobral Pinto, atento a todos os detalhes, usou as primeiras 20 páginas do documento para apresentar essa análise, que ele encerra da seguinte forma: “[t]erminada, pela maneira acima desenvolvida, a exposição dos fatos do processo, urge, agora, apontar com precisão, as verdadeiras razões da suspeita em que se viram envolvidos os ora Defendentes”.⁴⁰⁰ As alegações iniciais davam conta do *Aide-mémoire* (citado na página 102), no qual o embaixador de Taiwan deu ao Itamaraty instruções

³⁹⁷ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 769-776. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4726>. Acesso em: 6 mai. 2019.

³⁹⁸ Ibidem, p. 1568. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5525>.

³⁹⁹ Ibidem, p. 1595-1596. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/5552>.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 1614. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/5571>.

de como lidar com os jornalistas chineses, numa atitude encarada do MRE como afrontosa. Sobral Pinto reforçava que os chineses foram mantidos sob vigilância desde que chegaram ao Brasil.

Com relação às traduções feitas do diário Wang Chih, Sobral Pinto destaca:

- 94 - Como VV. Exas vão verificar o "Diário" de Wang Chin, [...] recebeu uma tradução que parece datar dos primeiros dias de maio do corrente ano [...]
- 95 - Nessa tradução, as notas 7.2.64 [...], foram assim redigidas:
 "1) De manhã tivemos uma reunião secreta dos membros comunistas, das Ligas Camponezas [sic] falaram então a respeito. Os jornalistas colecionaram as informações. [...]
- 96 - Esta tradução é literalmente forjada, para dar impressão de que os Defendentes eram conspiradores vulgares, estando para prepararem uma subversão;
- 97 - É mister clamar, em altas vozes, que a tradução, feita pelo tradutor de confiança de VV. Exas, Srs. Juízes, é a seguinte:
 "(7 de fevereiro) 1 - De manhã reunião de pequeno grupo. O repórter do Jornal da Liga Camponeza [sic] veio para trocar ideias [...]."⁴⁰¹

Sobral Pinto ainda cita mais um caso de tradução “equivocada”. Com relação à carta escrita em Berna, na Suíça, Sobral Pinto argumenta:

- 137 - Para argumentar, os Defendentes vão admitir que tal carta tenha sido escrita por um cidadão da República Popular da China e tenha chegado às mãos do Defendente, Wang Wei Chen;
- 138 - Ela demonstra, em si e por si, que o destinatário praticou algum ato, que possa ser considerado fato ou atos que visam modificar a ordem política e social do Brasil, estabelecida na Constituição de 1946?
- 139 - Mais ainda: há nela qualquer referência, direta ou indireta, à pessoa dos 8 restantes cidadãos da República Popular da china, que estão nesse processo?⁴⁰²

O questionamento do advogado é que, se as respostas à essas indagações fossem negativas, apelava-se ao bom senso equilibrado e a serenidade respeitável “dos preceitos intransponíveis da Justiça isenta e imparcial” em considerar que tal carta não servia para provar que os nove chineses eram, portanto, espiões buscando subverter a ordem política do país. Outro fato contestado por Sobral Pinto, ainda com relação à carta, dizia respeito ao sargento Antônio Prestes de Paula, citado na carta como Paulo Prestes. O sargento Prestes de Paula liderava um levante de cerca de 650 sargentos, em setembro de 1963, contrários à decisão do Supremo Tribunal Federal em manter a inelegibilidade dos sargentos para o Poder Legislativo.⁴⁰³ A carta fora supostamente escrita em março de 1963, logo o levante dos sargentos ainda não tinha

⁴⁰¹ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 1626. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/5583>. Acesso em: 6 mai. 2019.

⁴⁰² Ibidem, p. 1638. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/5595>.

⁴⁰³ LAMARÃO, Sérgio. Revolta dos Sargentos. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-dos-sargentos>>. Acesso em: 6 mai. 2019.

acontecido e as preocupações políticas do sargento ainda não eram conhecidas por seus semelhantes.

147 - Como seria possível, então, que um chinês, cuja identidade ninguém até hoje estabeleceu, e cuja passagem pelo Brasil é um mistério, que não foi desvendado por nenhuma autoridade brasileira, estivesse em condições de saber que existia, no território brasileiro e apto para trabalhar em favor da revolução comunista, um militar modesto e simples que os seus próprios amigos ignoravam que tivesse pendores políticos?⁴⁰⁴

E para encerrar sua objeção com relação à carta, Sobral Pinto cita o Auto de apresentação e apreensão, em que consta que a referida carta fora apreendida no dia 3 de abril,⁴⁰⁵ junto com a “arma terrorista”. Como é sabido, tais provas só foram encontradas no carro de Wang Wei-Chen, no dia 8 de maio. Além disso, o advogado argumenta que se a arma realmente fosse de Wang Wei-Chen, isso deveria ser considerado uma contravenção pelo fato de ele possuir arma de defesa pessoal sem a licença necessária. Isso não poderia ser considerado uma prova de que ele, ou pior, os nove chineses, eram de fato espões. Já na parte final da alegação, Sobral Pinto afirma:

166 - Finalmente, não existe nestes autos nem nos Anexos, qualquer prova documental, testemunhal ou circunstancial que permita a quem quer que seja afirmar que os Defendentes se serviram, para receber ou transmitir notícias, dessa Estação Receptora, que a eles não pertencia, que não foi por eles montada e que não recebeu deles, em momento algum, a menor subvenção.⁴⁰⁶

Com mais algumas indagações, Sobral Pinto finaliza questionando: de que forma uma carta endereçada a um dos chineses pode provar que os demais eram espões? Como os chineses iam iniciar um processo revolucionário para implementação do comunismo, portando uma só arma? Para Sobral Pinto, as acusações eram “vagas, abstratas e genéricas” e, com base nas alegações, impunha-se a absolvição dos acusados, “em nome da serena e imparcial justiça”.⁴⁰⁷

No mesmo dia, 10 de dezembro, o advogado Raul Lins e Silva Filho apresentou também os autos em defesa de Adão Pereira Nunes e Antônio Garcia Filho. O documento com 20 páginas declarava que os acusados eram inocentes de todas as acusações e que tinham esperança de que os juízes iriam decidir, baseados nas provas, “com isenção, com dignidade,

⁴⁰⁴ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 1639. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/5596>. Acesso em: 6 mai. 2019.

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 495. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/4452>.

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 1642. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/5599>.

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 1645. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/5602>.

com a lei e, sobretudo, com JUSTIÇA”.⁴⁰⁸ Apresentados os autos de defesa, só restava aguardar o julgamento, que havia sido marcado para o dia 21 de dezembro de 1964.

Tão logo a data do julgamento dos nove chineses foi divulgada, advogados de variadas partes do mundo se organizaram para vir ao Brasil, para acompanhar o julgamento na condição de observadores. Em telegrama enviado para o Departamento Consular e de Imigração, no dia 10 de dezembro de 1964, o Chefe de Divisão Jurídica, Roque da Motta informou que recebeu de Londres a informação de que um grupo de advogados, proveniente de sete nacionalidades diferentes, intitulado “Grupo Internacional de Advogados”, solicitava vistos para vir ao Brasil acompanhar o julgamento. Roque da Motta argumentava que seria aconselhável permitir a vinda do grupo de advogados, “o Govêrno daria assim uma prova, aos olhos do mundo, de que a Justiça funciona no país e é assegurada a todos, sem distinção, o direito de defesa”.⁴⁰⁹ No dia 12 de dezembro de 1964, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores enviou um telegrama para as Missões Diplomáticas, com a seguinte mensagem:

Recomendo recusar qualquer espécie de visto aos senhores Nagano Kunisuke, do Japão, Takuro Watanabe, do Japão, D. N. Pritt da Grã-Bretanha, Suprpto, da Indonésia, Robert Hamaide, da Bélgica, Germain Senechal, da França, Fakhruddin G. Ebrahim, do Paquistão, Fuad Toun, da Argentina, Pierre Cot, nacionalidade ignorada e Jean Deguent da Bélgica, membros de um grupo internacional de advogados que deseja vir ao Brasil com a intenção de acompanhar o próximo julgamento dos nove cidadãos chineses [...]. As citadas pessoas estão filiadas à Associação Internacional de Juristas Democráticos, da orientação pró-comunista. Rogo transmitir imediatamente aos Consulados de Carreira nesse país.

Em resposta, o Departamento Consular e de Imigração, decidiu não conceder visto para qualquer membro do Grupo Internacional de Advogados.

Nesse ínterim, a imprensa brasileira já publicava notícias em que se falava que a presidência da República iria conceder o indulto aos chineses, mas que esse indulto só poderia ser concedido após o julgamento. O *Jornal do Brasil* ia mais longe, e no dia 20 de novembro, publicou uma notícia que causaria um certo estardalhaço, não só no Brasil, mas na comunidade internacional, que acompanhava atenta o processo contra os chineses. A manchete da notícia dizia que o governo estaria disposto a soltar os chineses por falta de provas.

Diante da inconsistência das provas até agora levantadas contra os nove chineses pela Polícia da Guanabara, como espíões da China e assim processados, o Govêrno Federal, na pessoa do próprio Ministro Milton Campos e do Presidente da República, chegou à conclusão no estudo do problema criado – conforme informou fonte digna de crédito – de que os acusados devem ser soltos e em seguida expulsos do País.

⁴⁰⁸ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 1594. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5551>. Acesso em: 6 mai. 2019.

⁴⁰⁹ MOTTA, Roque da. **Prisão de chineses no Brasil. Vistos para Grupo Internacional de Advogados**. Rio de Janeiro, 10 dez. 1964. Seção de Correspondência Especial. Memoranda Confidencial. Ano: 1964 (B).

Esta posição, segundo esclareceu a fonte, não significa o reconhecimento da inocência dos nove chineses, por parte do Sr. Milton Campos e do Presidente da República, mas foi a maneira prática de as autoridades solucionarem um problema que já comprometia o prestígio internacional do Brasil.⁴¹⁰

O jornal *Diário de Notícias* publicaria no dia seguinte uma notícia informando que as autoridades relacionadas ao inquérito contra os chineses comentavam com reservas a expulsão destes, mas que isso só poderia acontecer após o julgamento. “A 2ª Auditoria de Guerra garante não passarem de boatos as afirmativas de que o ministro Milton Campos já teria, inclusive, redigido o ato de expulsão”.⁴¹¹ Boato ou não, decorrido o julgamento, foi exatamente isso o que aconteceu, os chineses foram realmente expulsos do país.

O julgamento do caso começou no dia 21 de dezembro de 1964, mas sem esperanças de conseguir a liberdade dos chineses. O julgamento foi acompanhado por juristas de várias partes do mundo. Sobre tal aspecto do julgamento, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, noticiava no dia 22 de dezembro:

[A]conteceu o que nunca ainda acontecera no Brasil – comissões de juristas estrangeiros assistem ao processo para observar o funcionamento da justiça militar brasileira, assim como juristas estrangeiros assistiram a processos políticos na Rússia czarista ou em países coloniais despoticamente governados. Sentimos vergonha como se a culpa fôsse nossa. Mas não é nossa. Não podemos concordar com as palavras do presidente Castelo Branco, sobre o govêrno e o povo, na Assembléia da Guanabara: não, o povo brasileiro não mereceu êste govêrno.⁴¹²

O julgamento foi iniciado pontualmente às 13 horas, estando lotadas as dependências da 2ª Auditoria de Guerra, opondo de um lado os advogados de defesa, capitaneados por Sobral Pinto, e do outro o promotor Rubens Pinheiro de Barros, o Conselho permanente de Justiça, presidido pelo coronel Arildo Brasil, comandante do Forte de Copacabana, tendo como juízes o auditor Lima Torres e os capitães Flavio Junqueira, Ari Faria Matos e Gustavo Brandão Maia. O juiz Lima Torres leu a denúncia apresentada pelo promotor e, posteriormente, atendendo à solicitação da defesa, o escrivão leu três cartas escritas pelos chineses, em que eles relatavam que vieram ao Brasil com o objetivo de fazer comércio e relatavam também os espancamentos e torturas que sofreram no DOPS. Terminada a leitura das cartas, o juiz Lima Torres passou a palavra para o promotor Rubens Pinheiro de Barros, que falou durante 3 horas mantendo as

⁴¹⁰ GOVÊRNO disposto a soltar por ausência de provas e expulsar os nove chineses. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1964, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/61116>. Acesso em: 6 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

⁴¹¹ AUDITORIA Afirmar: Julgamento Até o Fim Para Chineses. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1964, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/43841>. Acesso em: 6 mai. 2019.

⁴¹² LEGALIDADE usurpada - Governo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1964, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/58852>. Acesso em: 24 jun. 2018.

acusações de que os chineses estavam tentando implantar no Brasil o comunismo chinês. O promotor fez referência à carta escrita pelo “camarada Chen” e ao vasto material de propaganda subversiva encontrado com os chineses. Terminada a leitura dos autos de acusação, o promotor pediu que os acusados recebessem a pena mínima nos artigos em que eram enquadrados, sendo 15 anos de detenção para o crime de subversão e 8 anos para o crime de espionagem.⁴¹³ O promotor excluiu do processo o sargento Prestes de Paula por falta de provas.⁴¹⁴

A defesa começou pelo advogado Oswaldo Mendonça, que defendia Max da Costa Santos, o qual afirmou não haver no processo provas da participação de Max da Costa em atos de subversão ou espionagem. Segundo Oswaldo Mendonça, não havia vinculação de Max Costa com os chineses. Na sequência, foi a vez de Evaristo de Moraes falar em defesa de Lincoln Cordeiro Oest, João Amazonas e Maurício Grabois. Evaristo afirmou: “A lei que nos ampara é a lei que ampara esses acusados. A honra do Govêrno de das Forças Armadas está empenhada na condenação dêstes homens. A honra do povo brasileiro espera absolvição porque não existem provas que os condenem”.⁴¹⁵ O advogado Wilson Lopes de Souza defendeu Raquel Cossoy e Amarílio Vasconcellos e falou da natureza política do processo, alegando que Raquel Cossoy foi envolvida no processo por ter sido a taquígrafa da Assembleia Legislativa encarregada do inquérito da matança dos mendigos. Já, com relação a Amarílio Vasconcellos, lembrou que a ideologia comunista por si só não era um crime, não lhe podendo ser imputado crime algum. O advogado lembrou ainda que “Amarílio Vasoncelos já recebeu elogios do marechal Castelo Branco quando no tempo de vereador, lutou por vagas para os ex-combatentes, bem como de outras autoridades militares, mesmo sabendo que se tratava de um membro do Partido Comunista”.⁴¹⁶ Sobral Pinto, o último advogado a falar, começou a sua defesa às 23h45.

Disse que confia na isenção do conselho da 2ª Auditoria e qualificou os autos como um “amontoado de papeis”, que não trazia nenhuma prova de que os chineses tinham intenção de, ao lado dos outros réus, instituir um regime comunista no país. E fulminou: “Nunca vi uma acusação tão irracional em meus cinquenta anos de profissão. As ‘evidências’ colocadas por Vossa Excelência [o promotor Rubens Pinheiro de Barros] contra os nove chineses são a coisa mais vergonhosa que eu já vi na minha vida”.⁴¹⁷

⁴¹³ SORTE dos Chineses é Decidida ao Raia do Dia. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 22 dez. 1964. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/44789>. Acesso em: 7 mai. 2019.

⁴¹⁴ PROMOTOR pede a condenação dos chineses e livra sargento. **Jornal do Brasil**, 22 dez. 1964. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/62525>. Acesso em: 7 mai. 2019.

⁴¹⁵ PROMOTOR diz que os 9 chineses eram espões. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 dez. 1964. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/58849>. Acesso em: 7 mai. 2019.

⁴¹⁶ SORTE... op. cit. p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/44796>.

⁴¹⁷ GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 162.

Terminada a sustentação de Sobral Pinto, os juízes se retiraram da sala de audiência e, por três horas, discutiram a sentença. Após 15 horas e meia de julgamento, às 6h30 do dia 22 de dezembro de 1964 a sentença foi finalmente anunciada, mantendo o discurso de que o Brasil estava a ponto de sofrer uma revolução comunista:

A prova dos autos é maciça e tranquila para demonstrar as atividades subversivas dos RR, chineses e alguns brasileiros.
Mais tranquila, no entanto, é a convicção de toda a gente do ambiente brasileiro, ao tempo em que se desenrolaram os fatos. A subversão, então, era total e o governo preparava escancaradamente a cubanização do país.
As mais espúrias e desprezíveis organizações estavam mobilizadas para realizar a sinistra tentativa de subversão da nossa democracia cristã e liberal e substituí-la pelo comunismo materialista e totalitário.
Qualquer pretexto servia para a criação [sic] de uma nova frente que pudesse distrair a atenção dos democratas, dividindo-os em torno da discussão, de temas, muitas vezes, na aparência, do interesse nacional.
Estávamos, afinal, inteiramente envolvidos pela ação revolucionária comunista, a tal ponto que todas as etapas previstas se concretizavam com êxito e ruíam os alicerces da nossa vida democrática.⁴¹⁸

Na conclusão, os juízes alegaram:

Considerando que ficou provada em parte a denúncia de fls. 2;
Considerando que o crime de subversão com a tentativa de mudança da ordem política e social estabelecida na Constituição com a ajuda de potência estrangeira ou de organização de caráter internacional, ficou provado;
Considerando que dentre os RR. nenhuma prova dá de que um ou mais de um deles fossem cabeças, na prática conflituosa;
Considerando que em relação aos RR. João Amazonas de Souza Pedroso, Lincoln Cordeiro Oest, Maurício Grabois, Antônio Garcia Filho, Max José da Costa Santos e Antônio Prestes de Paula não há prova bastante nos autos em termo da imputação constante da denúncia;
Considerando tudo o mais que dos autos consta, resolve o Conselho, por maioria dos votos, julgar provada em parte a denúncia para condenar como condenado tem os [ilegível] chineses Wang Wei Chen, Chu Ching Tung, Hou Fa Tseng, Wang Chih, Su Tse Ping, Chang Pao Sheng, Wang Yao Ting, Ma Yao Tseng, Sung Kuei Pao, e os brasileiros Adão Pereira Nunes, Raquel Cossoy e Amarílio Vasconcellos, à pena de dez anos de reclusão, como incurso no artigo 2º, item III, da Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953, absolvendo, por unanimidade, os demais acusados por falta de provas.⁴¹⁹

O auditor Lima Torres votou pela absolvição de todos, alegando “que os indícios contra os acusados não são bastantes para demonstrar a caracterização de crime de subversão”.

⁴²⁰ Os demais juízes votaram pela condenação dos acusados.

⁴¹⁸ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 1658. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5615>. Acesso em: 7 mai. 2019.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 1667-1668. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5624>.

⁴²⁰ Ibidem, p. 1668. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5625>.

No dia seguinte ao julgamento, a imprensa brasileira noticiou o fato. O *Jornal do Brasil* alegava que a justiça militar “perdeu uma oportunidade excelente de liquidar o caso” logo que prenderam os chineses. “Naquela altura, a expulsão dos chineses teria sido um alívio: o Brasil estava no auge das punições políticas e, assim como procedeu em relação a tantos brasileiros, podia ter pôsto porta a fora a missão comercial de Pequim”.⁴²¹ De fato, teria sido menos caro ao Brasil ter expulsado os chineses logo que eles foram presos. Mas a ânsia em provar o complô comunista para tomar o controle do país falou mais alto e assim a “revolução” de 1964 manchou a sua reputação internacional.

A prisão dos chineses não serviu para afastar somente as relações entre o Brasil e China, ela marcou também o afastamento de Sobral Pinto da “revolução”, conforme noticiado pelo jornal *Diário de Notícias*, no dia seguinte ao julgamento: “a verdadeira farsa que se transformou o julgamento, o afastou da Revolução à qual aderira, de metralhadora em punho, à primeira hora, para defender uma democracia e uma Constituição que desrespeitadas”.⁴²² Na mesma edição, o jornal já trazia informações sobre o indulto que o presidente iria conceder aos chineses: “é quase certo que o presidente da República concederá antes do fim-do-ano, o indulto aos chineses condenados, expulsando-os logo depois, como ‘persona non grata’ ao país”. Conforme o jornal, seria desejo do governo expulsar os chineses, antes mesmo do julgamento, para “evitar polêmicas internacionais”.

No mesmo dia que receberam a sentença, os chineses escreveram uma carta destinada ao Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria, onde protestavam contra a sentença, alegando serem inocentes.

No entanto, o que causa indignação veemente e profunda é que, em face dos fatos objetivos, sólidos e evidentes, que provam a nossa inocência, e não obstante o amplo pronunciamento de pessoas justas do Brasil e de todo o mundo em salvaguarda da justiça, este Conselho chegou a fazer esta sentença injustificada, sentença esta que não só não [ilegível], como a justiça requeria, a perseguição política, cada vez mais intensificada e muitíssimo impiedosa contra nós realizada por autoridades brasileiras, como também representa uma violência contra os princípios do Direito Internacional e os elementares direitos humanos; sentença esta que será registrada na história das relações internacionais como expressão de paixão política alheia à realidade fria dos fatos e como uma sombra na honra internacional do Brasil.⁴²³

⁴²¹ SOLUÇÃO política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1964. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/62562>. Acesso em: 7 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

⁴²² SOBRAL: Farsa Tirou-me da Revolução e Vou Recorrer. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1964. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/44816>. Acesso em: 7 mai. 2019

⁴²³ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. *Brasil Nunca Mais*, 1964, p. 1674. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5631>. Acesso em: 7 mai. 2019.

Os chineses finalizam a carta se dizendo convencidos de que a verdade sobre suas inocências romperiam o obstáculo das calúnias e difamações e acabaria sendo conhecida pelo Brasil e pelo mundo. Declaram ainda que chegaria o dia “em que todos, sem ódio nem paixão, proclamarão que não tínhamos a menor culpa”.⁴²⁴ O juiz-auditor resolveu considerar a carta como uma “manifestação formal de que não se conformam com a sentença” e que a carta deveria ser incluída no processo como “apelação que os acusados interpõem antes mesmo da intimação do seu advogado”.⁴²⁵ Tal fato, impulsionaria Sobral Pinto a elaborar um documento de 57 páginas, que seria juntado ao processo em 15 de fevereiro de 1965.

Sobre a repercussão do julgamento dos chineses na imprensa internacional, cabe citar aqui dois episódios.⁴²⁶ A Embaixada do Brasil em Londres remeteu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores duas notícias veiculadas em jornais britânicos. No dia 5 de janeiro de 1965, foi enviado da Embaixada de Londres um recorte do jornal *Daily Worker*, com declarações de Denis Nowell Pritt. O jornal era descrito como sendo “órgão do Partido Comunista britânico e, como tal, a sua influência sobre a opinião pública britânica é virtualmente nula”. No artigo, intitulado “*Perseguição no Brasil*”, Denis Pritt disse que a sentença de dez anos de prisão imposta aos chineses poderia criar uma impressão muito ruim para o Brasil e chamou atenção para o fato de ter sido negado que observadores internacionais acompanhassem o julgamento, dando motivo para suspeitas de que o caso foi mais uma perseguição do que uma acusação.⁴²⁷

A segunda notícia não foi publicada num jornal de “influência nula”, mas sim no *The Times*, tradicional jornal britânico. No dia 19 de janeiro de 1965, a Embaixada em Londres remetia outro artigo, dessa vez, do deputado trabalhista Sidney Silverman. No longo artigo, o deputado falou da condenação de dez anos imputada aos chineses, lembrou que todos os chineses entraram legalmente no país, com vistos concedidos pelo governo brasileiro. Silverman destacou que tão logo aconteceu a “revolução” brasileira, os chineses foram presos, juntamente com alguns milhares de brasileiros, muitos dos quais foram libertados logo depois, quando o frenesi revolucionário imediato havia diminuído e que as provas contra os chineses só apareceram mais tarde. O deputado relatou que, na primeira semana de maio, esteve no Rio de Janeiro e pôde se encontrar com um porta-voz do Itamaraty, que disse a ele que os chineses

⁴²⁴ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 1675. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5632>. Acesso em: 7 mai. 2019.

⁴²⁵ Ibidem, p. 1677. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/5634>.

⁴²⁶ É evidente que houve inúmeras outras manifestações realizadas em variados países do mundo, no tocante à prisão dos chineses. Mas estender a análise para o impacto internacional da prisão dos chineses demandaria uma análise muito mais aprofundada, que seria pertinente fazer em outro momento.

⁴²⁷ DECLARAÇÕES de líder esquerdista britânico sobre o julgamento dos espões chineses. Londres, 5 jan. 1965. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

não tinham sido acusados e que estavam presos apenas para investigação, e que após as investigações, se nada fosse descoberto, eles seriam colocados em liberdade, do contrário, os chineses seriam julgados por um tribunal civil. O deputado encerrou o artigo indagando se os britânicos não achariam estranho se o presidente da Junta Comercial britânica fosse preso quando abriu uma exposição comercial britânica em Pequim.⁴²⁸

No dia 16 de janeiro de 1965, o ministro da Justiça, Milton Campos, enviou ao presidente da República um parecer que concluía pela expulsão dos nove chineses, visto como uma medida jurídica oportuna e adequada. O ministro argumentava, com base no Decreto-Lei 479⁴²⁹, de 8 de junho de 1938, artigos 1º e 2º, que “a expulsão do estrangeiro tem em vista a sua periculosidade, já que a lei a autoriza desde que se apure que por qualquer motivo posso comprometer a segurança nacional, a estrutura das instituições ou a tranquilidade pública”.⁴³⁰ O ministro alegava que:

o Governo está sentindo que, na situação que se criou, a permanência dos cidadãos chineses em causa contraria o interesse nacional, não apenas pelo que eles hajam praticado e que poderia esperar ou não condenação penal, mas já agora pelo que representam como motivo de inquietação e fonte de preocupações e incômodos para o Brasil, a serem sanados pela expulsão.⁴³¹

Fica claro na argumentação do ministro que a permanência dos chineses no Brasil tinha se tornado um problema para o governo e que expulsá-los poderia de alguma forma amenizar os efeitos causados pela prisão e condenação dos nove chineses. O ministro apelava que o ato da expulsão poderia inclusive ser visto como um ponto positivo para o Brasil, internacionalmente, uma vez que “na pior das hipóteses, o lado humano da questão [de libertar e repatriar os chineses], cujo atendimento não contraria o interesse nacional e que viria a coincidir com êle”. Percebe-se aqui a preocupação do ministro com a repercussão do caso dos chineses no exterior.

O advogado dos chineses iniciou uma campanha contra a expulsão dos chineses, que queriam ser inocentados das acusações, ao invés de serem expulsos do país. Sobral Pinto apresentou, em 15 de fevereiro de 1965, as Razões de Apelação, documento entregue à 2ª Auditoria. Com 129 tópicos, divididos em 57 páginas, Sobral Pinto recorreu da sentença

⁴²⁸ PRONUNCIAMENTO de deputado trabalhista britânico sobre o julgamento dos espíões chineses. Londres, 19 jan. 1965. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

⁴²⁹ BRASIL. Decreto-Lei nº 479, de 8 de junho de 1938. Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 8 jun. 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-479-8-junho-1938-349695-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 7 mai. 2019.

⁴³⁰ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 1817-1818. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5774>. Acesso em: 7 mai. 2019.

⁴³¹ Ibidem, p. 1821-1822. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5778>.

alegando inconsistência jurídica ao enquadrar os chineses no artigo 2º da Lei de Segurança Nacional e se colocando contrário à expulsão dos chineses, que nada fizeram para serem expulsos do país.

Na apelação, Sobral Pinto apresentou documentos que não puderam ser juntados ao processo, por chegarem fora do prazo permitido para ser incluído nos autos de defesa. Os documentos, provenientes da Suíça, da Inglaterra e da Suécia, tratavam de Wang Yao-Ting, vice-diretor da Companhia Chinesa para Exportação e Importação de Têxteis (China Tex). Enviado da Suíça, pela empresa E. Joannot, o documento atestava: “podemos afirmar e tornar certo da maneira mais categórica que o Sr. Wang Yao-Ting não está imbuído senão de pensamentos comerciais, e que o seu fim real é aumentar a prosperidade nascente do seu país”. O remetente ainda se dispunha a, se necessário fosse, “testemunhar sob a fé do juramento que nunca em nenhum momento o Sr. Wang Yao-Ting conosco conversou, desde que nos conhecemos, senão sobre assuntos puramente comerciais”. O documento é finalizado fazendo votos para que a situação dos chineses logo fosse esclarecida e que os chineses fossem logo colocados em liberdade, “de modo que a boa reputação de seu país não possa sofrer, e a dos homens de negócios estrangeiros se possa sentir em segurança ao visitar o seu país”.⁴³² Os outros documentos, da empresa Elof Hansson, da Suécia; das empresas Raupel Brothers LTD e A. G. Leventis & Co., ambas de Manchester; e da empresa Biddiz, Sawyer & Co. LTD, de Londres, apresentavam o mesmo teor, defendendo que Wang Yao-Ting e seus companheiros eram homens de negócios, que representavam a China Tex no comércio de tecidos.

O principal argumento, já apresentado por Sobral Pinto nos Autos de Defesa, era que em todo o processo não foram encontrados “uma testemunha, um documento ou uma perícia que indicasse um gesto, um ato ou uma ação exterior” dos apelantes que tivessem “o sentido, o significado ou a finalidade de tentar mudar a ordem política ou social estabelecida”.⁴³³ O pedido absolvição dos nove chineses foi negado, pois conforme mencionado, o destino deles já havia sido definido. O ministro da Justiça já tinha remetido ao presidente da República, Castelo Branco, o parecer favorável à expulsão dos chineses.

Castelo Branco assinou o decreto de expulsão, no dia 26 de fevereiro de 1965, que foi publicado no Diário Oficial no dia 4 de março.⁴³⁴

⁴³² BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964, p. 1753. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5710>. Acesso em: 7 mai. 2019.

⁴³³ Ibidem, p. 1751. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5708>.

⁴³⁴ Ibidem, p. 1815. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_01/5772>.

Em telegrama enviado à Embaixada do Brasil em Berna, no dia 19 de abril de 1965, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores comunicou que “partiram dia 18 do corrente, [...] os nove chineses integrantes da suposta missão comercial, condenados pela Justiça militar brasileira, e expulsos do Território nacional”.⁴³⁵ O jornal *Correio da Manhã*, noticiou a partida dos chineses:

Sob constantes vaias de um grupo de populares que se identificaram como pertencentes ao Grupo de Ação Patriótica (GAP), Brigada Nacional da Juventude e Casa do Estudante da Guanabara, e com 13 horas de atraso, os nove chineses condenados pela Justiça Militar deixaram ontem o Galeão, às 11h15m [...] Os manifestantes traziam faixas, entre as quais anotamos: "Chineses, go home", "007 contra Pequim", "Nem olho de Pequim, nem dedo de Moscou".⁴³⁶

O *Jornal do Brasil* iniciou, em tom melodramático, a notícia sobre a partida dos chineses, informando que os chineses partiram do aeroporto do Galeão “com lágrimas nos olhos”.⁴³⁷ Fato sobre o qual o procurador Eraldo Gueiros Leite, apresentaria seu ponto de vista:

Os chineses deixaram nosso país, como indesejáveis, expulsos, antes mesmo de pagarem à justiça punitiva, o seu débito. Dizem os jornais que saíram chorando, não com saudades disso aqui, é óbvio, mas, por certo, temerosos quanto à recepção que lhes dará em sua terra, o seu próprio governo, implacável em suas sentenças contra aqueles que não podem regressar dizendo: "missão cumprida". Fracassar numa missão do Partido, é desgraça completa.⁴³⁸

Ao contrário do que imaginava o procurador, os chineses foram recebidos na China como heróis, recepcionados com festa no aeroporto pelo então vice-primeiro-ministro Li Xianninan, que desempenharia mais tarde as funções de presidente da República. Os chineses presos no Brasil ficariam conhecidos na China como “Nove Estrelas” ou “Nove Corações Vermelhos voltados para a Pátria”.

Hugo Abreu, que chegou a exercer o cargo de Chefe do Gabinete Militar entre 1974 e 1978, durante o governo de Geisel, fala em seu livro, *O outro lado do poder*, sobre o caso dos nove chineses:

Hoje, passados quinze anos do episódio, podemos raciocinar com a cabeça fria e sentir o absurdo cometido. O próprio Governo Castello Branco percebeu, na ocasião, a incoerência de nosso procedimento e, na certeza de que a sentença condenatória do

⁴³⁵ PARTIDA DOS 9 CHINESES CONDENADOS PELA JUSTIÇA MILITAR. Rio de Janeiro, 19 abr. 1965, p. 1. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

⁴³⁶ GAP comanda vaias no adeus aos nove chineses expulsos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1965. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/63814>. Acesso em: 7 mai. 2019.

⁴³⁷ CHINESES voltam com lágrimas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1965. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/67298>. Acesso em 7 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

⁴³⁸ BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. *Brasil Nunca Mais*, 1964, p. 1836. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/BIB_01/5793>. Acesso em: 7 mai. 2019.

Conselho de Justiça Militar não seria confirmada por nenhum tribunal superior, tomou a iniciativa de se descartar do problema decretando a expulsão dos chineses.⁴³⁹

Alguns dos chineses ocuparam posições de destaque nos anos seguintes. Conforme Guedes e Melo, Wang Wei-Chen se tornou diretor-geral da agência Xinhua; Wang Yao-Ting se tornou presidente do Conselho Chinês para Promoção do Comércio Internacional; Hou Fa-Tseng foi nomeado diretor-geral adjunto do gabinete do Ministério do Comércio Exterior; e Chang Pao-Sheng se tornou Embaixador da China em Moçambique⁴⁴⁰. Em 2014, ano em que o livro *O caso dos nove chineses* foi publicado, dos nove chineses, cinco ainda estavam vivos, todos com mais de 80 anos. Apesar da repercussão internacional do caso dos nove chineses, atualmente esse episódio não é conhecido pelas novas gerações de chineses.

No dia 26 de setembro de 2014, o caso dos nove chineses foi analisado pela Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. A audiência pública,⁴⁴¹ realizada na cidade do Rio de Janeiro, contou com a presença de Rosa Cardoso, integrante da Comissão Nacional da Verdade. Como resultado da reunião, foi enviado à Presidência da República um pedido de revogação do decreto que expulsou os chineses em 1965.

No dia 18 de dezembro de 2014, através da publicação no Diário Oficial da União, “diante do reconhecimento pela Comissão Nacional da Verdade de que foram vítimas de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar”,⁴⁴² o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, revogou o Decreto assinado por Castelo Branco em 26 de fevereiro de 1965, que expulsava os chineses do Brasil. O primeiro caso de violação dos direitos humanos da ditadura militar brasileira, aos poucos, vai se resolvendo, restando ainda um longo caminho a ser percorrido.

⁴³⁹ ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1979, p. 39.

⁴⁴⁰ GUEDES, Cica; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 179-180.

⁴⁴¹ A audiência pública pode ser acessada pelo link, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YUVOTzADLqE&list=PL9n0M0Ix12jdkQ-0I6jrnDQ2OruiNg5J2&index=4>>. Acesso em: 7 mai. 2019.

⁴⁴² BRASIL. Portaria nº 2.154, de 17 de dezembro de 2014. Revoga os efeitos do Decreto Presidencial de 26 de fevereiro de 1965. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 245, 18 dez. 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/12/2014&jornal=1&pagina=70&totalArquivos=144>>. Acesso em: 7 mai. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos que se seguiram à Proclamação da República Popular da China, em 1949, trouxeram importantes modificações no cenário internacional. A China iria servir como um terceiro elemento no quadro bipolar que se desenhava desde o final da Segunda Guerra Mundial. Em busca de reconhecimento do novo governo instalado em Pequim, a China iniciou uma trajetória diplomática em busca de relações com o Terceiro Mundo. Foi com tal objetivo que, em 1954, a China criou o Instituto do Povo Chinês para Assuntos Estrangeiros, que reunia as organizações chinesas de atuação internacional. Nesse contexto, a América Latina era vista como um terreno fértil, onde as relações, pelo menos comerciais e culturais, poderiam ser cultivadas. Com esse objetivo, a China iria iniciar as transmissões de rádio, primeiro em espanhol, em 1957, depois em português, em 1960.

Os primeiros contatos entre chineses e brasileiros se deram ainda na década de 1950. Eram os chamados “contatos entre pessoas”, assim denominados porque o Brasil e a China, por não terem nesse período relações diplomáticas estabelecidas, não poderiam ter relações oficiais, de Estado para Estado. Parlamentares, artistas e intelectuais brasileiros visitaram a China a partir de 1954. E a China se fez representar na América Latina através da Companhia de Teatro de Pequim, que excursionou pela América em 1956. Passando pelo Brasil, a Companhia chinesa se apresentou no Rio de Janeiro. Em 1959, foi criada no Brasil a Sociedade Cultural Sino-Brasileira, com objetivo de fomentar as trocas culturais e comerciais entre o Brasil e a China.

Ao analisar os “contatos entre pessoas”, percebeu-se que esses contatos foram importantes para a aproximação sino-brasileira, mas eles não foram primordiais. A aproximação efetiva com a China se daria graças aos esforços do Executivo, na figura dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, bem como dos ministros das Relações Exteriores, principalmente, Afonso Arinos e San Tiago Dantas. A Política Externa Independente desempenhou uma função importantíssima nessa conjuntura, já que ela preconizava a aproximação do Brasil com todos os países do globo, inclusive e principalmente, com os países do bloco socialista.

A aproximação do Brasil com a China não foi bem vista pelos setores mais conservadores da sociedade e, principalmente, da política. Ainda em 1956, a chefe interina do Departamento Político e Cultural do Itamaraty, Odette de Carvalho e Souza, se posicionou contra a vinda da Companhia de Teatro de Pequim para o Brasil e recomendou que os vistos aos artistas desta companhia fossem negados. No entanto, os vistos foram concedidos, permitindo a vinda da companhia para o Brasil. Esse foi o primeiro caso abordado nessa

pesquisa onde uma recomendação nesse sentido foi ignorada, demonstrando que havia divergências de opiniões no interior do Itamaraty. Isso seria mais frequente durante a vigência da Política Externa Independente.

Foi possível constatar, analisando os arquivos do Itamaraty, que havia uma discrepância entre o que postulavam os presidentes Jânio Quadros e João Goulart e os ministros do MRE, bem como os demais funcionários do Itamaraty. Pequenas frases demonstram isso. Por exemplo, Jânio Quadros e João Goulart eram favoráveis ao ingresso da China na ONU e acenavam para o possível estabelecimento das relações diplomáticas com a China, no entanto, em variadas passagens dos documentos analisados, encontramos frases assinalando que o estabelecimento de relações com a China era “extremamente improvável”. Ora, tanto Jânio Quadros como João Goulart admitiam uma postura simpática à China, mas isso, via de regra, não se aplicava a todo o corpo diplomático. Claro que os altos postos do Itamaraty eram ocupados por pessoas que compactuavam, ainda que parcialmente, com as ideias dos presidentes, mas isso não impediu que houvesse resistência no cumprimento de algumas medidas. Como quando João Goulart solicitou que fossem concedidos vistos para cidadãos chineses, ou então, para que fosse autorizada a realização da exposição comercial de produtos chineses. Os memorandos, telegramas e comunicados, iam e vinham, até que se chegasse a um consenso.

Essa resistência em aceitar a aproximação com o bloco socialista era fundamentada na bipolarização gerada pela Guerra Fria, que, tão logo começou, atraiu o Brasil para o bloco capitalista. Os Estados Unidos, a maior potência mundial, que se colocavam como os defensores da democracia e da liberdade dos povos, promoveram durante a década de 1950 uma intensa perseguição aos comunistas. E isso teve reflexos no Brasil. Em 1947, o Partido Comunista do Brasil já havia sido colocado na ilegalidade e os políticos eleitos por este partido tiveram seus mandatos cassados em 1948. Durante a década de 1950, os comunistas do Brasil atuaram na clandestinidade, promovendo congressos e atuando nas organizações sindicais. A política externa do Brasil, era desde o início da Guerra Fria, alinhada com os Estados Unidos.

Por isso, a implementação da PEI causava tanta ojeriza nos conservadores. Cabe salientar que a PEI não preconizava estabelecer relações com o bloco socialista, em detrimento do bloco capitalista. O objetivo central da Política Externa Independente era ampliar as relações do Brasil e estendê-las a todos os países, independente de ideologias.

A Missão Comercial do Brasil à China, em 1961, bem como a vinda de chineses para o Brasil durante a vigência da PEI, fez crescer nas alas mais conservadoras da política e da sociedade o temor de que o Brasil pudesse aderir ao comunismo. Esse temor fora habilmente

alimentado pelos militares que almejavam assumir o poder desde que Jânio Quadros renunciara, em agosto de 1961. Qualquer mudança de cunho mais social, sugerida por João Goulart era vista como sendo um passo em direção ao comunismo. A presença dos nove chineses no Brasil foi um importante elemento na construção da teoria de que havia uma conspiração já articulada para que os comunistas promovessem uma revolução e assumissem o controle do país.

Um exemplo de como o terror comunista estava surtindo efeito na sociedade foi a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu mais de 100 mil pessoas, na luta contra a “ameaça comunista”. Essa teoria de que o golpe civil-militar foi necessário para impedir que o Brasil se tornasse comunista é uma falácia. Tanto é que não houve resistência ao golpe. Se os comunistas do Brasil estivessem mesmo articulando uma revolução, eles estariam preparados para combater os militares em 1964, o que não ocorreu.

O partido comunista do Brasil estava desarticulado. O PCB, que seguia fiel às determinações do PCUS, havia declarado seu apoio a coexistência pacífica e se colocado contra a luta armada. Já o PCdoB, que havia sido fundado em 1962, começaria a melhor se articular apenas no início de 1963. Dizer que os comunistas brasileiros iriam, a exemplo dos chineses, promover uma revolução e assumir o controle do Estado é uma comparação lisonjeira até demais para os comunistas do Brasil, que nessa época, não estavam sequer à altura da estrutura forte do PCC à época da Revolução Chinesa de 1949, que dispunha de um verdadeiro exército.

Esses setores conservadores, contrários à adoção do comunismo, influenciaram o golpe de 1964, daí este ser chamado de golpe civil-militar. Com início do regime militar, os rumos da política externa brasileira mudaram drasticamente, quando a PEI cedeu lugar à Política Externa Interdependente, que fez com que o Brasil voltasse a ficar sob influência dos Estados Unidos. Teve início no Brasil a caça aos comunistas e adeptos do credo vermelho, como eram pejorativamente chamados os militantes que defendiam a causa socialista e comunista.

Nesse contexto, os nove chineses que estavam legalmente no Brasil foram presos. A prisão dos nove “espiões” foi amplamente divulgada pela imprensa. Diziam os jornais que estes chineses estavam no Brasil a serviço de Mao Tsé-tung, para assassinar personalidades políticas e militares, e, através da revolução armada, junto aos comunistas brasileiros, instaurarem o comunismo no país. Para os oficiais militares que se envolveram com a prisão, esse feito era notório. Os chineses eram vigiados desde que chegaram ao Brasil e, quando o golpe foi finalmente colocado em prática, os oficiais puderam enfim prender os chineses. As acusações de complô para assassinar, entre outras pessoas, o governador Carlos Lacerda e o general Castelo Branco foram amplamente divulgadas pela imprensa. Essas acusações foram feitas logo

que os chineses foram presos, no “calor” do momento. Mas sustentar e provar que os chineses realmente pretendiam fazer isso, mostrou-se uma tarefa muito difícil para os acusadores.

Que os chineses que estavam no Brasil iriam se aproximar e promover encontros rotineiros com os comunistas brasileiros era de se esperar. Estranho seria, se isso não acontecesse. Se um dos objetivos era fomentar as trocas culturais entre brasileiros e chineses, isso só seria possível se os chineses tivessem no Brasil pessoas que os apoiassem. Logo, as reuniões com os comunistas brasileiros foram interpretadas pelos militares como prova de que estava sendo planejada uma revolução. Pergunto-me até que ponto os militares realmente acreditavam nisso, ou se só utilizavam dessa acusação para aumentar o temor contra os comunistas no Brasil. Ao que tudo indica, os militares realmente temiam o “golpe comunista”.

Durante todo o processo contra os chineses, que durou pouco mais de um ano, os militares repetiram exaustivamente que os chineses praticaram atos de subversão e espionagem e que estavam prontos para iniciar uma revolução. Não havia, no entanto, como provar que os chineses eram espiões. Na verdade, não havia provas também para condená-los por subversão. Libertar os chineses, cuja prisão foi divulgada para justificar o golpe de 1964, era atestar para a sociedade que os militares erraram. Isso não parecia ser uma possibilidade que poderia acontecer. Então, mesmo sem ter provas de que os chineses cometeram atos de subversão, com provas que foram contestadas pela defesa dos chineses e alegações de que não fizeram nada além do objetivo para o qual foram designados, os chineses e mais três brasileiros, Amarílio Vasconcellos, Raquel Cossoy e Adão Pereira Nunes, foram condenados a dez anos de prisão.

No decorrer do processo, o caso dos chineses correu o mundo e ganhou uma visibilidade que talvez os militares não tivessem previsto. Acusações de tortura e violações dos direitos humanos recaíam sobre os militares. Manter os chineses presos no Brasil estava manchando a reputação da “revolução” de 1964. Campanhas internacionais pela libertação dos chineses se tornaram uma verdadeira pedra no sapato dos militares. Mas como voltar atrás, depois de tantas acusações? Como libertar os chineses, se segundo os militares havia inúmeras provas contra eles? Isso não seria bem visto pela sociedade que apoiara o golpe. Então a solução encontrada pelos militares foi expulsar os chineses do Brasil. Medida vista como uma solução para se livrar dos chineses, antes mesmo de o advogado de defesa dos chineses ter esgotado todas as possibilidades de recorrer da sentença.

O caso dos nove chineses presos no Brasil pelo governo militar marcou um episódio importante nas relações sino-brasileiras. Pressões de ambos os lados, tanto da sociedade brasileira, representada pela Comissão Nacional da Verdade, como dos chineses, fizeram o governo brasileiro dar um primeiro passo para se retratar do que os militares fizeram aos

chineses, com a revogação do decreto que expulsou os chineses do Brasil em 1965. Em 2014, quando o decreto foi revogado, cinco dos nove chineses que ainda estavam vivos, comemoraram a posição do governo brasileiro em reconhecer o erro cometido em 1965. Falta por exemplo, devolver aos chineses o dinheiro que foi apreendido em abril de 1964, falta reconhecer que a prisão e o tratamento dispensado aos chineses foram injustificadas. Decorridos 55 anos da prisão dos chineses, falta ainda um longo caminho a ser percorrido pelo governo brasileiro para encerrar esse episódio que ainda não foi esquecido pelo governo chinês e que, é o que se pretende com essa pesquisa, também não seja esquecido no meio acadêmico.

FONTES CONSULTADAS

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – BRASÍLIA-DF.

Link para consulta das fontes: <<https://bit.ly/2DYojzq>>

AIDE-MEMOIRE. Rio de Janeiro, [jul. 1962?]. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

ALVES, Dario de Castro. **Memorandum para o Sr. Chefe do Gabinete**. Rio de Janeiro, 3 jan. 1962. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

ASSOCIAÇÃO de Amizade China Popular-América Latina. Rio de Janeiro, 11 abr. 1960. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

BITTENCOURT, Aluysio Regis. **Curso de especialização para diplomatas que se destinam à área socialista**. Rio de Janeiro, 3 dez. 1962. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, 1962 (jul a dez).

CADAXA, Armindo Branco Mendes. **Relações econômicas Brasil-República Popular da China**. Brasília, 14 jun. 1963. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, 1963.

CARVALHO E SOUZA, Carlos A. de. **Campanha chinesa contra o Brasil**. Genebra, 24 abr. 1964. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

CARVALHO E SOUZA, Odette de. **Memorandum para o Sr. Secretário Geral. Nº 19**. Rio de Janeiro, 20 ago. 1956. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial. Ano: 1956.

CASTRO, João A. de Araújo. **Exposição da República Popular da China**. Rio de Janeiro, 31 jan. 1964. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

CASTRO, João A. de Araújo. **Relatório Político da Missão Comercial do Brasil à República Popular da China**. Hong Kong, 4 set. 1961b. Seção de Correspondência Especial, Ofícios: Consulados e Delegações (1950/59) Consulados A-I (1960/63), Ano: 1950/63, Caixa nº 18.

CASTRO, João A. de Araújo. **Visto em passaporte. Wang Wei Shung. Chu Cing Sung**. Pequim, 23 ago. 1961a. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

COMUNISTAS chineses detidos no Brasil. Vinda de advogados japoneses. 14 mai. 1964. Rio de Janeiro, 5 mai. 1964. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

COUTO, Ruy Ribeiro. **Relações diplomáticas Brasil-República Popular da China**. Belgrado, 27 mai. 1955. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

DECLARAÇÕES de líder esquerdista britânico sobre o julgamento dos espiões chineses. Londres, 5 jan. 1965. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

DINIZ, Celso. **Jornalistas chineses no Brasil. Wang-Wei Chen e Chu-Ching Tung.** Rio de Janeiro, 7 ago. 1962a. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, Ano: 1962 (jul a dez).

DINIZ, Celso. **Missões diplomáticas brasileiras na Ásia.** Brasília, 21 set. 1962d. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, Ano: 1962 (jul a dez).

DINIZ, Celso. **Vinda ao Brasil de Missão comercial da República Popular da China.** Rio de Janeiro, 28 ago. 1962c. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, Ano: 1962 (jul a dez).

EXPOSIÇÃO da República Popular Da China no Brasil. Pedido de vistos. Rio de Janeiro, 5 abr. 1963a. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

EXPOSIÇÃO da República Popular da China no Brasil. Pedido de visto. Rio de Janeiro, 22 mai. 1963b. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

FREITAS, Arrhenius Fábio Machado. **Restauração dos direitos legítimos da República Popular da China nas Nações Unidas.** Nova York, dez. 1962. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Representação da China nas Nações Unidas.** Rio de Janeiro, 11 fev. 1961. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial. Ano: 1961 (jan a jun).

LINS, Augusto Estellita. **Relações culturais com a China Comunista. Companhia de Teatro de Pequim.** Rio de Janeiro, 23 jul. 1956. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial. Ano: 1956.

MACHADO, Thereza Maria Mendes. **Visto em passaportes. Likeming, Kuomaoan e Huang Minuwei.** Brasília, 7 abr. 1961. Seção de Correspondência Especial, Memoranda Confidencial, 1961 (jan a jun).

MOTTA, Rocque da. **Prisão de chineses no Brasil. Vistos para Grupo Internacional de Advogados.** Rio de Janeiro, 10 dez. 1964. Seção de Correspondência Especial. Memoranda Confidencial. Ano: 1964 (B).

OLIVEIRA, Antônio Camilo de; CAVALCANTI, Themistocles B.; FRIEDRICH, Liberato da Cunha. **Missões comerciais e jornalistas da China Continental (Comunista). Relatório.** Rio de Janeiro, 17 jun. 1964. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

OURO PRETO, Carlos S. de. **Missão Comercial à China.** Rio de Janeiro, 24 jul. 1961. Seção de Correspondência Especial, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memoranda. Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano: 1961/62. Caixa° 33.

PARTIDA dos 9 chineses condenados pela Justiça Militar. Rio de Janeiro, 19 abr. 1965. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

PRONUNCIAMENTO de deputado trabalhista britânico sobre o julgamento dos espões chineses. Londres, 19 jan. 1965. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

RELAÇÕES com a Missão Diplomática da República Popular Chinesa em Londres. Rio de Janeiro, 9 nov. 1954. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

RELAÇÕES diplomáticas Brasil-República Popular da China. Rio de Janeiro, 28 mai. 1955. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 356, Prateleira 1.

SOARES Guido Fernando Silva. **Visita de 4 senhoras chinesas acompanhadas de um representante da Sociedade chinesa da Cruz Vermelha e um intérprete.** Rio de Janeiro, 8 mar. 1965. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Visita de 3 senhoras chinesas que, acompanhadas de um representante da Cruz Vermelha chinesa vieram ver seus maridos, presos e à disposição da Justiça Militar.** Rio de Janeiro, 14 set. 1964. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

VISTO oficial. Wang Wei Shung. Chu Cing Sung. Rio de Janeiro, 26 ago. 1961. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

YAO-TING, Wang et al. **Carta dos nove chineses detidos para o Ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha.** Rio de Janeiro, 29 mai. 1964. Seção de Correspondência Confidencial, Caixa 5, Estante 581, Prateleira 2.

DEPOIMENTO

CHING-TUNG, Chu. **Depoimento concedido à Comissão Nacional da Verdade.** 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Um7lgy9e5HA>>. Acesso em 30 abr. 2019.

FONTES DE IMPRENSA

A CHINA na ONU. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 dez. 1961, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/24945>. Acesso em: 18 out. 2018.

A CHINA Nacionalista não será expulsa. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1950. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/247>. Acesso em: 23 jul. 2018.

A RÚSSIA se retirará de todas as Comissões. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 jan. 1950. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/319>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ALBÂNIA quer China na ONU. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 set. 1963. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/43884>. Acesso em: 6 nov. 2018.

AMAZONAS, João. Salvar a unidade do partido, primeiro dever do comunista. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 2 fev. 1957. p. 6 e 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/154512/4098>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

ASSEMBLÉIA da O.N.U. adiou por um ano o ingresso da China. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 out. 1960. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/10696>. Acesso em: 18 out. 2018.

AUDITORIA Afirma: Julgamento Até o Fim Para Chineses. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 21 nov. 1964, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/43841>. Acesso em: 6 mai. 2019.

BARATA, Agildo. Pela democratização do Partido. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 2 fev. 1957. p. 6 e 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/154512/4098>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASILEIROS em visita à China Comunista. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 dez. 1954. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/37676>. Acesso em 21 mar. 2019.

CARLOS Prestes pediu licença para viajar. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 9 set. 1959. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/85701>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CARTA ao leitor. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 jul. 1964. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/56001>. Acesso em 6 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

CHINA na ONU. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 out. 1964. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/56689>. Acesso em: 6 nov. 2018.

CHINESES agitavam Gramática escrevendo elefante com ph. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jul. 1964. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/55596>. Acesso em: 6 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

CHINESES voltam com lágrimas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 abr. 1965. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/67298>. Acesso em 7 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

CONCEDIDO Visto à Ópera de Pequim. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1956. p. 13. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/66047>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CORÇÃO, Gustavo. Duas notícias alvissareiras. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1959. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/88271>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CORONEL divulga “carta de chinês”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 mai. 1964. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/59734>. Acesso em: 6 mai. 2019.

DE PRESTES a Mao Tse Tung. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 7 out. 1950. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/154512/855>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

DECLARAÇÃO Conjunta Sino-Soviética. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 2 fev. 1957. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/154512/4094>>. Acesso em 20 mar. 2019.

DECLARAÇÃO Sobre a Política do PCB. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1958. p. 5-8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/154512/4771>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

DEPUTADO brasileiro tributa homenagem ao povo da China Comunista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jun. 1956. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/63129>. Acesso em: 13 ago. 2018 (material protegido por direitos autorais).

EMBAIXADOR da Síria e missão comercial da China chegam ao Rio. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1963. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/40484>. Acesso em: 8 mai. 2019.

ENTIDADES defendem chineses. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30 abr. 2019. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/51083>. Acesso em 6 mai. 2019.

ESPIÕES chineses iam assassinar Lacerda, Krueel e Castelo Branco. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1964. p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/37693>. Acesso em: 28 jun. 2018.

FINAMOUR, Jurema. Amistoso Debate de Chu En Lai Com Juristas do Brasil, Argentina e Chile. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1956c. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/108081/11522>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

FINAMOUR, Jurema. Juristas brasileiros visitam a China. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 18 jul. 1956a. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/108081/11490>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

FINAMOUR, Jurema. Recepção de Chu En Lai às Delegações de Juristas do Brasil, Argentina e Chile. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 22 jul. 1956b. p. 1 e 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/108081/11512>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

FRACIONISTAS expulsos do movimento comunista. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, 29 dez. 1961 à 4 jan. 1962. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/122831/1895>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GAP comanda vaia no adeus aos nove chineses expulsos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 abr. 1965. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/63814>. Acesso em: 7 mai. 2019.

GOVÊRNO disposto a soltar por ausência de provas e expulsar os nove chineses. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 nov. 1964, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/61116>. Acesso em: 6 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

GRUPO japonês vem defender os 9 chineses. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30 abr. 1964. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/51079>. Acesso em: 6 mai. 2019.

IMPASSE. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1950. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/215>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ITAMARATI responde ao pedido da China. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1964. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/52328>. Acesso em: 28 jun. 2018 (material protegido por direitos autorais).

JOÃO Goulart favorável ao ingresso de Pequim na ONU. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1961. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/21638>. Acesso em: 18 out. 2018.

LEGALIDADE usurpada - Governo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 dez. 1964. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/58852>. Acesso em: 24 jun. 2018.

LUÍS Carlos Prestes regressou ao Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 dez. 1959. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/112750>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MAO Tse mandou matar à chinesa. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1964. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/37684>. Acesso em: 28 jun. 2018.

NEGÓCIO da China. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 mai. 1964. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/59734>. Acesso em: 6 mai. 2019.

ONU vota ingresso de Pequim. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 nov. 1970. p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_08/14128>. Acesso em: 6 nov. 2018.

PARTIDO Comunista Brasileiro. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, 11 ago. 1961 à 17 ago. 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/122831/1688>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PEDIDA na O.N.U. a expulsão da Rússia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1950. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/718>. Acesso em: 23 jul. 2018.

PEQUIM afinal conseguiu a maioria de dois terços. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 out. 1971. p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_08/25513>. Acesso em: 6 nov. 2018.

POLÍTICA para a independência. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 out. 1960. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/11094>. Acesso em: 18 out. 2018.

PRESTES, Luiz Carlos. Importante Carta de Luiz Carlos Prestes ao CC do PCB. Sobre o Debate Político. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 24 nov. 1956. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/154512/3982>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

PRESTES, Luiz Carlos. Prestes dirige-se ao povo. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 5 ago. 1950. p. 1-2, 6-7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/154512/755>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

PROJETO de Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 19 out. 1956. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/108081/12082>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PROMOTOR diz que os 9 chineses eram espiões. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 dez. 1964. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/58849>. Acesso em: 7 mai. 2019.

PROMOTOR pede a condenação dos chineses e livra sargento. **Jornal do Brasil**, 22 dez. 1964. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/62525>. Acesso em: 7 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

REGRESSOU (entusiasmado com a China) o governador Cid Sampaio. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1959. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/79749>. Acesso em: 19 mar. 2019.

RELAÇÕES Comerciais Entre o Brasil e a China. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 7 dez. 1956. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/108081/12402>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

RESOLUÇÃO do Comitê Central do PCB sobre a atividade antipartidária de Agildo Barata. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 7 set. 1957. p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/154512/4445>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SETTE teme China na ONU. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 set. 1965. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/66311>. Acesso em: 6 nov. 2018.

SILVA, João Batista de Lima e. Não se poderia adiar uma discussão que já se iniciou em tôdas as cabeças. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 6 out. 1956, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/154512/3900>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SOBRAL: Farsa Tirou-me da Revolução e Vou Recorrer. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 dez. 1964. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/44816>. Acesso em: 7 mai. 2019.

SOLUÇÃO política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 dez. 1964. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/62562>. Acesso em: 7 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

SORTE dos Chineses é Decidida ao Raia do Dia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 dez. 1964. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/44789>. Acesso em: 7 mai. 2019.

SUMÁRIO dos chineses será iniciado amanhã. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1964. p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/59313>. Acesso em: 6 mai. 2019 (material protegido por direitos autorais).

TRUMAN desfaz rumores. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1950. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/351>. Acesso em: 23 jul. 2018.

UMA JORNALISTA Brasileira na China Popular. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1957. p. 10. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/108081/12677>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

DOCUMENTAÇÃO (LIVROS)

BILHETES DO PRESIDENTE JÂNIO QUADROS AO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. In: **Cadernos do CHDD**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, ano V, n. 8, p. 313-484, 2006. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/333-Cadernos_do_CHDD_N_08.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FRANCO, Alvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007a. v. 1. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/410-Documentos_da_Politica_Externa_Independente_-_Vol._1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FRANCO, Alvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007b. v. 2. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/500-Documentos_da_Politica_Externa_Independente_-_Vol_II.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

GARCIA, Eugênio Vargas (org.). **Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos (1493-2008)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/86-A_Palavra_do_Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-1995.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Decreto nº 18.956, de 22 de outubro de 1929. Promulga seis convenções de direito internacional público, aprovadas pela Sexta Conferência internacional americana. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 22 out. 1929. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18956-22-outubro-1929-549004-publicacaooriginal-64267-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 8 jun. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d56435.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 479, de 8 de junho de 1938. Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 8 jun. 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-479-8-junho-1938-349695-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 7 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Rio de Janeiro, DF, 5 jan. 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1802.htm>. Acesso em: 6 mai. 2019.

BRASIL. Portaria nº 2.154, de 17 de dezembro de 2014. Revoga os efeitos do Decreto Presidencial de 26 de fevereiro de 1965. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 245, 18 dez. 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/12/2014&jornal=1&pagina=70&totalArquivos=144>>. Acesso em: 7 mai. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Ação Penal nº 7.470/64. **Brasil Nunca Mais**, 1964. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/006.html#T1>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

REFERÊNCIAS

A GUERRILHA do Araguaia. In: BRASIL. Relatório Comissão Nacional da Verdade. v. 1. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em 20 mar. 2019.

ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

ABREU, Alzira Alves de. CARNEIRO, Alan. Luiz Carlos Prestes. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prestes-luis-carlos>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1979.

ALVES, Vágner Camilo. **Da Itália à Coréia: decisões sobre ir ou não à guerra**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

AMARAL, Pedro Accorsi; ALVES, Vágner Camilo. O Processo Decisório em Política Externa: a decisão da Colômbia de enviar tropas à Guerra da Coréia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015. Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426284607_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARRANTES, Filipe João Pinto. **A Política Externa da República Popular da China e o Papel da Vertente Militar na Consecução dos seus Objectivos**. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais). Universidade de Nova Lisboa, Lisboa: 2015. Disponível em:

<https://run.unl.pt/bitstream/10362/18315/1/Filipe%20tese%20%285%29_final.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BATH, Sérgio. **O que é diplomacia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BELLUCCI, Beluce (org.). **Abrindo os olhos para a China**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Candido Mendes, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/abrindo.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **A revolução chinesa**. São Paulo: Atual, 1986.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. **A parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/899-A_Parceria_Estrategica_Sino-Brasileira.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BISSIO, Beatriz. De Bandung aos BRICS: continuidade ou ruptura? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 37., 2013. Águas de Lindóia, 2013. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st32/8611-de-bandung-aos-brics-continuidade-ou-ruptura/file>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. **Na solenidade de entrega dos diplomas aos alunos que concluíram o Curso Especial do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/25.pdf/view>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

CABRAL, Severino. O Brasil e a China - Uma visão brasileira da parceria estratégica. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL (2, 2006). **O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: Ásia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 89-103. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/al000112.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CAICHIOLO, Ricardo. **Relações Brasil-China: do período quente da Guerra Fria à abertura da China ao Ocidente**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: 2001.

CAMPOS, Patrícia; RAMOS, Plínio de Abreu. Tancredo de Almeida Neves. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tancredo-de-almeida-neves>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

CERVO, Amado Luiz. (org.). **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **China: direções globais de investimentos.** Agência Brasileira de promoção de exportações e investimentos, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/celi/Downloads/Estudo_china_dire%C3%A7%C3%B5esdeinvestimento_v2_Apex_CEBC_3_.01.pdf>. Acesso em 17 abr. 2019.

COSTA, Marcelo. João Amazonas. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB.** Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-amazonas-de-sousa-pedroso>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

COUTINHO, Amélia. Hermes Lima. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB.** Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-hermes>>. Acesso em 4 abr. 2019.

_____. Juraci Magalhães. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB.** Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes>>. Acesso em 25 abr. 2019.

DANTAS, San Tiago. **Política externa independente.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/839-Politica_Externa_Independente.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DIAS, Reginaldo Benedito. O maoísmo da Ação Popular e sua intervenção no noroeste do Paraná. **Revista Espaço Acadêmico.** Maringá, v. 9, n. 101, p. 55-70, out. 2009. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/8401/4693>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

DIAS, Sônia. Vasco Leitão da Cunha. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB.** Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunha-vasco-leitao-da>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **A Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal *Correio do Povo* (novembro de 1961).** 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16870/000701319.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá: teoria das relações internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FALCÃO, Frederico José. **O “Relatório Secreto” de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e crise.** In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006. Rio de Janeiro: UFF, 2006. Disponível em: <<http://snh2013.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Frederico%20Jose%20Falcao.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2019.

FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FARES, Tomaz Mefano. A diplomacia chinesa e as relações com o Brasil (1949-1974). **Século XXI: Revista de Relações Internacionais – ESPM/Sul**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 28-47, mar. 2017. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/134>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FECOMÉRCIO. Acordo bilateral Brasil-China. Belo Horizonte: Fecomércio MG, 2015. Disponível em: <http://www.adesita.org.br/uploads/adesita_2014/arquivos/estudos-economicos-informa-06.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GASPARI, Elio. A gangrena. In: _____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUEDES, Ciça; MELO, Murilo Fiuza de. **O caso dos nove chineses: O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Afonso Arinos de Melo Franco: atualidade e paradoxo. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)**. v. 3. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 941-984. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/3-Pensamento-Diplomatico-Brasileiro-Vol3.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

HAW, Stephen G. **História da China**. Lisboa: Tinta da China, 2008.

HINTON, Harold C. **A China comunista na política mundial**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JOÃO Augusto de Araújo Castro. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-augusto-de-araujo-castro>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

KELLER, Vilma. Francisco Clementino de San Tiago Dantas. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-clementino-de-san-tiago-dantas>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

KORNIS, Mônica. Francisco de Paula Brochado da Rocha. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-paula-brochado-da-rocha>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOCHER, Bernardo. Ecos desenvolvimentistas da Conferência de Bandung na Política Externa brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI), 5, 2015, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.encontronacional2015.abri.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=16#php2go_top>. Acesso em 14 mar. 2019.

KRAMER, Paulo. Conferência de Punta del Este. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/punta-del-este-conferencia-de>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

LAMARÃO, Sérgio. Revolta dos Sargentos. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-dos-sargentos>>. Acesso em: 6 mai. 2019.

LEMONS, Renato. Afonso Arinos De Melo Franco. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC (Verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

LESSA, Antônio Carlos Moraes. **A Parceria Bloqueada: as relações entre França e Brasil, 1945-2000**. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5590/1/2000_AntonioCarlosLessa.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

LI, Min. **História da China**. Pequim: Edições em Línguas Estrangeiras, 1985.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/902-Ascensao_da_China_como_Potencia_A.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

MECHI, Patricia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 401 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12750?locale=en>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MENDONÇA, Daniel de. O golpe civil-militar de 1961: Crítica a uma explicação hegemônica. In: **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis. v. 8, n. 14, 2009. p. 407-446. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p409>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

MIRANDA, Fernando Silveira Melo Plentz. Genocídio no Camboja, a Instalação de um Tribunal Penal Internacional Inócuo e a Preservação da Memória. **Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania**, São Roque, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/direito/v5_n1_2014/Fernando.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

MOURA, Gerson. **O alinhamento sem recompensa: a política externa do Governo Dutra**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 1990. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6613/792.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

NAHM, Andrew C. **Korea: Tradition and Transformation: A History of the Korean People**. Elizabeth, New Jersey: Hollym International Corp., 1996, p. 389.

OSTELLINO, Piero. Diplomacia. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1998. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. O prelúdio da cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/PEREIRA-MEDEIROS-2015-O-Prel%C3%BAdio-Da-Coopera%C3%A7%C3%A3o-Sul-Sul.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PEREIRA, Ronan Alves. Estudos Asiáticos no Brasil. In Guimarães, Lytton L. **Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias**. Brasília: NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003; p. 105-124. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1591>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

PINHEIRO, Leticia. **Foreign policy decision-making under the Geisel Government: the president, the military and the foreign ministry**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1054-FOREIGN_POLICY_DECISION.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

_____. Restabelecimento das Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão, in **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, nº 12, 1993. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1965/1104>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RAMOS, Danielly Silva. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. 389 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília: 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4964/1/2006_DaniellySilvaRamos.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

REIS FILHO, Daniel A. **A construção do socialismo na China**. São Paulo: Brasiliense, 1982a.

_____. **A revolução chinesa**. São Paulo: Brasiliense, 1982b.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. Entre a China e o Brasil: o pensamento maoísta e Revolução Chinesa no Partido Comunista do Brasil na década de 1950. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_fbf7d1bec6d4fc3c9a2dfe4d419c98d0.pdf>. Acesso em 19 mar. 2019.

_____. “Inspirados em Mao”: imprensa, memória e conflitos sociais rurais no Brasil (1950-1958). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal: UFRN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364748407_ARQUIVO_InspiradosemMao-Txcompleto.pdf>. Acesso em 19 mar. 2019.

_____. O PCB e a Guerra Da Coréia: Memória, História e Imaginário Social. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 207-231, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19292/10392>>. Acesso em 19 mar. 2019.

RIDENTI, Marcelo. **O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo**. In: LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, set. 1998. Chicago. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Ridenti.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2019.

SANTANA, Cristiane Soares de. Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976). **História Social**, São Paulo, n. 17, p. 115-131 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/279/252>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Maoísmo na Bahia (1967-1970)**. 135 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11241/1/Dissertacao%20Cristiane%20Santanaseg.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

_____. O Maoísmo na esquerda brasileira: a trajetória do Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300482780_ARQUIVO_ANPUHARTIGO2011.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. **A missão diplomática**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1971.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala vermelha**: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1967-1974). 294 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de

História, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-102720/fr.php>>. Acesso em 20 mar. 2019.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TREVISAN, Cláudia M. **Os chineses**. São Paulo: Contexto, 2009.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

_____; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História do mundo contemporâneo: da pax britânica do século XVIII ao choque das civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

XAVIER, Nathaly Silva. **A Política Externa chinesa e a recepção dos países africanos: o contraste entre Zâmbia e Angola (1989-2009)**. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29395/000776662.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

ANEXO 1 - MAPA DA CHINA

